

Análise e Financiamentos das Políticas Públicas

Pedro Fauth Manhães Miranda
(Organizador)



Pedro Fauth Manhães Miranda
(Organizador)

Análise e Financiamentos das Políticas Públicas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A532	Análise e financiamentos das políticas públicas [recurso eletrônico] / Organizador Pedro Fauth Manhães Miranda. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-459-7 DOI 10.22533/at.ed.597190 1. Finanças públicas – Brasil. 2. Políticas públicas – Brasil. I.Miranda, Pedro Fauth Manhães. CDD 336.81
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Políticas públicas são algo onipresente na vida de qualquer pessoa, ainda que por meios bastante diversos, a depender dos objetivos do Estado em que tal indivíduo se encontre. Mas o fato é que, do bem-estar escandinavo ao liberalismo neozelandês, a clara percepção sobre políticas públicas é indispensável para a estabilidade de qualquer Estado. Inclusive, em se tratando do Brasil, o eterno país do futuro – futuro este que parece, a cada dia, mais inatingível.

Assim, muito se fala, muito se ouve e muito se estuda sobre políticas públicas, mas a verdade é que poucas são as certezas sobre elas, porque, em grande parte das vezes, suas análises ficam restritas ao mundo acadêmico e/ou àqueles que já possuem um conhecimento prévio, mais aprofundado, sobre o assunto, e conseguem interpretar melhor os dados existentes. Neste sentido, a iniciativa deste livro, específico sobre a temática das políticas públicas e disponibilizado no acessível formato de e-book, é de inigualável importância.

E, vale ressaltar, a necessidade de um debate responsável e interdisciplinar sobre o assunto é ainda mais urgente nos dias de hoje. Isso porque, atualmente, enxerga-se uma evidente ascensão de críticas (infundadas, na sua maioria) direcionadas não apenas às políticas públicas como um todo, mas também à própria política e à noção de público. E o contraditório é que estes juízos negativos provêm, em geral, de países cujo desenvolvimento socioeconômico se encontra aquém da capacidade de, até mesmo, erradicar a extrema pobreza. Diante desta conjuntura, políticas direcionadas, bem debatidas e formuladas por um público competente e ciente de suas responsabilidades, são cada vez mais imprescindíveis e, ao mesmo tempo, mais rechaçadas.

Deste modo, a realidade brasileira se coloca como obstáculo ao desenvolvimento das políticas públicas como instrumento de mudança emancipatória. A política, em específico, é alvo de desaprovação generalizada, em parte por, geralmente, se voltar aos interesses de poucos, mas também por ser composta de representantes que, contraditoriamente, são pouco representativos da própria população brasileira. Isso sem mencionar os casos de corrupção e outros desvios de conduta bastante reprováveis. Porém, mesmo que os níveis de confiança em relação aos representantes políticos sejam os menores em muito tempo, o cidadão brasileiro permanece na mesma configuração de uma democracia meramente delegativa. Em outras palavras, a cada dois anos votamos nos candidatos “menos piores” e esperamos que, miraculosamente, o país tome seu rumo para o mítico futuro do pleno desenvolvimento – que, vale apontar, traduz-se no imaginário do consumo desenfreado e satisfação das necessidades menos básicas e mais ostentosas do ser humano.

Não obstante, qualquer que seja a meta do cidadão ou cidadã nacional, seria preciso que ele(a) compreendesse a própria cidadania não somente a partir do sufrágio eleitoral – que é, sem dúvida, fundamental, mas não reflete a verdadeira essência

de um regime democrático. A democracia se faz, na verdade, pela atuação direta do povo, de modo a colocar o cidadão na postura ativa de sujeito político, que, conforme se vê atualmente, manifesta-se em passeatas, mas também reconhece a premência de estabelecer uma ponte entre si e seus representantes, em formar coletivos com disposição para atuar junto à sociedade e, principalmente, saber reconhecer no outro, que pensa de forma diferente, também um sujeito político necessitado de boas políticas públicas.

Neste ponto, da caracterização do outro como inimigo, a partir de suas diferenças ideológicas, ao invés de um parceiro, pelas suas semelhanças humanas, tem-se, como consequência, a negação não somente da política, mas também da sua própria condição pública. Afinal, a política é formulada, cotidianamente, por um público e a ele é dirigida. E se este público não se reconhecer como sujeito participante dela, tanto pior para ele, que dela será apartado, mas ainda precisará da política para viver no Brasil, um Estado que, como os demais, se constrói a partir da política – para o bem e para o mal.

O fato é que a ideologia neoliberalizante retirou do povo o seu caráter coletivo e cívico, impingindo-lhe uma noção individualista e anti-estatal. É verdade que a roda viva cotidiana nos leva a trabalhar para comer e dormir, também nos obrigando a comer e dormir para trabalhar, restando, pouco (ou quase nada) de tempo e disposição para pensarmos a nossa própria realidade política, bem como nossa inserção nesta enquanto público.

Não obstante, verdades absolutas como “Estado mínimo”, “meritocracia” e mesmo o lugar-comum “política é coisa suja” devem ser, constantemente, postos em cheque, especialmente por quem mais sofre as consequências deste pensamento. É muito comum, por exemplo, ouvir que as cotas educacionais e o bolsa-família são políticas eleitoreiras, feitas somente para angariar votos. Contudo, à noção de que as políticas públicas criam uma população subserviente e clientelista, deve-se insurgir um outro questionamento, o qual, em primeiro lugar, coloque em pauta o que levou estas pessoas a necessitarem, tanto assim, de políticas que garantam um mínimo de possibilidades.

A verdadeira liberdade não se concretiza na mera escolha do que fazer a seguir. Pode-se argumentar que o morador de rua que, por exemplo, decide debaixo de qual viaduto irá dormir esta noite tem liberdade, no sentido estrito da palavra. Mas, na realidade, suas escolhas estão condicionadas pela sua condição socioeconômica desumana, que lhe permite, enfim, uma existência apenas biológica, destituída de qualquer aspiração mais construtiva, que não a de somente (sobre)viver mais um dia.

Esta garantia, de um mínimo de possibilidades passíveis de serem concretizadas em uma vida digna (lembrando que a dignidade humana e a cidadania são fundamentos constitucionais do nosso Estado Democrático de Direito), não é fácil de ser atingida. Mas todos conhecem um elemento básico para tal consecução: a tão (mal)afamada educação de qualidade.

Não por coincidência, quatro dos artigos que compõem o presente livro tratam, diretamente, sobre educação, questionando, em geral, a formação dos brasileiros, por meio de interessantes pesquisas interdisciplinares, a partir de olhares diferenciados e bastante críticos. Somando-se a eles, os demais artigos também contêm algum caráter educativo, pois nos permitem aprender mais sobre situações nem sempre discutidas no âmbito das políticas públicas, como o ativismo animal, a atuação dos profissionais da saúde e a bissexualidade.

Neste sentido, o presente livro, certamente, se coaduna com as críticas ora brevemente apresentadas, por trazer novas perspectivas, sugestões e críticas às políticas públicas desenvolvidas em solo nacional. Pela leitura dos artigos que o compõem, percebe-se a necessidade de se questionar tanto a política quanto o público que, ao mesmo tempo, a propõe e é por ela atingido.

As políticas públicas são nossas – e, portanto, suas, caro leitor, assim como o conhecimento adquirido pela leitura deste livro. Que ele possa, por fim, trazer as melhorias necessárias para que o tal futuro seja, finalmente, atingido, mas de forma a trazer benesses humanamente dignas para todos que compõem o público.

Pedro Fauth Manhães Miranda
Doutorando em Direito (PUCPR)

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ATUAÇÃO DOS ATIVISTAS PELOS DIREITOS DOS ANIMAIS NO AMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PROTETIVAS	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes	
DOI 10.22533/at.ed.5971901	
CAPÍTULO 2	24
A CONDUTA DO ENFERMEIRO DIANTE DO ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
Emanuela Souza Pereira	
Kaline Alves de Sousa	
Elias Rocha de Azevedo Filho	
DOI 10.22533/at.ed.5971902	
CAPÍTULO 3	32
BISSEXUALIDADE E GÊNERO: INVISIBILIDADES VIVÍVEIS	
Fernanda Gracielle Aguiar Zonta	
Danielle Jardim Barreto	
Claudio Leão de Almeida Junior	
DOI 10.22533/at.ed.5971903	
CAPÍTULO 4	40
DESEMPENHO DE EGRESSOS DA MODALIDADE A DISTÂNCIA EM CONCURSO PÚBLICO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE PARANAGUÁ/PR	
Cléber dos Santos Gonçalves	
Maria Luisa Furlan Costa	
DOI 10.22533/at.ed.5971904	
CAPÍTULO 5	52
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E AGENDA NEOLIBERAL - O CASO DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA EM MINAS GERAIS	
Vicente Batista dos Santos Neto	
Terezinha Severino da Silva	
Maria Célia Borges	
DOI 10.22533/at.ed.5971905	
CAPÍTULO 6	66
RETRATO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EAD NA REDE FEDERAL	
Vanessa Battestin	
Denio Rebello Arantes	
Simone Costa Andrade dos Santos	
Miguel Fabricio Zamberlan	
DOI 10.22533/at.ed.5971906	
CAPÍTULO 7	82
UMA PARTILHA DE SABERES ENTRE O COLÉGIO PROF. EDNA MAY CARDOSO E A UNIVERSIDADE-PIBID-FILOSOFIA/UFMS: OLÍMPIADAS FILOSÓFICAS	
Sandra Isabel da Silva Fontoura	
Emilana Soares Ziani	
DOI 10.22533/at.ed.5971907	
SOBRE A ORGANIZADORA	91

A ATUAÇÃO DOS ATIVISTAS PELOS DIREITOS DOS ANIMAIS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PROTETIVAS

Nilsen Aparecida Vieira Marcondes

Centro Universitário Internacional (UNINTER)

Escola Superior de Gestão Pública, Política,
Jurídica e Segurança

RESUMO: Na atualidade, vive-se numa sociedade em que se não tolera mais a ausência de ética e a inobservância dos direitos dos animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos. Diante disso, objetiva-se neste artigo refletir sobre a relevância da atuação dos Ativistas pelos direitos dos animais no âmbito das políticas públicas protetivas. Trata-se de um estudo qualitativo, básico, descritivo, bibliográfico e documental em que se realizou a seleção e leitura das referências bibliográficas e das normatizações constitucionais, infraconstitucionais federais e estaduais, bem como organização das informações coletadas e análise e discussão das mesmas. A corrente epistemológica adotada pauta-se no construtivismo e no que diz respeito a perspectiva teórica priorizada assenta-se na investigação crítica. Os resultados deste estudo apontam que o poder do ativismo e da mobilização para a Causa dos Animais poderão trazer resultados positivos no âmbito nacional, estadual e municipal. Concluindo, a atuação dos Ativistas é capaz de favorecer e fortalecer um movimento nacional de defesa aos animais

na direção da implantação, implementação, desenvolvimento e consolidação de políticas públicas protetivas da integridade física e psíquica dos animais não humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Ativistas da Causa Animal. Política Pública Protetiva. Integridade Física e Psíquica.

ABSTRACT: Nowadays, we live in a society where we can no longer tolerate the absence of ethics and the non-observance of the rights of wild, domestic or domesticated animals, native or exotic. Therefore, this article aims to reflect on the relevance of the activists' actions for the rights of animals in the scope of public policies of protection. It is a qualitative, basic, descriptive, bibliographical and documentary study in which the selection and reading of bibliographical references and constitutional, federal and state infra-constitutional norms, as well as the organization of the information collected and the analysis and discussion of them were carried out. The epistemological current adopted is based on constructivism and, with regard to the prioritized theoretical perspective, is based on critical research. The results of this study indicate that the power of activism and mobilization for the Cause of Animals can bring positive results at the national, state and municipal levels. In conclusion, the activities of the Activists are capable of favoring

and strengthening a national animal protection movement towards the implementation, implementation, development and consolidation of public policies that protect the physical and mental integrity of non-human animals.

KEYWORDS: Animal Cause Activists. Protective Public Policy. Physical and Psychical Integrity.

1 | INTRODUÇÃO

Entende-se por Ativistas da Causa Animal a somatória de indivíduos representados por protetores, profissionais, estudantes, autoridades, agentes públicos, educadores e pesquisadores, os quais compõem uma parcela politicamente ativa da sociedade, exercem seus direitos de cidadania nas várias esferas da vida social em que estão inseridos. Tratam-se de pessoas motivadas pelos mesmos impulsos, que partilham interesses comuns, que cooperam entre si e unem esforços pela implantação, implementação, desenvolvimento e consolidação de políticas públicas protetivas da integridade física e psíquica dos animais, sejam eles silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos (CERRI NETO, 2018).

O termo política envolve duas características singulares: existência de um interesse e uma decisão. Portanto, a política abrange sempre algum objetivo ou vontade – influenciar o comportamento de alguém ou de um órgão decisório, por exemplo – e um resultado final, uma decisão – ter tido sucesso ou fracasso no objetivo ou vontade almejados. E, a função do governo no âmbito político é justamente a de receber *inputs* sociais (as demandas) para, posteriormente, gerar *outputs* (as decisões). Portanto, o governo administra o Estado a partir do recolhimento das demandas e interesses advindos dos grupos sociais que formam a totalidade da sociedade, dentre estes grupos situa-se o dos defensores da Causa Animal por exemplo, e após esse governo (a) processa as informações; e (b) as analisa para posteriormente (c) tomar as decisões pertinentes (QUEIROZ, 2012).

O processo político é considerado público justamente porque se configura como instrumento de formulação de decisões de interesse geral, comuns e coletivas decisões estas as quais potencialmente trarão impactos sobre os comportamentos de todos os indivíduos que compõem a sociedade. E, independente do querer ou não, se está sempre submetido a um processo político que se repercute em todas as atitudes, em toda a maneira de ser ou de se agir (QUEIROZ, 2012).

Diante do exposto acima, conclui-se, portanto, que política pública se configura como resposta do Poder Público às demandas da sociedade. Portanto, políticas públicas são frutos de processos organizacionais que reivindicam por melhores condições de vida. E esta resposta do Poder Público se apresenta como processo dinâmico, ou seja, não estático. Assim sendo, as demandas da sociedade, e, por conseguinte, as demandas dos defensores da Causa Animal instigam os poderes públicos a emitirem respostas porque como se sabe os vários interesses da sociedade afetam as escolhas

dos atores políticos. Diante disso, tais respostas, também denominadas de resultados políticos ou políticas públicas, evidenciam a capacidade de governança do Poder Público. E o fruto da ação governamental, qual seja, a resposta da capacidade de governança pode ou não ser favorável às demandas da sociedade (QUEIROZ, 2012).

Neste estudo, adota-se a definição conceitual de animais silvestres, exóticos, domésticos e domesticados advinda da Lei do Estado de São Paulo nº 11.977 de 2005. No artigo 1º, parágrafo único onde se lê:

Consideram-se animais: 1. Silvestres, aqueles encontrados livres na natureza, pertencentes às espécies nativas, migratórias, aquáticas ou terrestres, que tenham o ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras ou em cativeiro sob a competente autorização federal; 2. Exóticos, aqueles não originários da fauna brasileira; 3. Domésticos, aqueles de convívio do ser humano, dele dependentes, e que não repelem o jugo humano; 4. Domesticados, aqueles de populações ou espécies advindas da seleção artificial imposta pelo homem, a qual alterou características presentes nas espécies silvestres originais [...] (SÃO PAULO, 2005, p. 1).

Na atualidade, vive-se numa sociedade em que se não tolera mais a ausência de ética e a inobservância dos direitos dos animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos. Diante disso, objetiva-se com este breve estudo teórico refletir sobre a relevância da atuação dos Ativistas pelos direitos dos animais no âmbito das políticas públicas protetivas.

Além disso, a pluralidade societária contemporânea exige também que a ética social apresente também como componentes – além da autonomia, cidadania, igualdade de oportunidades – a tolerância e o diálogo. E com relação a tolerância, particularmente, entende-se que ela implica numa atitude ativa na direção do assumir uma predisposição respeitosa aos projetos alheios visto que podem ser valorados, não obstante não compartilhamento por todos. E nesta direção, cita-se como exemplo os projetos dos defensores da Causa Animal os quais defendem ações políticas protetivas da integridade física e psíquica dos animais, particularmente dos animais domésticos que vivem no ambiente urbano e que são vítimas de maus-tratos, negligência e/ou abandono.

Ultimamente, o interesse ou a preocupação com ações políticas protetivas da integridade física e psíquica dos animais não humanos, tem se ampliado sendo alvo da mídia, das normatizações e da literatura sobre questões ambientais.

Nesta direção, este estudo se apresenta quanto à forma de abordagem do assunto, como qualitativo; no que tange a modalidade investigativa como básico; do ponto de vista de seus objetivos, como descritivo; com relação aos procedimentos técnicos, qualifica-se como bibliográfico e documental; no que diz respeito aos instrumentos de coleta de dados caracteriza-se pela (1) seleção e leitura das referências bibliográficas e das normatizações constitucionais, infraconstitucionais federais e estaduais, (2) organização das informações coletadas, e (3) análise e discussão das informações de cunho bibliográfico e documental; em se tratando da

corrente epistemológica adotada pauta-se no construtivismo; no tocante a perspectiva teórica priorizada tem-se a investigação crítica (PEROVANO, 2016); e por fim no que concerne ao referencial analítico para análise e interpretação das normatizações utiliza-se da análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 Alguns flagrantes de desrespeito à integridade física e psíquica dos animais

O envolvimento dos defensores da Causa Animal com ações políticas protetivas da integridade física e psíquica dos animais não humanos é motivado pelo interesse individual e coletivo de busca pelo cessar dos desconfortos físicos e mentais a que os animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos são submetidos sobremaneira pelo ser humano (CERRI NETO, 2018).

A título de exemplos os desconfortos físicos e mentais a que estes animais são submetidos podem ser classificados, dentre outras realidades como: (1) abandono; (2) negligência; (3) tortura; (4) espancamento; (5) golpeamento; (6) alvejamento; (7) mutilação; (8) envenenamento; (9) manutenção do animal preso constantemente em correntes; (10) manutenção do animal em locais pequenos e anti-higiênicos; (11) impedimento do animal ao acesso à ventilação ou luz solar; (12) exposição do animal ao sol, à chuva e ao frio; (13) privação do animal à ingestão de água e alimentação diária; (14) imposição de trabalho excessivo ou superior a força do animal; (15) incentivo às brigas clandestinas entre animais e promoção de violência como rinhas de galo, ferra-do-boi dentre outras; (16) caça ilegal ou predatória;); (17) aprisionamento de animais; (18) utilizar animal em shows que possam lhe causar pânico ou estresse; (19) abusos em rituais religiosos; (20) prática de realização de vídeos de animais sendo maltratados, mutilados ou mortos e veiculação das imagens no ambiente da Internet; (21) negação de assistência veterinária ao animal doente ou ferido; (22) captura de animais silvestres; (23) dentre outras correlatas (FRANCO, 2016).

Os interesses que os protetores e ativistas, profissionais e estudantes, autoridades e agentes públicos, educadores e pesquisadores da Causa Animal estão buscando por meio da ação política com vistas à proteção da integridade física e psíquica dos animais não humanos é respaldada por um arcabouço normativo pátrio constitucional e infraconstitucional o qual tem ainda aumentado com o predomínio de novas legislações de âmbito estadual e municipal. Tais legislações partem do pressuposto de que os indivíduos humanos e não humanos são dignos de direitos (CERRI NETO, 2018).

À vista disso, a agregação dos comportamentos individuais dos defensores da Causa Animal se consolida num comportamento coletivo na defesa de que os animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos devem, dentre

outras necessidades ser: (1) alimentados com regularidade; (2) protegidos contra todo e qualquer tipo de agressões advindas: (a) de fatores ambientais – chuvas, ventos, alagamentos; (b) dos seres humanos – maus-tratos, abandono nas ruas; e/ou (c) de outros animais – brigas por manutenção da sobrevivência; (3) tratados com respeito e carinho; (4) abrigados em um lar provisório ou definitivo; (5) abrigados em uma Entidade provisória ou definitiva de Proteção dos Animais; (6) acompanhados, medicados e tratados e contra toda e qualquer situação que lhes causem desconforto físico (ferimentos diversos consequente da fragilidade de sua situação de saúde, de fraturas sofridas e/ou de agressões que lhes foram imputadas decorrentes de contatos com outros animais ou com seres humanos) e/ou desconforto mental (abandono); (7) vacinados sempre que necessário; (8) vermifugados sempre que necessário; (9) internados para um tratamento intensivo se a situação assim o exigir; (10) castrados; (11) levados para passear; (12) incentivados a participar de atividades recreativas (brincadeiras dentro e fora de seu local de moradia); (13) deixados em local especializado e/ou permanecer aos cuidados de terceiros (pessoa de confiança) quando a família for viajar e não puder levá-lo; (14) dentre outras correlatas (CERRI NETO, 2018).

2.2 A relevância da cultura, dos valores, das convicções e dos princípios

De forma geral, a cultura, os valores, as convicções e os princípios exercem influências sobre as políticas no contexto do processo político. Consequentemente, valores como “respeito à vida do animal”, “tolerância às diferenças entre as espécies”, “tutela dos direitos dos animais”, dentre outras realidades atinentes aos animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos devem ser objeto de defesa constante por parte de todos os Ativistas da Causa Animal e de toda a sociedade em geral, tendo em vista a interdependência existente entre as distintas espécies de vida que habitam o globo terrestre. Interdependência esta vital para manutenção da sobrevivência de todos os seres vivos na Terra (CERRI NETO, 2018).

As convicções atinentes à tutela dos animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos são importantes no campo das políticas públicas protetivas da integridade física e psíquica dos animais não humanos. E, independentemente de assumirem a forma de princípios ou não, se configuram como relevantes porque: primeiro, são capazes de moldar a política protetiva animal e segundo, porque existem indícios empíricos que evidenciam a relação entre convicções e escolhas políticas (QUEIROZ, 2012).

Como se sabe e se reconhece as convicções produzem impactos, por isso a importância dos defensores da Causa Animal serem eles próprios produtores de princípios. Convicções exercem relevantes repercussões numa luta política em prol da proteção animal (CERRI NETO, 2018). As convicções podem trazer consequências importantes sobre os resultados de uma determinada ação política porque elas potencialmente têm a capacidade de exercer influência (QUEIROZ, 2012). Por conseguinte, é necessário não esmorecer diante de uma luta política protetiva que

justifica teórica e pragmaticamente a importância da implantação, implementação, desenvolvimento e consolidação de políticas públicas voltadas à proteção da integridade física e psíquica dos animais não humanos (CERRI NETO, 2018).

Por outro lado, a presença de valores, convicções ou princípios opostos as necessidades de “respeitar à vida do animal”, “tolerar às diferenças entre as espécies”, “tutelar os direitos dos animais” dentre outras correlatas, não devem intimidar a produção de conhecimentos, ou mesmo as ações dos Ativistas da Causa Animal (CERRI NETO, 2018). E isso porque ao invés de serem vistos como possíveis cerceadores das intervenções dos Ativistas em prol da implantação, implementação, desenvolvimento e consolidação de políticas públicas voltadas à proteção da integridade física e psíquica dos animais não humanos, tais valores, convicções ou princípios opostos devem ser encarados como aquilo que representam de fato, ou seja, como realidades concretas, objetivas, legítimas e naturais dentro de uma sociedade plural (MEDEIROS, 2016), em que interesses diversos podem e devem ser acomodados no interior de um sistema político junto as demais demandas materiais e não materiais apresentadas pela sociedade (QUEIROZ, 2012).

Logo, nada impede que os defensores da Causa Animal possam e devam defender suas convicções em torno da implantação, implementação, desenvolvimento e consolidação de políticas públicas voltadas à proteção da integridade física e psíquica dos animais não humanos, podendo contar com financiamento de Organizações e/ou Empresas privadas Nacionais e/ou Internacionais para criação e manutenção de espaços e/ou locais destinados exclusivamente à prestação de serviços gratuitos direcionados aos animais (CERRI NETO, 2018).

2.3 A ausência de motivação estatal para investimentos em políticas públicas protetivas da integridade física e psíquica dos animais

As razões aduzidas por gestores, membros do Poder Executivo, para a rejeição da implantação, implementação, desenvolvimento e consolidação de políticas públicas voltadas à proteção da integridade física e psíquica dos animais não humanos podem ser de natureza distinta: (1) ora pela defesa de ausência de recursos financeiros; (2) ora pelo fato de ela não se situar como prioridade no plano de governo em questão; (3) ora pelo desconhecimento (intencional ou não) de que a questão se trata de um dever estatal positivado em Normatizações Constitucional, infraconstitucionais e muitas das vezes também nas normatizações estaduais e municipais nas quais um determinado município esteja inserido (QUEIROZ, 2012).

No que se refere à alegação, por parte do Poder Público, de ausência de recursos financeiros a serem alocados para a implantação, implementação, desenvolvimento e consolidação de políticas públicas voltadas à proteção da integridade física e psíquica dos animais não humanos, têm-se algumas considerações a se fazer.

A administração da riqueza social, particularmente dos recursos públicos, não

se constitui apenas como uma função técnica, mas também representa uma forma de poder (QUEIROZ, 2012). Por conseguinte, por mais que uma cúpula diretiva se considere como *proprietária do dinheiro* e, portanto, dando ao recurso público o destino que bem entender (PERISSINOTTO; COSTA; MASSIMO, 2018) defendendo por exemplo como desnecessário o investimento em políticas públicas protetivas da integridade física e psíquica dos animais não humanos, isso não pode ser considerado como justificativa aceitável pelos Ativistas da Causa Animal e nem pela sociedade como um todo. E tal justificativa não pode ser aceita justamente porque a riqueza social, como o próprio nome diz, é social, portanto pertence a todos (QUEIROZ, 2012) e não somente a uma minoria diretiva (PERISSINOTTO; COSTA; MASSIMO, 2018).

Os recursos financeiros do sistema político são públicos, advindos dos tributos pagos por todos os membros da sociedade. Dessa maneira, o dinheiro para subsidiar políticas públicas protetivas da integridade física e psíquica dos animais não humanos advém dos (1) impostos sobre: (a) Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); (b) Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); (c) Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU); (d) Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR – de pessoa física e jurídica); (e) Imposto sobre Operações de Crédito (IOF); e (f) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS); (2) das taxas referentes: (a) emissão de documentos (RG, CPF, CNH); (b) Licenciamento Anual de Veículo; e (c) registro de comércio cobrado para registro do contrato social de uma empresa; e (3) das contribuições de melhorias para fazer face ao custo de obras públicas (QUEIROZ, 2012).

Como se pode verificar, os recursos financeiros destinados a subsidiar políticas públicas protetivas da integridade física e psíquica dos animais não humanos são de origem pública (QUEIROZ, 2012) e tais recursos não podem ser considerados como *propriedade particular* de uma minoria política diretiva (PERISSINOTTO; COSTA; MASSIMO, 2018). Pelo contrário todas as demandas da sociedade precisam ser consideradas dentro de uma perspectiva mais democrática possível (MEDEIROS, 2016).

Os princípios democráticos devem ser assumidos pelos Ativistas da Causa Animal como forma de defesa dos animais não humanos ante eventuais posturas tendenciosas de uma minoria política diretiva e/ou de alguns grupos sociais os quais estejam propensos a direcionar os recursos públicos numa única direção. Assim sendo, todas as políticas públicas e, por conseguinte também políticas públicas protetivas da integridade física e psíquica dos animais não humanos, devem ser objeto de investimento e atenção por parte do poder público de forma mais equânime possível (MEDEIROS, 2016; PERISSINOTTO; COSTA; MASSIMO, 2018).

Por fim, convém ressaltar ainda que também existe a possibilidade de o Estado – se assim o desejar – se voltar à articulação de somas de investimentos privados de origem interna e externa e destiná-las às áreas de proteção da integridade física e psíquica dos animais não humanos de forma a expandir as intervenções contempladas

nas políticas públicas voltadas a este fim.

Portanto, nada impede que parte dos investimentos do governo, bem como da concessão dos subsídios e dos estímulos recebidos sejam direcionados à implantação, implementação, desenvolvimento e consolidação de políticas públicas voltadas à proteção da integridade física e psíquica dos animais não humanos.

No que se refere às possíveis alegações, por parte do Poder Público, de que as políticas públicas voltadas à proteção da integridade física e psíquica dos animais não humanos: (1) não se situam como prioridades em planos de governo e/ou (2) não se tratam de um dever estatal positivado em Normatizações Constitucional, infraconstitucionais e muitas das vezes também nas normatizações estaduais e municipais nas quais um determinado município esteja inserido, têm-se igualmente algumas considerações a se fazer.

Partindo-se somente do âmbito federal, vislumbram-se diversos dispositivos que focam a proteção do animal não humano. Para citar alguns tem-se: a própria Constituição Federal de 1988 (artigo 225, § 1º, inciso VII) (BRASIL, 1988).

Têm-se também cinco Leis Federais: (1) nº 7.802/89 (artigos 5, 7 [inciso III, alínea a e b] e 8); (2) nº 9.433/97 (artigos 1 [inciso III] e 50 [incisos I, II, III e IV, § 1º]); (3) nº 9.605/98 (Capítulo V, Seção I, artigos 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35, outros artigos que não fazem parte da Seção I, mas que igualmente se referem à tutela animal podem ser aferidos nos artigos 40 [§§ 1º e 2º, 52, 54, 61 e 72 [inciso IV]); (4) nº 12.651/2012 (artigos 3 [incisos II, III e X, alínea a], 4 [§ 5º], 6 [inciso IV], 9, 27 e 40 [§ 1º]; e (5) nº 13.426/2017 (artigos 1, 2 [inciso III] e 3) (BRASIL, 1989, 1997, 1998, 2012b, 2017).

Tem-se ainda o Decreto Federal nº 6.514/2008 (artigos 3 [inciso 4], 14, 24 [incisos I e II, § 3º incisos I, II e III, §§§§ 4º, 5º, 7º e 9º], 25 [incisos I e II §§ 1º e 2º], 26 [incisos I e II e seu parágrafo único], 27 [incisos I e II], 28, 29, 30, 31 [e seu parágrafo único], 32, 33 [e seu parágrafo único], 34, 35 [e seu parágrafo único com os respectivos incisos de I a VI]; 36, 37 [e seu parágrafo único], 38 [§§ 1º e 2º], 39 [seu parágrafo único e incisos I e II], 40 [incisos I e II], 41, 42 [e seu parágrafo único], 61, 67, 71, 84 [§§ 1º e 2º], 102, 103 [incisos I e II §§ 1º e 2º], 106 [inciso 2º], 107 [incisos I e II §§§§ 1º, 2º, 3º e 5º], 134 [incisos III, IV, VI e VII], 135 [e seu parágrafo único], 137 140 [incisos I alínea a e b, incisos II e V] (BRASIL, 2008).

Tem-se igualmente a Lei Federal Complementar nº 140/2011 em que a tutela compartilhada da fauna está positivada. Nesta normatização estão estabelecidos os critérios para a colaboração que deve existir entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no que se refere à execução de ações administrativas consequentes do exercício da competência comum relativas (BRASIL, 2011).

Têm-se finalmente vários Projetos de Leis Federais que se encontram em tramitação. Somente na Câmara dos Deputados Federais, 25 Projetos foram apresentados naquela legislatura até a data de 06 de fevereiro de 2019 (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2019). A título de exemplos de Projetos de Leis Federais destacam-se quatro: O primeiro deles de nº 3.141/2012 se encontra em tramitação no Senado

Federal. Nele, se verifica a presença da tutela animal ao definir o agravamento à pena da conduta de maus-tratos praticada, bem como a instituição como causa de aumento de pena do crime de maus-tratos aos animais a prática de atos de zoofilia (BRASIL, 2012a).

O segundo deles de nº 4.564/2016 se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados Federais. Nele, se verifica a presença da tutela animal e particularmente da espécie doméstica ao definir claramente o que seja a conduta de maus-tratos praticada contra os animais e estabelecer punições consequentes conforme artigos 2 (e seu parágrafo único) e 3 (BRASIL, 2016).

O terceiro Projeto de Lei nº 27/2018 de âmbito da Câmara dos Deputados Federais (PLC) se encontra em fase de tramitação no Senado Federal. Nele é apresentada uma proposta de inserção de um dispositivo na Lei 9.605/1998 dispondo sobre a natureza jurídica dos animais não humanos (BRASIL, 2018a).

O quarto Projeto de Lei nº 470/2018 de âmbito do Senado Federal (PLS), por sua vez, se encontra em fase de aprovação na Câmara dos Deputados Federais. E, nele é apresentada uma proposta de alteração da Lei 9.605/1998 em seu artigo 32 elevando a pena de maus-tratos e estabelecendo punição financeira para estabelecimentos comerciais coniventes com tal ação (BRASIL, 2018b).

Portanto, partindo do ponto de vista federal verificam-se a presença de diplomas legais robustos que sustentam e comprovam a importância da implantação, implementação, desenvolvimento e consolidação de políticas públicas voltadas à proteção da integridade física e psíquica dos animais não humanos. Isso sem falar nas diversas outras normatizações que tratam da temática e que pertencem ao âmbito específico de cada um dos 26 estados brasileiros, do Distrito Federal e dos 5.569 municípios do país.

Assim sendo, urge a necessidade do Poder Público federal em consonância com seus pares em nível estadual e municipal determinar um amplo sistema público de proteção da integridade física e psíquica dos animais não humanos, de forma a minimizar o sofrimento de milhares de animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos e confortar os sentimentos de grande parte da população brasileira carente de assistência médica veterinária para seus animais, principalmente os domésticos, resgatados nas ruas ou da ação de traficantes de animais silvestres.

Isso posto, conclui-se então que, em face da imposição de alguns ou muitos limites à implantação, implementação, desenvolvimento e consolidação de políticas públicas voltadas à proteção da integridade física e psíquica dos animais não humanos, é importante que os defensores da Causa Animal não se deem por vencidos caso suas demandas não sejam contempladas seja num horizonte temporal curto, médio ou longo.

Pelo contrário, em resposta a uma possível apatia ou desmotivação por parte dos defensores da Causa Animal diante de alguma situação limitadora da implantação, implementação, desenvolvimento e consolidação de políticas públicas voltadas à

proteção da integridade física e psíquica dos animais não humanos é necessário não perder de vista que: (1) política é processo e processos não são estáticos, mas sim dinâmicos; (2) quanto mais conectados entre si estiverem os membros do grupo de interesse defensor da Causa Animal, maior será a influência que poderão exercer nos rumos e tomadas de decisões dos atores políticos; e (3) a unificação dos anseios individuais e coletivos (grupos de interesse) e sua relevância no cenário político são fundamentais na tomada de decisão de um governo (QUEIROZ, 2012).

E ainda, também em resposta a uma possível apatia ou desmotivação por parte dos defensores da Causa Animal diante de alguma situação limitadora da implantação, implementação, desenvolvimento e consolidação de políticas públicas voltadas à proteção da integridade física e psíquica dos animais não humanos é necessário se lembrar que no artigo 17, parágrafo 1º da Lei Complementar Federal nº 140 de 2011, o exercício do poder de polícia por parte de qualquer pessoa legalmente identificada pode e deve ser acionado independentemente da necessidade de prescindir da evidência do aspecto subjetivo da conduta do agente, bastando a constatação de que existiu uma ou mais transgressões das regras em vigor.

Diante disso, situações caracterizadas como comissivas e/ou omissivas em face da obrigatoriedade da proteção da integridade física e psíquica dos animais pode levar o cidadão brasileiro exercer seu poder de polícia e solicitar dos órgãos competentes que sejam implantadas políticas públicas protetivas dos animais não humanos. Além disso, a Administração Pública ao priorizar a implantação, implementação, desenvolvimento e consolidação de tais políticas estaria também ancorada no princípio da supremacia do interesse público (BRASIL, 2011). Portanto, apatia e desmotivação não devem fazer parte do vocabulário de qualquer cidadão brasileiro, e principalmente dos Ativistas pelos Direitos dos Animais.

2.4 O tripé da proteção jurídica enquanto realidade fortalecedora das políticas públicas protetivas da integridade física e psíquica dos animais

Embora a sociedade esteja submetida ao domínio de uma minoria detentora do poder político – minoria esta que direciona os rumos das políticas públicas e estabelece a hierarquia de prioridades – convém reforçar, e isso é muito importante, que no interior destas mesmas sociedades existe o que se denomina de proteção jurídica (CERRI NETO, 2018; PERISSINOTTO; COSTA; MASSIMO, 2018).

Por minoria detentora do poder político no âmbito municipal se entende os ocupantes dos cargos de prefeito, secretários municipais e de vereadores. Portanto, a composição de um governo municipal se dá pela presença destes atores supracitados (QUEIROZ, 2012).

Por proteção jurídica se entende um conjunto de instrumentos capazes de proteger a maioria contra o abuso do poder da minoria. Esse conjunto de instrumentos pode ser representado por preceitos morais ou valores sociais, forças sociais

organizadas e por mecanismos ou aparatos jurídicos formais. Isto posto, é justamente a proteção jurídica que irá impedir que as minorias politicamente ativas imponham seu poder sem limites ou o paute somente nos interesses próprios ou político-partidários (PERISSINOTTO; COSTA; MASSIMO, 2018).

Este tripé da proteção jurídica, particularmente neste estudo em questão, pode ser exemplificado da seguinte forma: (1) por preceitos morais ou valores sociais citam-se o respeito aos direitos dos animais, a tolerância às diferenças entre as espécies, o reconhecimento da senciência dos animais não humanos, ou seja, o reconhecimento de que os animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos também sofrem e sentem dor; dentre outros; (2) por forças sociais organizadas mencionam-se os grupos sociais organizados como é o caso dos Ativistas da Causa Animal composto por protetores, profissionais e estudantes, autoridades e agentes públicos, educadores e pesquisadores ; e (3) por mecanismos ou aparatos jurídicos formais apontam-se a noção de equilíbrio entre os poderes executivo, legislativo e judiciário; a instituição do direito que o animal não humano possui de ter sua integridade física e psíquica protegida; dentre outros direitos atinentes aos animais não humanos e garantidores de uma vida saudável livre da imputação de ações ou omissões que lhe causem desconforto físico ou mental e positivados no âmbito constitucional e infraconstitucional federal, estadual ou municipal (CERRI NETO, 2018; PERISSINOTTO; COSTA; MASSIMO, 2018).

Particularmente no que se refere ao direito que o animal possui de ter sua integridade física e psíquica protegida, tal tutela é expressa de forma bastante elucidativa em normatizações Constitucional e Infraconstitucional. Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, parágrafo 1º, inciso VII evidencia-se a proibição da crueldade contra os animais não humanos: “[...] proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou *submetam os animais a crueldade*” (BRASIL, 1988, s/p., grifo nosso). Na Lei Federal 9.605/1998, artigo 32 se lê: “Praticar ato de *abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos*: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa” (BRASIL, 1998, s/p., grifo nosso). Nesta normatização infraconstitucional em questão: “O objeto jurídico deste crime, isto é, o bem jurídico protegido pela norma é a *integridade física (e psíquica)* dos animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos” (CERRI NETO, 2018, p. 15, grifo do autor).

Assim sendo, por mais poderosa que uma minoria detentora do poder político possa ser – uma vez que existe a proteção jurídica do direito dos animais não humanos de ter sua integridade física e psíquica protegida – esta minoria não pode violar este direito que a totalidade dos animais brasileiros silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos possuem (CERRI NETO, 2018; PERISSINOTTO; COSTA; MASSIMO, 2018).

2.5 As responsabilidades da Administração Pública previstas na Constituição Federal e na Política Nacional do Meio Ambiente

É interessante destacar logo a princípio que, não obstante se impor ao Poder Público o dever de preservar o meio ambiente, tal dever se estende também à coletividade como um todo. Entretanto, a Constituição Federal de 1988 evidencia que esse dever é, precipuamente, do Poder Público, ou seja, a Administração Pública é a principal guardiã do meio ambiente no Brasil. Posteriormente, ou dito de outra forma, em segundo lugar, é dever também da coletividade (BRASIL, 1988).

Pois bem, a partir do momento em que a Constituição Federal de 1988 grafa em seu texto no artigo 225º a palavra coletividade e partindo do pressuposto de que coletividade se trata de um conjunto de seres humanos que partilham hábitos, costumes e interesses, torna-se evidente que a referida Carta Magna está se reportando à totalidade da população brasileira (BRASIL, 1988).

Portanto, sabendo que o conceito de coletividade implica em um conjunto de pessoas e não somente em indivíduos isolados, fica patente que, para fazer valer seus direitos e cumprir suas responsabilidades, a coletividade brasileira necessita de uma representação central. Essa representação é efetivada pelo Poder Executivo e suas instituições em âmbito municipal, estadual e federal – instituições delegadas para representar os interesses da coletividade e administrar o país. Com isso, salienta-se que, ao determinar como responsáveis pela defesa e preservação do meio ambiente o Poder Público e a coletividade, a Constituição Federal de 1988 impõe uma dupla carga de responsabilidade ao governo ou seja, à Administração Pública seja ela municipal, estadual ou federal (BRASIL, 1988).

Diante do que foi exposto acima, entende-se que o Estado tem em vista disso o poder-dever de agir na defesa do meio ambiente e é responsável por sua fiscalização e proteção, conforme previsto no artigo 225 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Sua responsabilidade por omissão é objetiva no caso de existir previsão legal específica para isso, como é o caso da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente – Lei. Federal 6.938/81 – a qual inclui a pessoa jurídica de direito público no amplo conceito de poluidor, devendo responder objetivamente pelos danos que causar ao meio ambiente e a terceiros (BRASIL, 1981).

De acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente – Lei 6.938/1981, artigo 3º inciso IV - uma Administração Pública – seja ela municipal, estadual ou federal pode ser caracterizada como uma poluidora e/ou uma degradadora do meio ambiente na medida em que indiretamente (por omissão, por exemplo) vê o problema dos maus tratos, negligência e abandono para com o espécime doméstica, particularmente a que vive no meio urbano e nada faz no sentido de promover ações mitigadoras ou solucionadoras dos problemas existentes (BRASIL, 1981).

Esse tipo de comportamento o qual pode ser atribuído tanto a uma pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável direta ou indiretamente,

por atividades causadoras de degradações ambientais caracteriza-se nesta Política Nacional do Meio Ambiente como ação, mesmo que ação indireta, mas ação e ação poluidora ou degradadora da qualidade ambiental (BRASIL, 1981). Como se sabe, omitir-se e/ou silenciar-se também são caracterizadas como formas de ação: ação omissiva. Conseqüentemente, os flagrantes de desrespeito à integridade física e psíquica dos animais não humanos podem ser cometidos por meio de condutas comissivas (ação) ou omissivas (omissão). (CERRI NETO, 2018, p. 16).

Em face do exposto, os agentes públicos do poder municipal, estadual ou federal precisam tomar providências quanto a isso sob a pena de se caracterizarem como potenciais poluidores, para usar os termos previstos na Política Nacional do Meio Ambiente no artigo 3º, inciso IV da Lei 6.938/1981 (BRASIL, 1981).

É ainda, imperioso também que a Administração Pública – seja ela municipal, estadual ou federal – coloque em prática aquilo que está previsto na Lei 6.938/1981 que trata da Política Nacional do Meio Ambiente em seu artigo 4º, inciso I “à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico [...]” (BRASIL, 1981, p.2). Em sendo assim, conciliar o desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico significa então integrar as diversas políticas públicas existentes sejam elas municipais, estaduais e/ou federais.

Pensar o desenvolvimento econômico sob o ponto de vista social significa assumir como foco preponderante o voltar-se para o incentivo das condições possibilitadoras de melhorias da qualidade de vida dos cidadãos que habitam determinado território. Desta forma, desenvolvimento econômico difere-se de crescimento econômico na medida em que por crescimento entende-se o aumento da renda nacional, pois quando um país cresce economicamente o seu Produto Interno Bruto (PIB) se eleva. Trata-se, por conseguinte de um processo quantitativo no qual o PIB significa “[...] somatória dos bens e serviços finais produzidos em uma economia, durante determinado período de tempo e com base em unidades monetárias (moeda corrente).” (BRAGA; SILVA, 2016, p. 216).

Por outro lado, quando se trata de desenvolvimento econômico fala-se de um processo qualitativo em que se descortina diante dos olhos uma realidade mais ampla que vai além do fator econômico, abarcando também outros aspectos os quais somados à questão econômica são capazes de proporcionar a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. E quando se refere à melhoria da qualidade de vida áreas como Saúde, Segurança, Educação, Meio Ambiente, Mobilidade Urbana – somente para citar algumas – devem ser levadas em consideração (BRAGA; SILVA, 2016, p. 216-217).

Diante disso, conclui-se que os fatores de medição do crescimento e do desenvolvimento econômico são distintos na medida em que uma realidade é quantitativa e a outra qualitativa. “O crescimento é um processo menos complexo que o desenvolvimento e pode ser medido por meio das variações do PIB. Já o

desenvolvimento é mensurado por meio da análise de uma série de indicadores. Entre eles, podemos citar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ” (BRAGA; SILVA, 2016, p. 217).

Portanto, quando a Administração Pública – seja ela municipal, estadual ou federal – investe nas áreas da Economia, da Saúde, da Segurança, da Educação, da Mobilidade Urbana, do Meio Ambiente – e aqui evidencia-se a implantação, implementação, desenvolvimento e consolidação de políticas públicas protetivas da integridade física e psíquica dos animais não humanos – ela está contribuindo para o alcance do desenvolvimento integral do cidadão, ou seja, para o desenvolvimento econômico da nação.

Todas essas observações sugerem que a efetividade última do desenvolvimento econômico depende, essencialmente, da articulação coerente com as demais políticas públicas as quais se inter-relacionam entre si – fato que exige um esforço de entendimento ampliado por parte das autoridades que compõem uma determinada Administração Pública, o qual pode estar ausente a depender do contexto local, do momento histórico ou do nível de consciência dos gestores públicos.

Não obstante, o princípio da supremacia do interesse público faz pensar que a implantação, implementação, desenvolvimento e consolidação de políticas públicas protetivas da integridade física e psíquica dos animais não humanos conjugada com as demais políticas públicas de âmbito municipal, estadual ou federal trarão imensos benefícios à população brasileira.

2.5.1 Administração Pública Municipal e o Princípio da Subsidiariedade: as responsabilidades no contexto da Política Nacional do Meio Ambiente

Particularmente no que se refere à Administração Pública Municipal, além de contribuir para a efetivação daquilo que está assegurado no artigo 4º, inciso I da Lei 6.938/1981 – ou seja além de contribuir com o desenvolvimento econômico do próprio município, do estado e da nação –, o poder municipal estará também em consonância com aquilo que está previsto no âmbito desta mesma Política Nacional do Meio Ambiente no que se refere ao colocar em prática o princípio da subsidiariedade, ou seja, o entendimento pacífico existente na sociedade de que aquele órgão e/ou instância decisória e/ou executória que está mais próximo da realidade é o que deve se incumbir de gerenciar, tomar providência, colocar em prática as ações que promoverão a harmonia da vida coletiva naquele determinado território (BRASIL, 1981).

As ações voltadas à implantação, implementação, desenvolvimento e consolidação de políticas públicas protetivas da integridade física e psíquica dos animais não humanos, por parte da Administração Pública Municipal, contribuirão também com a efetivação da Política Nacional do Meio Ambiente particularmente no que se refere ao artigo 4º, inciso V da Lei 6.938/1981, na medida em que promoverá no

âmbito municipal a “[...] à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico [...]” (BRASIL, 1981, p. 2).

Outra realidade a ser considerada também é que a Lei 6.938/1981 que institui a Política Nacional do Meio Ambiente, por meio de seu artigo 4º, inciso VII trata da imposição “[...] ao poluidor [...], da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados [... aos] recursos ambientais [...]”. (BRASIL, 1981, p. 2). Logo, diante dos maus-tratos, da negligência e do abandono para com os animais – particularmente para com os da espécie doméstica que vivem no meio urbano sob a jurisdição de uma determinada Administração Pública Municipal – é imposta, por normatização federal, a necessidade de tomada de providências quanto a isso.

E na sequência dessa mesma Lei Nacional lê-se em seu artigo 5º que: “As diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente serão formuladas em normas e planos, destinados a orientar a ação dos Governos [...] dos Municípios no que se relaciona com a preservação da qualidade ambiental e manutenção do equilíbrio ecológico [...]” (BRASIL, 1981, p. 2-3). Desse modo, verifica-se claramente a importância de uma intervenção complementar e conjunta entre os diversos âmbitos da Administração Pública no sentido de alcançar esse objetivo proposto, qual seja a preservação da qualidade ambiental e a manutenção do equilíbrio ecológico.

Nos dispositivos integrantes do artigo 6º da Lei 6.938/1981 que institui a Política Nacional do Meio Ambiente pode-se verificar que os Municípios são citados enquanto órgãos locais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) para os quais são apregoados dentre outras responsabilidades a de controlar e fiscalizar as atividades atinentes à proteção e melhoria da qualidade ambiental nas suas respectivas jurisdições. (BRASIL, 1981, p. 3).

No parágrafo 1º deste artigo 6º lê-se que: “§ 1º – Os Estados, na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, elaborarão normas supletivas e complementares e padrões relacionados com o meio ambiente, observados os que forem estabelecidos pelo CONAMA [Conselho Nacional do Meio Ambiente]” (BRASIL, 1981, p. 3). E na sequência a responsabilidade municipal pode ser verificada quando se evidencia que: “§2º – Os Municípios, observadas as normas e os padrões federais e estaduais, também poderão elaborar as normas mencionadas no parágrafo anterior” (BRASIL, 1981, p. 3).

Verifica-se, pois pela leitura desses dispositivos integrantes do artigo 6º da Lei 6.938/1981 – que institui a Política Nacional do Meio Ambiente –, que existe um claro e evidente incentivo no sentido de despertar a responsabilidade por parte da Administração Pública Municipal na direção da elaboração de normas supletivas e complementares relacionados ao meio ambiente, o que justifica por conseguinte a implantação, implementação, desenvolvimento e consolidação de, por exemplo, políticas públicas protetivas da integridade física e psíquica dos animais não humanos na respectiva área de sua jurisdição, qual seja, a municipal.

Com relação aos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, tem-se o artigo 9º, inciso IX que trata das “[...] penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental.” (BRASIL, 1981, p. 4). A normatização neste sentido vem reforçar a necessidade de tomada de providências por parte da pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado que por ação ou omissão não cumpriu as medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental, caso contrário se sujeitará ao recebimento de sanções (BRASIL, 1981; 1998).

Logo, diante de uma perceptível situação de maus-tratos, abandono e/ou negligência particularmente das espécies domésticas que vivem no meio urbano, faz-se necessária a implantação, implementação, desenvolvimento e consolidação de, por exemplo, políticas públicas protetivas da integridade física e psíquica dos animais não humanos, sob a pena de o município ser caracterizado como agente passível de recebimento de penalidade por parte do governo federal (BRASIL, 1981; 1998).

Nesta mesma direção, tem-se ainda o artigo 14º da Lei 6.938/1981 atinente à Política Nacional do Meio Ambiente, o qual apresenta a seguinte redação:

Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores: I – à multa simples ou diária [...] II - à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público; III – perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito [...] § 1º Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente [...]. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente. § 2º No caso de omissão da autoridade [...] municipal, caberá ao Secretário do Meio Ambiente a aplicação das penalidades pecuniárias previstas neste artigo. (BRASIL, 1981, p. 8).

Pela leitura dos dispositivos presentes no artigo 14º supramencionado reforça-se o conteúdo do parágrafo 1º onde se lê:

Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente. (BRASIL, 1981, p. 8).

À vista do enunciado neste parágrafo conclui-se que nas situações em que uma determinada Administração Pública Municipal ou mesmo Estadual ou Federal se configure como deficiente ou negligente, comissiva ou omissivamente, a mesma deve reparar a lesão de forma solidária, muito embora e nada impede que o degradador principal – quando existir – deva ser o primeiro a ser indiciado.

Complementando, o artigo 15º desta mesma Lei apresenta a seguinte redação: “O poluidor que expuser a perigo a incolumidade humana, *animal* ou vegetal ou estiver tornando mais grave situação de perigo existente, fica sujeito à pena de reclusão de

1 (um) a 3 (três) anos e multa de 100 (cem) a 1.000 (mil) MVR.” (BRASIL, 1981, p.9, grifo nosso).

As prerrogativas garantidas no âmbito da legislação nacional atinentes à proteção e à defesa da integridade física e psíquica dos animais não humanos demandam a criação de condições para que sejam efetivadas de fato pelos gestores públicos municipais. Portanto, diante do exposto, conclui-se que uma Administração Pública Municipal ao se deparar com o problema dos maus-tratos, negligência e/ou abandono para com a espécie doméstica, particularmente com aquela que vive no meio urbano sob sua jurisdição e nada faz no sentido de promover ações mitigadoras ou solucionadoras dos problemas existentes, como por exemplo implantação, implementação, desenvolvimento e consolidação de políticas públicas protetivas da integridade física e psíquica dos animais não humanos, poderá ser caracterizada como omissa e tal situação poderá ainda acarretar consequências conforme previstas nas normatizações federais supra mencionadas (BRASIL, 1981;1998).

2.6 O Poder Executivo Municipal e a necessidade de apoio na concretização das políticas públicas protetivas da integridade física e psíquica dos animais

No caso do desejo de implantação de políticas públicas protetivas da integridade física e psíquica dos animais não humanos partir da iniciativa do Poder Executivo Municipal, particularmente do chefe do Poder Executivo – ou seja do Prefeito – é importante ater-se ao fato de que não convém a ele mobilizar somente os Ativistas da Causa Animal, bem como a sociedade civil em geral para compensar, por exemplo, a ausência de um apoio institucional – o qual também se configura como primordial – porque agir nesta direção apenas enfraquece ainda mais as instituições políticas.

E como se deseja que tais políticas públicas protetivas da integridade física e psíquica dos animais não humanos não sejam somente implantadas, mas também implementadas, desenvolvidas num crescer contínuo e consolidada no território de jurisdição do Prefeito é relevante que todas as forças políticas locais sejam respeitadas e valorizadas como forma de se alcançar com maior garantia o sucesso nas ações voltadas à proteção da integridade física e psíquica dos animais não humanos.

Esse apoio de todos em torno do chefe do Poder Executivo também é importante porque em situações de dificuldades e/ou eventuais crises no processo de implantação, implementação, desenvolvimento e consolidação das políticas públicas protetivas da integridade física e psíquica dos animais não humanos é tal apoio que fornecerá as condições necessárias para enfrentamento destas situações de dificuldades e/ou crises.

E ainda, embora não se possa considerar a afirmação que segue como regra geral, é importante que em algumas situações específicas se possa contar com a participação de Ativistas da Causa Animal que não têm vinculação política partidária porque isso contribui para a promoção da imparcialidade e da especialidade no âmbito

das reflexões em torno das tomadas de decisões e execução das ações propriamente ditas.

Diante da experiência brasileira de planejamento estatal consubstanciada na: (1) formulação e implementação de planos e projetos e na (2) articulação de investimentos destinados as mais diversas políticas públicas (BRAGA; SILVA, 2016), reafirma-se a importância dos chefes do Poder Executivo – quando se tratar de políticas públicas protetivas da integridade física e psíquica dos animais não humanos – a manter e estimular um bom relacionamento com os Ativistas da Causa Animal.

Considera-se que o apoio popular (Ativistas da Causa Animal e demais membros da sociedade civil em geral) e o apoio institucional (representantes eleitos dos diversos partidos políticos ocupantes das diversas instâncias deliberativas) devem caminhar *pari passu* ao Poder Executivo como forma de: (1) garantir a efetividade e a eficácia das políticas públicas protetivas da integridade física e psíquica dos animais não humanos as quais necessitam de uma base estável de sustentação; (2) contribuir para a estabilidade da democracia; e (3) fortalecer o sistema político brasileiro. Assim sendo, o apoio popular e o apoio institucional se configuram como uma combinação vital e essencial para a implantação, implementação, desenvolvimento e consolidação das políticas públicas protetivas da integridade física e psíquica dos animais não humanos.

Por fim, quando as bases consideradas como importantes para o apoio de um determinado governo, seja ele municipal, estadual ou federal se rompem tal situação pode levar o chefe do Poder Executivo a ter sérios problemas na gestão de seu governo. É isso que a história da nação brasileira evidencia desde a chegada da corte de Dom João, o príncipe regente, ao Brasil em 1808 – quando até então o Brasil ainda possuía status de colônia portuguesa – e a partir disso importantes alterações socioeconômicas começaram a surgir na estrutura institucional pátria: do processo de independência em 1822 à instauração da República (BRAGA; SILVA, 2016).

2.7 A participação e o envolvimento dos Ativistas da Causa Animal

O princípio da gestão democrática assegura a participação de todos os cidadãos na: (1) elaboração de políticas públicas; e (2) no acesso às informações dos órgãos administrativos e do Poder Público de uma forma geral (MEDEIROS, 2016). Além disso, o Estado se configura como uma “âncora fundamental dos direitos de cidadania” (CLEMENTE; JULIANO, 2017, p. 200).

No que diz respeito ao Poder Judiciário, esse princípio se manifesta, por exemplo, através da possibilidade dos cidadãos individualmente, por meio de ação popular, e do Ministério Público, das organizações não governamentais, de sindicatos e de movimentos sociais de uma forma geral, por meio de ação civil pública ou de mandado de segurança coletivo, questionarem judicialmente as ações ou omissões do Poder Público ou de particulares (HACK, 2012) que possam repercutir negativamente sobre

o meio ambiente e conseqüentemente sobre a manutenção da integridade física e psíquica dos animais não humanos.

A participação e o envolvimento dos Ativistas da Causa Animal (protetores, profissionais e estudantes, autoridades e agentes públicos, educadores e pesquisadores) com políticas públicas protetivas da integridade física e psíquica dos animais não humanos é de extrema relevância tendo em vista as conseqüências positivas desse engajamento.

Como primeira conseqüência tem-se a contribuição que os Ativistas podem dar para a implantação, implementação, desenvolvimento e consolidação de políticas públicas protetivas da integridade física e psíquica dos animais não humanos (QUEIROZ, 2012). A segunda repercussão positiva desta participação e envolvimento está na colaboração que os Ativistas podem dar para a ampliação da democracia no país (MEDEIROS, 2016).

E como terceira conseqüência positiva – porém não menos importante – deste engajamento por parte dos Ativistas está no fato de, por meio dele, poderem impedir ou mesmo inibirem a concentração de decisões nacionais, estaduais ou municipais – que potencialmente possam produzir impactos negativos na vida de todos os animais não humanos – nas mãos de uma minoria política diretiva, de alguns grupos sociais específicos e/ou dos membros de organizações não estatais, particularmente das grandes corporações econômicas (PERISSINOTTO; COSTA; MASSIMO, 2018).

E à medida que esta concentração decisional pode prejudicar ou mesmo retardar a implantação, implementação, desenvolvimento e consolidação de políticas públicas protetivas da integridade física e psíquica dos animais não humanos, isso justifica a recomendação de que os Ativistas da Causa Animal (protetores, profissionais e estudantes, autoridades e agentes públicos, educadores e pesquisadores) precisam e devem se inserir no campo da arena política.

Por isso, a sugestão defendida neste trabalho de que os Ativistas da Causa Animal precisam se inserir no âmbito político se deve principalmente ao fato de que: não convém para a manutenção da saúde democrática brasileira que somente uma pequena parcela da população (MEDEIROS, 2016) – como por exemplo uma minoria política diretiva e/ou alguns grupos sociais específicos ou ainda membros de organizações não estatais, particularmente das grandes corporações econômicas, cujas decisões tem efeitos sociais e políticos inegáveis – detenham amplos poderes sobre o destino do país (PERISSINOTTO; COSTA; MASSIMO, 2018) e por conseqüência sobre o destino da fauna brasileira.

Não se pode permitir, sem qualquer controle sobre isso, que uma minoria política diretiva e/ou alguns grupos sociais específicos: (1) concentrem, em suas mãos, cada vez mais a capacidade de definir de forma arbitrária e danosa o destino de milhões de animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos; e (2) que se omitam diante das responsabilidades que lhes cabem frente à implantação, implementação, desenvolvimento e consolidação de intervenções que proporcionem

maior e eficaz respeito ao direito que o animal não humano possui de ter sua integridade física e psíquica protegida. Em vista disso, tanto a ação arbitrária quanto a omissão são danosas e é preciso combatê-las.

Como já visto anteriormente, políticas públicas são frutos de processos organizacionais que reivindicam por melhores condições de vida, seja vida do ser humano seja vida dos animais não humanos. Destarte, cabe aos Ativistas da Causa Animal (protetores, profissionais e estudantes, autoridades e agentes públicos, educadores e pesquisadores) lutar pela implantação, implementação, desenvolvimento e consolidação de políticas públicas protetivas da integridade física e psíquica dos animais não humanos de modo a não permitir que uma tão nobre causa como esta seja relegada somente aos membros do poder político aceitando pacificamente decisões, por vezes arbitrárias de uma cúpula diretiva.

Desta maneira, em se tratando de políticas públicas protetivas da integridade física e psíquica dos animais não humanos seja no âmbito municipal, estadual ou federal não se pode assumir um papel subalterno de aceitação das (1) decisões impostas ou da (2) ausência de decisões (omissões e negligência para com a questão) por parte dos detentores do poder político daquela determinada instância decisória.

Como o pilar de um sistema democrático saudável consiste justamente na capacidade de os diversos sujeitos que compõem a sociedade fazer frente à dominação arbitrária de uma minoria. Logo, reforça-se que para a manutenção desta saúde democrática brasileira (MEDEIROS, 2016; PERISSINOTTO; COSTA; MASSIMO, 2018) e conseqüente implantação, implementação, desenvolvimento e consolidação de políticas públicas protetivas da integridade física e psíquica dos animais não humanos, é imprescindível o exercício da participação.

Juntos os defensores da Causa Animal são capazes de criar um movimento nacional de defesa aos animais na direção da implantação, implementação, desenvolvimento e consolidação de políticas públicas voltadas à proteção da integridade física e psíquica dos animais não humanos. Desse modo, o poder do ativismo e da mobilização para a Causa dos Animais poderão trazer resultados positivos no âmbito nacional, estadual e municipal. Assim, é necessário não esmorecer na luta contínua pela transformação dos ideais protetivos em ações concretas (QUEIROZ, 2012).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envolvimento dos defensores da Causa Animal com ações políticas protetivas é motivado pelo interesse individual e coletivo de busca pelo cessar dos desconfortos físicos e mentais a que os animais são submetidos sobremaneira pelo ser humano. Não obstante evidência de algumas cruéis realidades, no Brasil existe um arcabouço normativo pátrio constitucional e infraconstitucional adensado pela presença de legislações de âmbito estadual e municipal que pressupõem que os animais domésticos, domesticados, silvestres ou exóticos são dignos de direitos.

Considera-se relevante o desenvolvimento de uma cultura, bem como de valores, de convicções e de princípios atinentes à tutela dos animais uma vez que tais realidades, acrescidas do: (1) arcabouço normativo e protetivo existente; somados ao (2) tripé da proteção jurídica que se tem no Brasil e às (3) responsabilidades que o Estado tem para com a defesa do meio ambiente por meio da fiscalização e proteção, juntas tais realidades têm potencial significativo para interferir diretamente na aceleração da implantação, implementação, desenvolvimento e consolidação de políticas públicas protetivas da integridade física e psíquica dos animais não humanos.

E, neste sentido o engajamento dos Ativistas da Causa Animal com as políticas públicas protetivas da integridade física e psíquica dos animais não humanos é muito pertinente tendo em vista as consequências positivas dessa participação as quais são alcançadas justamente por meio do imprescindível exercício de uma democracia participativa.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRAGA, B.P.M.; SILVA, E.J. **Uma reflexão introdutória sobre o Brasil e sua formação econômica**. 1ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Federal 6.938**, 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF, 1981.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 7.802**, 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Brasília, DF, 1989.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Federal 9.433**, de 08 de janeiro de 1997. Dispõe sobre a instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do artigo 21 da Constituição Federal, e altera o artigo 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, Brasília, DF, 1997.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 9.605**, 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto Lei 6.514**, 22 de julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei complementar 140**, de 08 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a fixação de normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do Caput e do Parágrafo Único do Artigo 23 da Constituição Federal, para a Cooperação Entre a União, os Estados, o Distrito

Federal e os Municípios nas Ações Administrativas Decorrentes do Exercício da Competência Comum Relativas a Proteção das Paisagens Naturais Notáveis, a Proteção do Meio Ambiente, ao Combate à Poluição em Qualquer de Suas Formas e a Preservação das Florestas, da Fauna e da Flora; e Altera a Lei 6.938, de 31 de Agosto de 1981. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei PL 3.141/2012**, 07 de fevereiro de 2012. Dispõe sobre a alteração do artigo 32 da Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena pela prática de ato de abuso, consistente em maus-tratos ou mutilação de animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, e instituir como causa de aumento de pena do crime de maus-tratos aos animais a prática de atos de zoofilia. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=93B3BA283715C0D102E1F8C5482BE8A6.proposicoesWebExterno2?codteor=963161&filename=PL+3141/2012>. Acesso em: 15 abr. 2019. Texto Original: Redação Final. 2012a.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 12.651**, 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF, 2012b.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei PL 4.564/2016**. Dispõe sobre a conduta de maus-tratos praticada contra os animais e estabelece punição. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2078280>>. Acesso em: 15 abr. 2019. Texto Original.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 13.426**, 30 de março de 2017. Dispõe sobre a Política de Controle da Natalidade de Cães e Gatos e dá outras providências. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei PLC 27/2018**, 19 de abril de 2018. Dispõe sobre o acréscimo de dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a natureza jurídica dos animais não humanos. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7729363&ts=1548945065868&disposition=online>>. Acesso em: 15 abr. 2019. Texto Original. 2018a.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei PLS 470/2018**, 05 de dezembro de 2018. Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para elevar a pena de maus-tratos e estabelecer punição financeira para estabelecimentos comerciais que concorrerem para esta prática. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7892475&ts=1548946909726&disposition=inline>>. Acesso em: 15 abr. 2019. Texto Original. 2018b.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Notícias sobre o Meio Ambiente. 2019. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/MEIO-AMBIENTE/572049-PELO-MENOS-25-PROJETOS-APRESENTADOS-NESTA-LEGISLATURA-VISAM-A-PROTECAO-DOS-ANIMAIS.html>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

CERRI NETO, M. **Combate ao crime de maus-tratos contra animais**. São Paulo: Sentido Animal, 2018.

CLEMENTE, A. J.; JULIANO, M. C. **Do Estado Moderno ao Contemporâneo**: reflexões teóricas sobre sua trajetória. 1ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2017.

FRANCO, E. C. A violência e a tortura de animais revela desvio de personalidade. **Revista Jusbrasil**, Salvador/BA, v. -, n. -, p. 1-9, ago. 2016. Disponível em: <https://elainefrancoadv.jusbrasil.com.br/artigos/394009666/a-violencia-e-a-tortura-de-animais-revela-desvio-de-personalidade?ref=topic_feed>. Acesso em: 15 abr. 2019.

HACK, E. **Direito Constitucional**: conceitos, fundamentos e princípios básicos. 1ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2012.

MEDEIROS, P. **Uma introdução à Teoria da Democracia**. 1ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2016.

PERISSINOTTO, R.; COSTA, L.D.; MASSIMO, L. **As Elites Políticas**: questões de teoria e método. 2ª ed. rev.ampliada. Curitiba: Intersaberes, 2018.

PEROVANO, D. G. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 1ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2016.

QUEIROZ, R.B. **Formação e Gestão de Políticas Públicas**. 1ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2012.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa de São Paulo. **Lei Estadual nº 11.977**, de 25 de agosto de 2005. Dispõe sobre a instituição do Código de Proteção aos Animais do Estado e dá outras providências. São Paulo, SP, 2005.

A CONDUTA DO ENFERMEIRO DIANTE DO ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Emanuela Souza Pereira

Centro Universitário ICESP - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa - NIP
Brasília - DF

Kaline Alves de Sousa

Centro Universitário ICESP - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa - NIP
Brasília - DF

Elias Rocha de Azevedo Filho

Centro Universitário ICESP - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa - NIP
Brasília - DF

RESUMO: O Programa Nacional de Humanização (PNH) propõe mudanças no momento do atendimento ao usuário, revelando perspectivas de organização do processo de trabalho em equipe, no qual o cliente deverá ser atendido conforme suas prioridades e não por ordem de chegada. O objetivo do estudo é aprimorar o conhecimento prático e habilidade a respeito da Classificação de Risco na Atenção Primária a Saúde (APS), evidenciando a importância da qualidade do atendimento no momento do acolhimento, com competência técnica, bom senso e sensibilidade, para que sejam pactuados critérios e sinais para uma classificação eficaz. Este é um estudo de revisão literária desenvolvida através de artigos científicos. Após o levantamento, prosseguiu-se

com a análise dos dados caracterizados e acordo com a temática escolhida para elaboração do trabalho. Além disso, foi realizada, como critério de seleção de artigos, a leitura de resumos que mais se adequassem ao tema, e como critério de exclusão, foram considerados artigos que estivessem ultrapassando seis anos de publicação.

Palavras-chave: Atenção Primária. Classificação de Risco. Acolhimento.

THE NURSE'S BEHAVIOR REGARDING THE WELCOME WITH RISK CLASSIFICATION IN PRIMARY CARE

ABSTRACT: Introduction: The National Humanization Program (PNH) proposes changes in the moment of the customer service, revealing perspectives of organization of the teamwork process, in which the client should be served according to their priorities and not in order of arrival. The objective of the study is to improve the practical knowledge and skill regarding the Primary Health Care Risk Assessment (PHC), highlighting the importance of quality of care at the time of the reception, with technical competence, common sense and sensitivity, so that criteria and signs for effective classification be agreed. This is a study of literary review developed through scientific

articles. After the survey, the analysis of the data characterized and according to the thematic chosen for the elaboration of the work was started. In addition, as a criterion for the selection of articles, the reading of abstracts that were more appropriate to the theme was performed, and as an exclusion criterion, articles that were more than six years of publication were considered.

KEYWORDS: Primary Care. Risk rating. Welcome.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a saúde é direito de todos e dever do Estado, tendo como princípio e diretrizes: universalidade, integralidade e gratuidade, através da implementação do Sistema Único de Saúde – SUS. Nesse contexto, foi criada a classificação de risco com o acolhimento aos usuários na Atenção Primária à Saúde – APS, tendo como proposta aliviar as urgências/emergências. Com a consolidação do SUS, a Política Nacional de Atenção Básica – PNAB estabelece a estabilidade da APS nos territórios, concordando com a política de territorialização, ordenando fluxos e promovendo a promoção da equidade em saúde (FERTONANI et al., 2015).

Essa política institui vários ideais, como as Equipes Saúde da Família – ESF, que se concentram em unidade de atendimento de baixa complexidade localizadas próximas aos pacientes, chamadas Unidades Básicas de Saúde – UBS (PNAB, 2012).

Essas unidades contam com equipes multiprofissionais capazes de atender às necessidades de quem procura por atendimento de forma universal e integral. Portanto, o usuário passou a ter outra referência para buscar, promover e recuperar sua saúde além dos hospitais (CAMPOS et al., 2014).

Considera-se que a atenção primária é a porta de entrada na busca por atendimento, através da UBS, que substituiu o modelo convencional de atendimento primário e tem aumentado gradativamente com a ampliação do alcance das equipes de estratégias saúde da família. Essa crescente se deve a reeducação dos usuários no momento de tomar decisão sobre qual serviço escolher ao necessitar de atendimento, aumentando a importância da atenção básica no alívio das emergências de hospitais ao oferecer serviços de prevenção aos usuários (MALTA et al., 2013).

Apesar da ampliação da cobertura das UBS, a procura por serviços de emergência ainda é grande, o que gera sobrecarga nesse tipo de unidade, agravando-se por problemas do tipo organizacional, como a falta de classificação de risco. Ao considerar que o serviço de emergência é um ponto de atenção extremamente relevante dentro das redes de atenção, e que a implementação da classificação de risco é um elemento racionalizado da atenção às urgências, compreende-se que a identificação de fragilidades enfrentadas por um serviço de emergência contribuirá para melhora da prestação deste serviço (ARAUJO et al., 2014).

Foi lançada, em 2004, a Política Nacional de Humanização – PNH, tendo

como um de seus métodos que o profissional enfermeiro faça o acolhimento dos clientes em conjunto com a classificação de risco, diferenciando a antiga forma de classificação, atualizando com humanização no momento da triagem e em todo processo de atendimento. Instituído uso de uma escuta qualificada que possibilite analisar a demanda, caucionando atenção integral, decisiva e responsável por meio do funcionamento das redes internas dos serviços (CARVALHO; HIRATA, 2013).

O objetivo do estudo é aprimorar o conhecimento prático e habilidade a respeito da Classificação de Risco na Atenção Primária a Saúde (APS), evidenciando a importância da qualidade do atendimento no momento do acolhimento, com competência técnica, bom senso e sensibilidade, para que sejam pactuados critérios e sinais para uma classificação eficaz.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este é um estudo de revisão literária desenvolvida através de artigos científicos. A pesquisa foi conduzida através de livros relacionados ao tema, base eletrônica de dados, leis e estatutos.

Após o levantamento, prosseguiu-se com a análise dos dados caracterizados de acordo com a temática escolhida para a elaboração da pesquisa. Além disso, foi realizada, como critério de seleção de artigos, a leitura de resumos que mais se adequam ao tema em questão e, como critério de exclusão, foram desconsiderados os artigos que ultrapassassem seis anos de publicação.

DISCUSSÃO

De acordo com a PNH (2012), para alcançar um atendimento adequado, é necessário uma conexão entre paciente e equipe, na qual aquele deverá ser atendido conforme suas prioridades, e não por ordem de chegada, tendo em vistas que o profissional enfermeiro realize uma boa conduta, com habilidade e confiança, favorecendo fácil acesso aos usuários, com objetivo de minimizar as grandes filas.

O acolhimento com classificação de risco é uma ferramenta utilizada para organização dos fluxos, baseada em critérios que propiciam os atendimentos aos pacientes, conforme o grau de prioridade de quem procura o serviço de saúde. O acolhimento tem início com a chegada do usuário à unidade de saúde, com a identificação do quadro, situação, queixa ou episódio (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2013).

Há diversas definições de acolhimento. Vale ressaltar que não se restringe a uma triagem médica, e sim, avaliar riscos e fragilidade dos clientes, sendo possível efetuar atendimentos imediatos, se necessário, ou encaminhar pacientes para outras unidades, e quando houver necessidade, agendar consultas médicas (ARAUJO et al., 2014).

Considerando os princípios e diretrizes do SUS, todo cidadão tem direito a atendimento público de qualidade em qualquer esfera da saúde, porém, o que se observa é a superlotação das urgências/ emergências, o que torna o atendimento precário, com unidades abarrotadas e profissionais sobrecarregados. Neste contexto, houve necessidade de alterar o modelo organizacional da assistência a saúde, para privilegiar a Atenção Primária (ARAKAWA et al., 2012).

A APS surgiu como uma importante opção de atendimento para atendimentos de baixa complexidade, dando-lhes a primeira assistência de maneira preventiva e proporcionando a promoção a saúde, humanizando atendimento e gerando vínculo entre os usuários e os profissionais. Diante disso, o acolhimento humanizado no momento da classificação de risco recebe grande notoriedade, pois garante a dignidade do cliente no momento em que procurar uma instituição pública de saúde, no âmbito de sua fragilidade de sofrimento e dor (SOUZA, 2014).

Para o processo de classificação, é necessária a identificação dos pacientes que necessitam de intervenção médica e de cuidados de enfermagem, de acordo com o potencial risco, agravos à saúde ou grau de sofrimento, usando um processo de escuta qualificada e tomada de decisão baseada em protocolo e aliada à capacidade de julgamento crítico e experiência do enfermeiro (SEC.MUNIC.SÃO LUIZ, 2012).

O papel do enfermeiro é reconhecer a classificação de risco como uma ferramenta para sistematizar o atendimento, de maneira que permita a avaliação dos usuários de acordo com o agravo à saúde. Conseqüentemente, não se leva em consideração a ordem de chegada. Para tanto, o profissional utiliza-se sua qualificação e habilidade para promover a escuta qualificada. Dentre outras especificações, deve: avaliar e registrar a queixa detalhadamente e corretamente, o trabalho em equipe, o raciocínio clínico, utilizando-se de agilidade mental para tomadas de decisão, assim como ter capacidade para fazer os devidos encaminhamentos para rede assistencial para que se efetive a continuidade do cuidado (SILVA et al., 2017).

No momento da abordagem ao cliente, o enfermeiro deve identificar suas queixas e efetuar o exame físico, passar para os clientes instruções de manutenção da saúde, propondo prosseguimento ao tratamento. Como coordenador da equipe, é o profissional responsável por efetivar a primeira escuta do acolhimento junto com a classificação de risco, seguindo normas e protocolos adequados para se captar informações importantes, e assim, fechar diagnósticos eficientes (BACKER et al., 2012)

A importância da equidade nas UBS principalmente com a demanda espontânea, faz com que o profissional tenha uma visão holística do usuário, ampliando a entrada desse paciente, identificando suas necessidades, solucionando o problema, pactuando respostas necessárias aos clientes, contemplando todos os aspectos da vida mental, social e biológico (ANDRADE et al., 2015).

O reconhecimento do agravo à saúde pelo profissional de enfermagem é de suma importância. Para devida classificação, o enfermeiro deve utilizar a classificação

de risco que está prevista no caderno de atenção básica número 28 do Ministério da Saúde de 2013. Tal caderneta, em conexão com a classificação de risco para o correto atendimento, descreve a conduta do enfermeiro, que deverá ser a seguinte:

a. situação não aguda

- Orientação específica e/ou sobre as ofertas da unidade
- Adiantamento de ações previstas em protocolos
- Contudo, vale salientar que o tempo para o agendamento deve levar em consideração a história, vulnerabilidade e o quadro clínico de queixa.

b. situação aguda ou crônica agudizada

- Atendimento imediato (alto risco de vida): necessita de intervenção da equipe no mesmo momento, obrigatoriamente com a presença do médico.
- Atendimento prioritário (risco moderado): necessitam de intervenção breve da equipe, podendo ser ofertada inicialmente medidas de conforto pela enfermagem até a nova avaliação do profissional mais indicado para o caso. Influencia na ordem de atendimento.
- Atendimento no dia (risco baixo ou ausência de risco com vulnerabilidade importante), situação que precisa ser manejada no mesmo dia pela equipe, levando em conta a estratificação de risco biológico e a vulnerabilidade psicossocial. O manejo poderá ser feito pelo enfermeiro e/ou médico e/ou odontólogo, ou profissionais de núcleo de apoio à saúde da família, dependendo da situação e dos protocolos locais.

Fragilidade e avaliação de risco

Um dos princípios do SUS é a equidade, que pode ser trazido para atenção primária no momento do acolhimento nas unidades básicas de saúde com a demanda espontânea. Na verdade, esse atendimento deverá acontecer de forma positiva, tratando diferentemente os desiguais, conforme necessidade para que atinjam a igualdade, que é justamente a resolução de sua demanda. Essa abordagem permite maior fluidez na assistência (ANDRADE et al., 2015).

Na organização do fluxo é importante priorizar os casos de maior urgência, mas para isso, é importante averiguar sinais de riscos mais notórios, com consultas de enfermagem individualizadas. Diferentemente de um pronto socorro, na atenção básica não se utiliza medidas severas de tempo para o usuário conseguir realizar consultas médicas após o acolhimento, somente em situações de gravidade (BRASIL, 2013).

Para se implantar esse tipo de atendimento, é necessário organizar o processo de trabalho em equipe, de forma que se evitem filas ou a distribuição de senhas na demanda espontânea. É importante lembrar que alguns fatores podem exigir ajustes de fluxograma. Por exemplo, o número de equipes de atenção básica da unidade sendo pequeno, provavelmente fará com que algum membro da outra equipe de

referência realize a escuta e, possivelmente, algumas intervenções, abreviando o fluxo do usuário na unidade (CARVALHO; HIRATA, 2013).

O fluxograma que está inserido no anexo 1 tem como objetivo apresentar um modelo de fluxo dos pacientes que buscam a unidade básica de saúde (UBS), advindo da hipótese de que a recepção é o primeiro contato do paciente com a unidade, e que esse contato não abrange todo cuidado e intervenções necessárias. Foi implementado um local adequado para que a escuta e acolhimento sejam feitos de forma mais eficaz. Porém, mesmo com esse espaço, deve ser frisado que a equipe multiprofissional não deve se restringir em fazer o acolhimento somente nessa delimitação, pois o acolhimento deve ser feito com ou sem sala (BRASIL, 2013).

Mesmo que esse processo seja padronizado, deve-se esperar um grande número de situações adversas de mediações e ajuste entre um padrão recomendado e uma realidade com características peculiares. Com isso, o mais importante para conseguir uma padronização no fluxo é estabelecer parâmetros de atendimento (SILVA, 2014).

Podem ser citadas como exemplos de parâmetros as seguintes situações:

- Receber e encaminhar devidamente os usuários com atividades agendadas (consultas, por exemplo), com isso será evitado esperas desnecessárias.
- Orientação específica sobre as ofertas da unidade
- Adiantamento de ações previstas em protocolos
- Inclusão em ações programáticas
- Encaminhamento/ orientações para ações/ programa intersetoriais
- Encaminhamento para outros pontos de atenção conforme a necessidade do usuário.

Nos casos acima apresentados, fica evidente a preocupação em melhorar o processo, ampliar a resolutividade e capacidade de cuidado na equipe de acolhimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Em resumo, o fluxograma mostra uma forma eficiente de planejamento estratégico, organização do trabalho coletivo nas unidades básicas de saúde, porém, essa ferramenta deve ser adaptada, enriquecida, testada e ajustada frequentemente, sempre levando em conta as particularidades de cada região (BRASIL, 2013).

CONCLUSÃO

O acolhimento com qualificação de risco mudou o processo de trabalho nas unidades básicas de saúde porque facilitou e ofereceu aos usuários respostas positivas, de maneira que se obteve maior aproximação do atendimento humanizado.

O novo modelo reorganiza o trabalho e prioriza o atendimento conforme a necessidade e gravidade de cada indivíduo, e não simplesmente por sua ordem de chegada à unidade, conseguindo, assim, a diminuição de filas, haja vista que essa nova

forma otimiza o fluxo nas equipes. Por consequência, diminui-se o tempo de espera por atendimento. Apenas se necessário, encaminha-se os clientes para unidades de referência adequadas para sua demanda.

O responsável por esse acolhimento e classificação é o enfermeiro, que determina a ordem de atendimento dos usuários de acordo com sua gravidade, demanda, sofrimento, dor e qualquer outro fator que o diferencie, e faça com que tenha a devida prioridade em relação aos outros. Essa assistência deverá ser realizada de forma eficaz e responsável, de maneira que promova a redução do tempo de espera e melhore o processo de atendimento.

Com o decorrer do presente estudo foi observado que o modelo de acolhimento com classificação de risco traz uma proposta positiva na organização de processos e assistência aos usuários que procuram atendimento nas unidades de saúde.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M.V., et al. **A equidade na cobertura da estratégia saúde da família em Minas Gerais, Brasil.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 31(6):1175-1187, jun, 2015.

ARAUJO, Y.B., et al. **Acolhimento e classificação de risco nos serviços de urgências e emergência: limite e possibilidades, uma questão para enfermeiros.** Persp. online: biol. & saúde, Campos dos Goytacazes, 15 (4), 25-49, 2014.

ARAKAWA, A.M., et al. **Percepção dos usuários do SUS: expectativa e satisfação do atendimento na estratégia de saúde da família.** Rev. CEFAC, São Paulo. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcefac/2012nahead/71-11.pdf>>. Acesso em: 19 de novembro de 2018.

BACKES, D.D., et al. **O papel do enfermeiro no sistema único de saúde: da saúde comunitária à saúde da família.** Ciência & Saúde Coletiva, 17(1): 223-230, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea/** Ministério da Saúde, 2013.

_____. **Política Nacional de Atenção Básica.** 2012. (Serie E, Legislação em saúde).

_____. Secretaria de Atenção à Saúde Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. 2.ed, série B, 2012.

CAMPOS, R.T.O., et al. **Avaliação da qualidade do acesso na atenção primária de uma grande cidade brasileira na perspectiva dos usuários.** Revista Saúde Debate. Rio de Janeiro. v. 38, n. especial, p. 252-264, out. 2014.

CARVALHO, F.E.O; HIRATA,V.M.F.M. **A necessidade de um melhor atendimento para a humanização da saúde.** Disponível em: <<http://redehumanizasus.net/63658-artigo-a-necessidade-de-um-melhor-atendimento-para-a-humanizacao-da-saude/>>. Acesso em: 10 out. 2018.

FERTONANI, H.P., et al **Modelo assistencial em saúde, conceitos e desafios para a atenção básica brasileira.** Ciência & Saúde Coletiva, 20(6):1869-1878, 2015.

MALTA, D.C., et al . **A Cobertura da Estratégia de Saúde da Família (ESF) no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde, Ciênc. saúde coletiva,** Rio de Janeiro , v. 21, n. 2, p. 327-338, Feb. 2016.

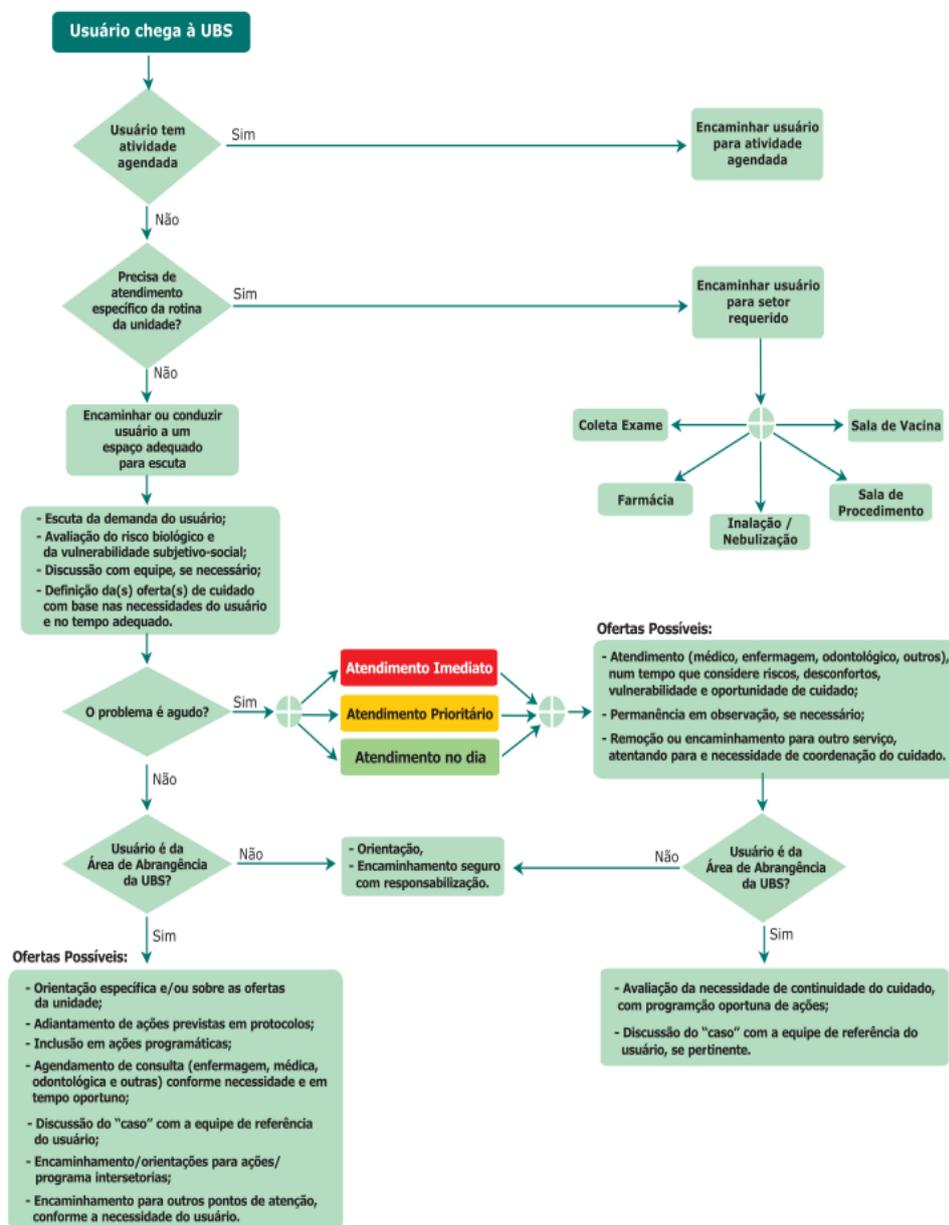
OLIVEIRA, DA; GUIMARÃES, JP. **A importância do acolhimento com classificação de risco em serviços de emergência.** Caderno Saúde e Desenvolvimento. vol.2 n.2, jan/jun 2013.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUÍS. **Protocolo de acolhimento com classificação de risco dos hospitais municipais de São Luís, Maranhão.** São Luís: Secretaria Municipal de Saúde de São Luís, 2012.

SILVA, M.F.N., et al. **Protocolo de avaliação e classificação de risco de pacientes em unidade de emergência.** Rev. Latino-Am. Enfermagem mar.-abr. 2014;22(2):218-25.

SILVA, J.L.C., et al. **Acolhimento com classificação de risco na Atenção Primária: percepção do profissional de enfermagem.** Texto Contexto Enferm, 26(1), 2017.

ANEXO 1



(BRASIL,2013)

BISSEXUALIDADE E GÊNERO: INVISIBILIDADES VIVÍVEIS

Fernanda Gracielle Aguiar Zonta

Universidade Paranaense

Umuarama – Paraná

Danielle Jardim Barreto

Universidade Paranaense

Umuarama – Paraná

Claudio Leão de Almeida Junior

Universidade Paranaense

Umuarama – Paraná

RESUMO: O presente trabalho se trata de um recorte de gênero realizado em uma pesquisa de Iniciação Científica, com financiamento da Fundação Araucária, sobre a invisibilidade da bissexualidade nos artigos científicos publicados em três plataformas científicas: portal CAPES, SCIELO e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Num total de 384 artigos encontrados com o uso das palavras-chave bissexualidade, bissexualidade e psicologia, bissexual, bissexual e psicologia, 76 foram selecionados para uma segunda análise mais aprofundada sobre como estão sendo feitos os discursos científicos sobre a bissexualidade. Dentro deste total de 76 artigos, apenas 9 se referiam especificamente ao gênero feminino. Na leitura e análise dos artigos percebeu-se que quando se fala de práticas dissidentes entre mulheres a discussão se remete a um

caráter de desvio, dentro da teoria freudiana e lacaniana, na qual é procurada uma gênese da homo/bissexualidade e é reconhecida que a relação com a mãe será decisiva para os futuros relacionamentos amorosos da menina. A invisibilidade do gênero feminino não se remete apenas a quantidade de artigos publicados, mas igualmente a sobre o que se fala. Enquanto publicações falam sobre as vivências de homens em uma realidade heteronormativa, suas dificuldades e formas de lidar com o preconceito, as ligadas ao gênero feminino focam no caráter biológico e nas doenças que a bissexualidade supostamente traz para essas mulheres. Não há legitimidade para mulheres que não seguem o padrão heterossexual, conseqüentemente as publicações invisibilizam e enquadram vivências femininas em caráter médico científico e teórico restritivo.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia. Gêneros. Bissexualidade.

1 | INTRODUÇÃO

Os corpos que têm, segundo os discursos de verdade validados socialmente, a anatomia de seus destinos desejantes, traz também neles atravessadas as batalhas dos jogos de saber e poder que normatizam através de sua medicalização os sexos, as sexualidades e os

prazeres, fazendo deles também campos de produção ideológica, de manutenção das condições necessárias para permanência dos sistemas econômicos e políticos hegemônicos no Ocidente.

Os corpos e suas expressões de gêneros, sexualidades e prazeres articulam a forma como podemos ser sentid@s em nossas formas de amar, de se relacionar e de se posicionar politicamente nas relações éticas e afetivas. Os corpos materializam os resultados dos atravessamentos dos dispositivos das sexualidades e suas possibilidades de experimentação do prazer.

Subsidiados por Foucault (1988), sabemos “que lá onde há poder há resistência” (FOUCAULT, 1988, p. 91) e nessa relação, além da produção de saberes sobre os corpos e seus prazeres na forma de manuais, de como viver certa sexualidade saudável, há a produção de outros saberes e práticas sexuais ditas abjetas, ditas indesejáveis, ditas patológicas. Problematizar essas outras expressões discursivas implica em propormos um deslocamento na nossa forma de olhar, de perceber e de sentir as experiências das pessoas em relação as suas sexualidades, seus gêneros, as suas práticas sexuais e aos seus prazeres.

Esse deslocamento modifica o lugar no mundo dos corpos e das vidas em abjeção, e isso pode vir a produzir uma ampliação nos modos de vida e de viver na multidão, com possivelmente menos violências e mais respeito. Encontros com autores pós Foucault, que têm na temática as sexualidades, os gêneros, os sexos e os prazeres, nos demonstram que há ainda com um vasto investimento na problematização dos discursos científicos biologistas em suas relações obscuras com a manutenção dos ideários sociais hegemônicos, indicando-nos que ainda há um longo percurso para a desnaturalização das sexualidades e seus possíveis.

Os estudos de gêneros em suas diferentes “ondas” e fases, que passam dos estudos e efeitos do patriarcado da década de cinquenta aos estudos queer da década de noventa do século passado, enfatizam os jogos de poder que localizam e potencializam quais discursos têm validade social e científica e, em momentos diversos, reifica e dá manutenção aos binarismos que tanto alimentam as ciências pragmáticas e duras.

Neste momento, vamos trabalhar com o conceito de gêneros como efeitos múltiplos dos jogos de poder e saber, dos instituídos binários sexo – sexualidade, vagina – passividade – mulher - pênis – atividade – homem, tendo os prazeres heterossexuais como práticas sexuais naturalizadas e conseqüentemente normalizadas e compulsórias, que são trazidos em cena como dispositivos de análises dependentes das variadas localizações políticas exclusivamente das chamadas cis mulheres, em diversos contextos sociais ocidentais principalmente.

Em sua teorização, Scott (1989) enfatiza a necessidade de incluirmos a categoria gênero como marcador autônomo e que em si também enuncia outros marcadores de subjetivação como classe, raça, localização geográfica, língua etc., e ainda resgata os jogos de força das relações de poder e os saberes que se enunciam sobre e para

as categorias de gêneros, dando-nos a ver que as binaridades articulam toda rede de relações sociais e conseqüentemente os marcadores sociais que levam as minoridades às fronteiras das políticas.

Para a autora Donna Haraway (1995), o conceito de gênero deve ser ultrapassado, pois este, em suas mais diversas etapas de elaboração, mantém os binarismos (mulher/homem; natureza/cultura, entre outros) que agenciam e mantêm exclusões e patologizações de humanos considerados menos humanos.

As expressões de gêneros se articulam com as redes de produção das normativas binárias de dois sexos (macho ou fêmea), dois genitais (pênis ou vagina) duas sexualidades (heterossexual ou homossexual) e dois gêneros (masculino ou feminino). As redes discursivas dos campos científicos, como as que vimos anteriormente articulam as verdades biosóciopsicológicas de como nossos corpos devem se apresentar nas redes de circulação social e sexual.

A diferença de gêneros e sexualidades pode ser entendida como uma transposição de fronteiras, como um vacilo nos códigos e regras da produção serializada da subjetividade heteronormativa, e esse vacilo nos indica o para que tais são inventadas e instituídas.

Como já vimos, as expressões do gênero feminino são validadas através da composição de um determinado tipo de lógica de corporeidade e de condutas “comportamentais”, quais sejam: Mulheres têm vagina, ovários, útero e seios, cabelos longos e uso de adereços como brincos, colares e anéis que caracterizam seu gênero, assim como a maquiagem em seus rostos. São dóceis, suaves, passivas, pacientes e tem habilidades para escuta e oratória. A maternidade é como um desejo universal e os prazeres sexuais se concentram no clitóris, mas sua excitação não são componentes essenciais para a procriação.

As expressões de gêneros são demarcadas desde que estamos em processo de gestação, somos praticamente lançadas a um único modo de nos expressarmos enquanto mulheres, desde nossas cores prediletas (rosa e lilás é obvio) até nossos prazeres (passivos e heterossexuais) são repetidos diariamente em discursos pel@s noss@s progenitor@s, familiares, professor@s, empregador@s, filh@s, net@s, desconhecid@s em geral, mídia, igrejas, ciências biológicas, Psicologias, leis etc.

Os estudos feministas atuais, principalmente os vinculados a autores pós-estruturalistas como Gilles Deleuze, Félix Guattari, Michel Foucault e Jacques Derrida buscam justamente a desconstrução desse imperativo da lógica sexo-sexualidade-gênero-prazer, agenciando ferramentas para outras leituras, a pluralização e a desconstrução desse sistema, buscando a sua desestabilização através da produção e da validação social de outras expressões de gêneros, de sexualidades e de prazeres, que necessariamente não utilizam os sexos e seus componentes como referência ou como elemento de partida para a construção destas outras expressões de vida.

Porém, para além dessa luta pela norma, há a resistência pela insistência em se proliferarem cotidianamente em vidas outras, em expressões sem nome e, por

vezes, ainda sem lugar no sistema binarista, incluindo-se nos saberes e fazeres das Psicologias. São corpos que materializam as lutas discursivas cotidianas, que resistem às vidas protocolares, dietéticas e reconhecíveis.

2 | MÉTODO

Além da invisibilidade da bissexualidade feminina, o recorte do trabalho igualmente objetivou mostrar que o marcador gênero também traz informações discursivas importantes de serem consideradas e analisadas em conjunto com outros marcadores. Em uma sociedade heteronormativa e machista, a construção do gênero feminino é enquadrado em molde passivo e de procriação.

Problematizar a bissexualidade feminina significa posicionar-se em um lugar de fala e de possibilidade de prazer que não corresponde às funções da mulher na sociedade. Como observamos nos resultados, os discursos analisados tem caráter de problematização da sexualidade da mulher, questionando o padrão heterossexual e a invisibilidade do homoerotismo feminino.

É necessário repensar os discursos médico biologizantes produzidos por meio acadêmicos, que enquadram vivências dissidentes femininas em aspectos de doença ou promiscuidade. Igualmente, há de se ter cuidado com discursos ditos científicos enraizados em teorias que tentam procurar razões para uma sexualidade não correspondente a norma, que acabam por reforçar ainda mais normatizações e hierarquias entre binarismos, principalmente o homem/mulher, pênis/vagina.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do total de 76 artigos para a segunda análise da pesquisa descrita, foi realizado o recorte de gênero a partir da leitura do total de trabalhos, obtendo-se os seguintes números:

Artigos	Resultados
Total de artigos encontrados	76
Artigos relacionados ao gênero masculino	8
Artigos relacionados ao gênero feminino	9
Artigos sem o recorte de gênero	59
Total de artigos para análise	17

Fonte: Autoria própria.

Diante os 17 artigos extraídos do trabalho, encontramos os seguintes títulos

referentes ao gênero feminino:

Título
Algumas considerações sobre “a psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher”
Feminilidade, amor e devastação: alguns pontos de encontro entre Freud e Lacan
Homoerotismo feminino, juventude e vulnerabilidade as DSTs/AIDS
A homossexualidade feminina no campo da saúde: da invisibilidade a violência
Atención ginecológica de lesbianas y bisexuales: notas sobre el estado de situación em argentina
Conhecimento, atitude e prática do uso de preservativos por presidiárias: prevenção das DSTs/HIV no cenário prisional
Iniciación sexual em mujeres com prácticas homoeróticas em el eje cafetero colombiano
Perfil epidemiológico de puérperas e prevalência de anticorpos para infecção pelo HIV e vírus da hepatite C em Cuiabá, Mato Grosso
Retrato da realidade socioeconômica e sexual de mulheres presidiárias

Através da compilação dos resultados, podemos perceber na tabela 2 que sete dos artigos encontrados contém em seu título menção referente a HIV/DSTs/AIDS ou a sífilis. Grande parte dos trabalhos são do cunho da medicina e tratam de aspectos biológicos e de infecções sexualmente transmissíveis, ao mesmo tempo que a AIDS é um fator quase que naturalizado para a homo ou bissexualidade. Castañeda (2007) nos diz que a epidemia de AIDS foi considerada advinda da promiscuidade dos homossexuais, sendo desde então esse grupo estereotipado, mesmo que os heterossexuais tenham a mesma ou maior incidência da doença.

Com relação a tabela 2, nota-se que há um artigo a mais sobre o gênero feminino em relação ao masculino (9 e 8, respectivamente). No entanto, com a leitura crítica, percebeu-se que a quantidade de trabalhos encontrados não se refere necessariamente a uma maior abordagem das feminilidades, mas sim que os discursos contidos direcionam um olhar normativo ou não para diferentes formas de relações e vivências das masculinidades e feminilidades no campo das sexualidades.

Em sua maioria, os artigos que trazem o recorte sobre mulheres trouxeram um caráter de denuncia da invisibilidade da sexualidade feminina e da saúde sexual de mulheres que não seguem o padrão heterossexual, como se pode observar nos recortes dos textos:

Además del heterosexismo naturalizado y de la desigualdad intrínseca a la relación médico/a–paciente es posible localizar como uno de los mayores obstáculos en el acceso a servicios de ginecología y obstetricia la discriminación sentida en el marco

de un contexto homo/lesbofóbico, la falta de producción teórica y la ausencia de preocupación práctica sobre relaciones sexuales entre mujeres y la invisibilidad de las lesbianas y bisexuales como colectivo. Resumimos esas variables bajo el término políticas o lógicas de invisibilización³⁻⁵): aquellas que niegan u ocultan a las mujeres no heterosexuales y determinadas prácticas sexuales que suelen corresponderles mayoritariamente aunque no exclusivamente (considerando que no hay una adecuación bis a bis entre prácticas sexuales e identidad sexual). (BROWN et al., 2014, p. 674)

Os padrões de interação afetivo-sexuais do grupo sugerem que a noção de risco no âmbito homoerótico feminino tem sido pouco incorporada. Convergente com dados da literatura, os achados do presente estudo evidenciam que as identidades e práticas homoeróticas femininas não despertam preocupações quanto aos riscos das DSTs/Aids. (...) A partir da noção de 'dispositivo da aids' como eixo estruturante dos discursos globais e nacionais de prevenção, pode-se inferir que o modelo brasileiro ainda se distancia da realidade observada neste estudo. As políticas e saberes preventivos propõem a incisiva regulação das práticas e os desejos na arena do 'sexo público e não heterossexual', enquanto tutela e mantém inquestionável a 'heterossexualidade reprodutiva'. Entretanto, o homoerotismo feminino parece ter um lugar liminar, ou ainda invisível, entre ambos os pólos (MORA; MONTEIRO, 2013, p. 919-920).

Esses dados indicam que não basta fundamentar a necessidade de se atender às demandas de saúde das diferentes orientações sexuais que não sejam de caráter heterossexual. É preciso que se desconstruam a eternização e a des-historicização da subordinação das mulheres nos mais diversos grupos societários, bem como na perspectiva da exclusão das lésbicas e de mulheres bissexuais, combatendo as invisibilidades institucionais que as acometem e as vulnerabilizam (VALADÃO; GOMES, 2010, p. 1452).

Generalmente, los estudios sobre iniciación sexual se han concentrado en la heterossexualidad, dando un trato marginal a la comprensión de la sexualidad entre personas del mismo sexo, especialmente cuando ésta ocurre entre mujeres. La presunción de heterossexualidad se convierte en un sesgo normativo y arbitrario, que empobrece la capacidad explicativa de los estudios sobre sexualidad y, en este caso, relega la potencia temática que contiene el debut sexual entre personas del mismo sexo (MONTES; AGUIRRE, 2016, p. 18).

Contudo, ao mesmo tempo em que encontramos falas que problematizam o discurso heteronormativo da sociedade e questionam as lógicas de invisibilização das sexualidades das mulheres, também encontramos trechos que compreendem relações entre mulheres como fatores de risco a AIDs ou ISTs, como trazido por Nicolau et al. em um estudo no ambiente carcerário: “Dentre os principais fatores de risco que favorecem a disseminação dessas patologias entre mulheres detentas estão: promiscuidade e abuso sexual, atividades bi/homossexuais (...)” (2012a, p. 712). Também realizado com mulheres em situação de prisão, Nicolau et al. (2012b) em outro estudo pesquisando o perfil sociodemográfico e sexual das mulheres, constatou “Outra questão a ser incluída nesse panorama das vulnerabilidades das mulheres privadas de liberdade consiste na prática comum do homossexualismo dentro do ambiente prisional sem o uso de métodos preventivos às DST/HIV” (p. 391).

Além do caráter médico, um artigo trouxe a psicologia psicanalítica com um estudo sobre a homossexualidade de Sidone, caso analisado por Freud. Nobre (2012)

discorre sobre o ensaio, explicitando pontos da análise do autor, como por exemplo a constatação da homossexualidade como um desvio a sexualidade normal e a escolha objetual sendo narcísica, de uma mãe fálica, ou seja, a homossexualidade.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além da invisibilidade da bissexualidade feminina, o recorte do trabalho igualmente objetivou mostrar que o marcador gênero também traz informações discursivas importantes de serem consideradas e analisadas em conjunto com outros marcadores. Em uma sociedade heteronormativa e machista, a construção do gênero feminino é enquadrado em molde passivo e de procriação.

Problematizar a bissexualidade feminina significa posicionar-se em um lugar de fala e de possibilidade de prazer que não corresponde às funções da mulher na sociedade. Como observamos nos resultados, os discursos analisados tem caráter de problematização da sexualidade da mulher, questionando o padrão heterossexual e a invisibilidade do homoerotismo feminino.

É necessário repensar os discursos médico biologizantes produzidos por meio acadêmicos, que enquadram vivências dissidentes femininas em aspectos de doença ou promiscuidade. Igualmente, há de se ter cuidado com discursos ditos científicos enraizados em teorias que tentam procurar razões para uma sexualidade não correspondente a norma, que acabam por reforçar ainda mais normatizações e hierarquias entre binarismos, principalmente o homem/mulher, pênis/vagina.

REFERÊNCIAS

CASTANEDA, M. **A Experiência Homossexual**: explicações e conselhos para os homossexuais. 1 Ed. Brasil: A girafa, 2007, 328 p.

]FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

HARAWAY, D. **Ciencia, cyborgs y mujeres**: la reinención de la naturaleza. Ediciones Cátedra. Universitat de València - Instituto de la mujer. Madrid, 1995.

JESUS, J. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília: EDA/FBN, 2012.

MONTES, G.; AGUIRRE, S. **Iniciación sexual en mujeres con prácticas homoeróticas en el eje cafetero colombiano**. Sex., Salud Soc., Rio de Janeiro , n. 22, p. 56-72, abril, 2016.

MORA, C; MONTEIRO, S. **Homoerotismo feminino, juventude e vulnerabilidade às DSTs/Aids**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 905-926, dez, 2013.

NICOLAU, A. et al . **Conhecimento, atitude e prática do uso de preservativos por presidiárias: prevenção das DST/HIV no cenário prisional**. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, v. 46, n. 3, p. 711-719, jun, 2012a.

NICOLAU, A. et al . **Retrato da realidade socioeconômica e sexual de mulheres presidiárias**. Acta paul. enferm., São Paulo , v. 25, n. 3, p. 386-392, 2012b.

NOBRE, T. **Algumas considerações sobre “A Psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher” (1920).** *Psicologia Revista*, v. 21, n. 1, p. 99-112, fev, 2012.

BROWN, J. et al . **Atención ginecológica de lesbianas y bisexuales: notas sobre el estado de situación en Argentina.** *Interface, Botucatu* , v. 18, n. 51, p. 673-684, dez, 2014.

ROMANOWSKI, J.; ENS, R. **As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação.** *Revista Diálogo Educacional, Curitiba*, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, 71-99, jul./dez, 1995.

VALADÃO, R; GOMES, R. **A homossexualidade feminina no campo da saúde: da invisibilidade à violência.** *Physis, Rio de Janeiro*, v. 21, n. 4, p. 1451-1467, 2011.

DESEMPENHO DE EGRESSOS DA MODALIDADE A DISTÂNCIA EM CONCURSO PÚBLICO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE PARANAGUÁ/PR

Cléber dos Santos Gonçalves

Universidade Estadual de Maringá (UEM), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação
Maringá – PR

Maria Luisa Furlan Costa

Universidade Estadual de Maringá (UEM), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação
Maringá – PR

RESUMO: O presente trabalho teve por objetivo principal promover a discussão sobre o desempenho de egressos de cursos da modalidade a distância em concurso público para professor, que, de acordo com a LDBEN é a forma de ingresso na carreira do magistério público no Brasil. O artigo foi elaborado de modo a responder aos seguintes principais questionamentos: Em que medida a modalidade EaD tem influenciado nos números de oferta e matrícula na educação superior? Os egressos de cursos dessa modalidade têm conseguido aprovação nos concursos públicos de provas e títulos? Se sim, em que medidas? Para tanto, além de se ter como base os referenciais teóricos e documentos oficiais atinentes à temática, analisou-se o desempenho de 30 aprovados em cada um dos dois últimos certames realizados no município

de Paranaguá, o mais antigo do estado do Paraná, para professor do ensino fundamental, um homologado em 2010 e o outro homologado em 2018. O resultado apontou que houve, de uma seleção a outra, aumento significativo no número de egressos de cursos a distância entre os aprovados, o que reafirma a importância da modalidade para a democratização do ensino e a qualidade educacional dessa configuração de formação.

PALAVRAS-CHAVE: EaD, Egressos, Concurso Público, Democracia, Qualidade.

ABSTRACT: The main objective of this work was to promote the discussion about the performance of graduates of distance learning courses in a public competition for teachers, which, according to LDBEN, is the way of entering the career of the public teaching profession in Brazil. The article was elaborated in order to answer the following main questions: To what extent has the EAD mode influenced the offer and enrollment numbers in higher education? Have graduates of courses of this modality been awarded approval in public examinations of tests and degrees? If yes, in what measures? Therefore, in addition to the theoretical references and official documents related to the theme, the performance of 30 approved in each of the last two competitions held in the city of Paranaguá, the oldest municipality in the state

of Paraná, was studied. of primary education, one homologated in 2010 and the other homologated in 2018. The result indicated that there was a significant increase in the number of graduates from the EAD mode among those approved, which reaffirms the importance of the modality for democratization and the educational quality of this training configuration.

KEYWORDS: EaD, Egresses, Public Tender, Democracy, Quality.

1 | INTRODUÇÃO

A história da Educação a Distância (EaD) no Brasil, a exemplo do cenário mundial, é marcada por rápidos e consideráveis avanços vinculados ao também dinâmico processo de transformações tecnológicas e de informação e comunicação (TEDESCO, 2004). Com os primeiros registros dessa modalidade educacional datados principalmente no século XX – o que não leva à conclusão de que antes desse período não houvesse alguma forma de organização que promovesse ensinamentos em tais condições –, a EaD segue influenciando a formação do povo brasileiro e representando uma alternativa para o acesso à educação àqueles que, por diferentes razões possíveis, não puderam acessar ou permanecer no ensino presencial.

De acordo com o Censo da Educação Superior 2017, divulgado em 2018 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), ligado ao Governo Federal, o aumento da oferta e da matrícula em cursos por meio da EaD, no Brasil, tem sido expressivo, rápido e dinâmico. O documento aponta, por exemplo, que, de 2007 a 2017, houve um crescimento de 373,53% no número de matrículas em cursos a distância, sendo que atualmente a modalidade responde por cerca de 21,2% de todos os matriculados na educação superior.

Para além das discussões acerca das defesas e afrontas dispensadas à EaD, é tarefa importante a avaliação da inserção dos egressos de cursos ofertados nessa modalidade no mercado profissional, a fim de se avaliar aspectos como o da qualidade da formação. Uma maneira de se fazer essa mensuração é por meio da análise do desempenho desses profissionais em concursos públicos para professor, principalmente pelo fato de que a maior parcela das matrículas dessa modalidade está nos cursos voltados à preparação ao magistério.

Para cumprir o objetivo principal – qual seja, promover a discussão sobre o desempenho de egressos de cursos da modalidade a distância em concurso público para professor, que, de acordo com a LDBEN é a forma de ingresso na carreira do magistério público no Brasil –, este trabalho procura responder aos seguintes principais questionamentos: Em que medida a modalidade EaD tem influenciado nos números de oferta e matrícula na educação superior? Os egressos de cursos dessa modalidade têm conseguido aprovação nos concursos públicos de provas e títulos? Se sim, em que medidas?

Além disso, propõe-se, por meio deste instrumento, um estudo de caso do

município de Paranaguá – o mais antigo do estado do Paraná, no Sul do Brasil –, com a análise dos dois últimos concursos públicos para professor realizados na cidade, sendo um homologado em 2010 e o outro homologado em 2018. Como respostas, procura-se indicar se a EaD tem sido um recurso importante para fomentar o ingresso na educação superior e se os egressos de cursos dessa modalidade têm conquistado espaço no meio profissional, por meio de aprovação em concursos públicos.

2 | EAD NO BRASIL: A CONTEMPLAÇÃO DA MODALIDADE PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Apesar de a formalização da EaD no Brasil constituir-se fenômeno relativamente recente, mais precisamente com início no final do século XX, há registros de iniciativas de ensino a distância de maneira isolada muito tempo antes. Um dos acontecimentos que são apontados como um dos pilares do desenvolvimento da modalidade no Brasil é a implantação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, cuja primeira transmissão ocorreu em 1º de maio de 1923. A iniciativa é atribuída a Roquette-Pinto, educador que, segundo Rangel (2010), é tido como o “Pai da Radiodifusão Brasileira”.

Todavia, há registros e relatos de ensino a distância tempos antes, mesmo que não de maneira formal. No final do século XIX, mais precisamente em 1891, já havia a divulgação de cursos utilizando-se de jornais (ALVES, 2001).

Entretanto, o Jornal do Brasil, que iniciou suas atividades em 1891, registra na primeira edição da seção de classificados, anúncio oferecendo profissionalização por correspondência (datilógrafo), o que faz com que se afirme que já se buscavam alternativas para a melhoria da educação brasileira, e coloca dúvidas sobre o verdadeiro momento inicial da EAD (ALVES, 2001, p. 2).

Durante todo o século XX, houve iniciativas intensificadas de ensino a distância por diferentes partes do país, explorando-se diferentes meios. Contudo, foi na última década desse século que a EaD passou a integrar efetivamente a pauta das discussões acerca de políticas públicas, para a sua posterior formalização, ao lado de uma série de ações voltadas à área educacional.

Para que se possa compreender melhor o momento, é preciso deixar claro que a década de 1990, ao mesmo tempo em que encerrava o século XX, deu início à Reforma do Estado, estando na agenda dos países latino-americanos, incluindo o Brasil. Tal movimento guiou-se com base nos ideais neoliberais, ou seja, numa referência clara ao liberalismo econômico e com tendência a diminuir significativamente o papel protecionista assumido até então pelo Estado e incentivar a livre concorrência.

Não se pode analisar os acontecimentos ocorridos no Brasil, nesse momento, sem relacioná-los a um movimento mundial, com determinada tendência de ampliação das formas de ensino. Além disso, é preciso compreender, também, que tais mudanças no país seguiram recomendações de organismos e órgãos internacionais, como as emanadas do Consenso de Washington.

De acordo com Loureiro (2010), no final do século XX, o Banco Mundial traçou uma estratégia de aproximação a países da América Latina, do Leste Europeu, da África e da Ásia. No discurso, o órgão guia-se pelo fenômeno da globalização e convence a administração dessas localidades a seguir uma série de recomendações, a fim de se ajustarem à lógica mundial.

De maneira geral, as diretrizes do BM recomendam prioridade dos governos para a educação básica e privatização dos níveis secundário e superior. Além disso, maior eficiência na administração educacional, participação da comunidade na administração e nos custos escolares, descentralização das instituições escolares, análise econômica dos resultados e criação de sistemas de avaliação nacional figuram como metas da reforma educacional proposta (LOUREIRO, 2010, p. 18).

É nesse contexto que, ao lado de uma série de ações voltadas à área educacional, vê-se a implementação de uma série de medidas que culminariam com a formalização da EaD no Brasil. O primeiro documento legal a promover tal ação consiste na LDBEN, que, seguida de inúmeros instrumentos e dispositivos, contribuiu para que a modalidade fosse reconhecida no cenário nacional.

3 | ASPECTOS LEGAIS SOBRE A EAD NO BRASIL

A LDBEN, promulgada em 20 de dezembro de 1996, representou um marco para o reconhecimento da EaD no Brasil, ao considerá-la como possível e recomendável em diversos casos. Apesar de o ensino a distância estar previsto a diferentes etapas e modalidades, sua principal referência esteve relacionada, desde o início, ao nível de educação superior, com o objetivo de favorecer o aumento substancial nos números de ofertas e matrículas.

No Art. 80, a LDBEN estabelece que caberia à União regulamentar a oferta de cursos nessa modalidade, no tocante a credenciamento de instituições; realização de exames; registro e emissão de diplomas; produção; controle; e avaliação. O texto da referida Lei diz, ainda, que a EaD deveria receber tratamento diferenciado, incluindo espaços especiais, com condições e preços diferentes, nas produções midiáticas em território nacional (BRASIL, 1996). Todas as regulamentações deveriam ser elaboradas posteriormente; ou seja, a partir daí, a LDBEN assegura as condições que faltavam para a formalização da modalidade no Brasil.

Um avanço sem precedentes, para o reconhecimento da EaD, foi criado, então, com a LDBEN: a partir da legislação, observa-se a possibilidade do desenvolvimento da modalidade em todos os níveis e etapas de ensino. Ainda que, inegavelmente, de maneira tímida, quando da sua edição inicial, a publicação da referida Lei foi um divisor de águas, ao passo que representou a abertura legal e política para a efetiva instalação da modalidade. A partir de então, normativas específicas deveriam ser elaboradas.

Após a publicação da LDBEN, tornou-se necessária a elaboração de instrumentos com a finalidade de regulamentar, principalmente, o Artigo 80 da referida lei. O primeiro documento a promover tal regulamentação foi o Decreto nº 2.494/98, sancionado em 10 de fevereiro de 1998, que, apesar de limitações quanto à concepção da modalidade, foi o responsável pelas primeiras orientações formais a respeito do ensino a distância.

Em 19 de dezembro de 2005, foi sancionado o Decreto nº 5.622/05, o segundo proposto a regulamentar o Artigo 80 da LDBEN, que revogou o Decreto nº 2.494/98, com vigência até então. Uma das principais mudanças percebidas nesse decreto está na denominação da EaD. Se no decreto anterior a modalidade era tida como processo de auto-aprendizagem, neste momento a definição deixa clara a existência da figura do professor para a consolidação da aprendizagem.

Em 2017, mais especificamente em 25 de maio, foi publicado o mais recente decreto para a regulamentação da LDBEN, Decreto 9.057/17. Ao mesmo tempo em que institui novas prerrogativas e considerações legais, o documento revoga o último decreto que tinha o mesmo objeto legal – Decreto nº 5.622/05. A primeira diferenciação que se faz entre os dois decretos é em relação à definição de educação a distância. O Artigo 1º do decreto atualmente vigente, além das considerações sobre a modalidade já existentes no decreto anterior, aponta que ela se desenvolve “[...] com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros [...]” aspectos (BRASIL, 2017).

Apesar de se expor os três decretos que visaram regulamentar o Artigo 80 da LDBEN, sucedendo-se um ao outro, é preciso deixar claro que a inclusão da EaD na legislação brasileira não está restrita aos decretos-lei. Tais documentos foram balizadores e determinantes para a discussão e a elaboração de novos atos, generalistas ou mais específicos, que contribuíram para que a modalidade fosse formalizada, reconhecida e contemplada de maneira cada vez mais crescente pelas instituições de ensino.

4 | A INFLUÊNCIA DA EAD NAS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Na última década, o número de matrículas na educação superior aumentou consideravelmente, ano após ano. De acordo com o último Censo da Educação Superior, em 2007, o número de matrículas foi de 5.250.147; em 2017, dez anos depois, esse número foi de 8.286.663, um aumento de 57,83%. Entretanto, nesse contexto, uma informação chama a atenção: Considerando os três últimos anos analisados (2015, 2016 e 2017), o aumento é quase inexpressivo, na comparação com os demais períodos, indo de 8.033.574 matrículas, em 2015, para 8.052.254 em 2016 (a menor alteração já observada), e para 8.286.663 em 2017.

No cenário nacional, a modalidade a distância tem sido a principal responsável pelo aumento no número de matrículas na educação superior. De 2016 a 2017, houve uma diminuição de 0,4% na modalidade presencial, indo de 6.554.203 para 6.529.681

matriculados. Já nos cursos ofertados por meio da EaD, houve um aumento expressivo de um ano para o outro, passando de 1.494.418 para 1.756.982, uma alta de 17,6%, maior salto desde 2008. Com isso, percebe-se que a alta no número de pessoas que estão no último nível de ensino só foi garantida devido aos dados referentes ao ensino a distância.

Além disso, comparando o espaço temporal de 2007 a 2017, percebe-se uma tendência de expansão da EaD muito mais expressiva que aquela observada na modalidade presencial, em relação à quantidade de matriculados em cada ano. No início do período analisado, estavam matriculados em cursos da modalidade 369.766 alunos, e esse número só cresceu, sendo que em 2017 foi de quase cinco vezes mais. O gráfico abaixo serve de base para a compreensão desses dados.

Número de ingressantes em cursos de graduação, por modalidade

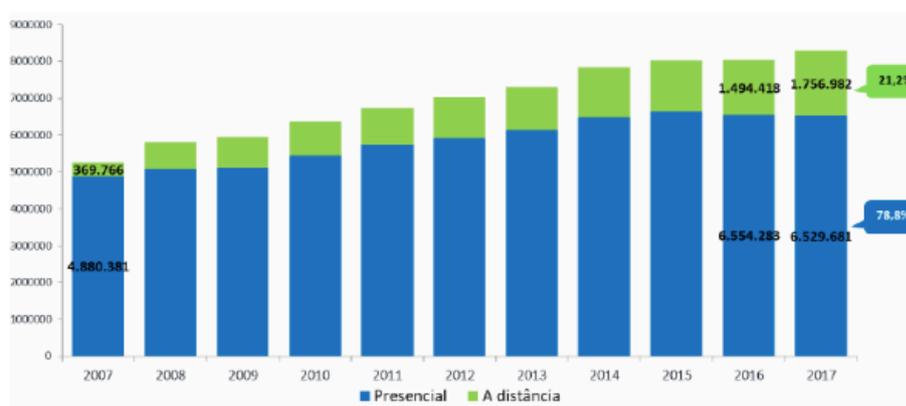


Gráfico 1. Número de ingressos em cursos de graduação, por modalidade (FONTE: Censo da Educação Superior 2017).

Daqui, depreendem-se duas informações que precisam ser levadas em consideração: a primeira é a de que, apesar de a modalidade presencial responder, ainda, pelo maior número de matrículas na educação superior, o crescimento da EaD é muito mais acelerado; afinal, entre os anos mencionados, enquanto a presencial teve um aumento de 33,79% no número de matrículas, a modalidade a distância praticamente quintuplicou esse número (um aumento de 373,53%). Em segundo lugar, é importante destacar que, por conta desse saldo positivo da modalidade, considerando todos os matriculados atualmente na educação superior, a participação da EaD passou de 7% para 21,2% em apenas uma década.

5 | DESEMPENHO DE EGRESSOS DA EAD EM CONCURSO PÚBLICO: EM ANÁLISE, CERTAMES DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ/PR

Se a EaD, como se viu, contribuiu e continua contribuindo para ampliar o acesso à educação superior, considera-se importante compreender se e em que medida os

profissionais egressos dessa modalidade estão conseguindo ingressar no mercado de trabalho. Recorrendo ao documento Censo da Educação Superior, infere-se que, na modalidade a distância, a predominância dos alunos está nos cursos de licenciaturas, na comparação com os demais graus, sendo eles o bacharelado e o tecnológico.

Dessa forma, uma das maneiras de se avaliar o ingresso dos formados por meio da EaD no mercado de trabalho é por meio da análise de seu desempenho em concursos públicos. Isso porque, de acordo com o inciso I do Artigo 67 da LDBEN, “ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos” é condição necessária para a valorização do profissional da educação (BRASIL, 1996).

Para cumprir, de modo específico, esse objetivo, foram selecionados dois certames do município de Paranaguá, no estado do Paraná, na região sul do Brasil. Primeiramente, os aprovados e nomeados do concurso homologado em 2010 e do finalizado em 2018, para o cargo de professor do ensino fundamental (1º a 5º ano), foram convidados a responder ao questionamento desta pesquisa. De modo a garantir uma determinada igualdade nos números entre um certame e outro, foram selecionadas as respostas dos 30 primeiros participantes de cada um. Os profissionais responderam a quatro questões, por meio de uma abordagem de múltipla escolha: 1) Você possui curso de graduação no grau licenciatura? Se sim, quantos?; 2) Qual foi/foram o(s) ano(s) de conclusão? (Em caso de resposta afirmativa na primeira pergunta); 3) Em qual instituição se formou? (Em caso de resposta afirmativa na primeira pergunta); 4) Qual foi a modalidade cursada? Presencial ou EaD? (Em caso de resposta afirmativa na primeira pergunta).

Com base nas respostas, procurou-se encontrar as seguintes informações: qual percentual dos entrevistados tinha curso de licenciatura quando da aprovação no concurso? Quantos concluíram licenciatura depois do concurso? O percentual de profissionais egressos da EaD continuou igual, foi maior ou menor de um concurso a outro? A formação provém, na maioria, da iniciativa pública ou privada? Desde já, é preciso esclarecer que, em todos os casos, não foram identificadas formações em mais de uma graduação.

5.1 Dados do primeiro concurso (2010)

No concurso homologado em 2010, foram classificados – isto é, atingiram a nota mínima – 394 candidatos. Desses, os 30 primeiros que responderam à pesquisa foram selecionados, como já especificado, os quais tiveram as informações de formação analisadas, a partir do questionário.

De acordo com os dados coletados, 23 deles já haviam concluído a licenciatura quando foram aprovados no concurso (76,6%). Outros sete concluíram a graduação depois do certame (23,4%). O Gráfico 2 ajuda a compreender tais informações preliminares.

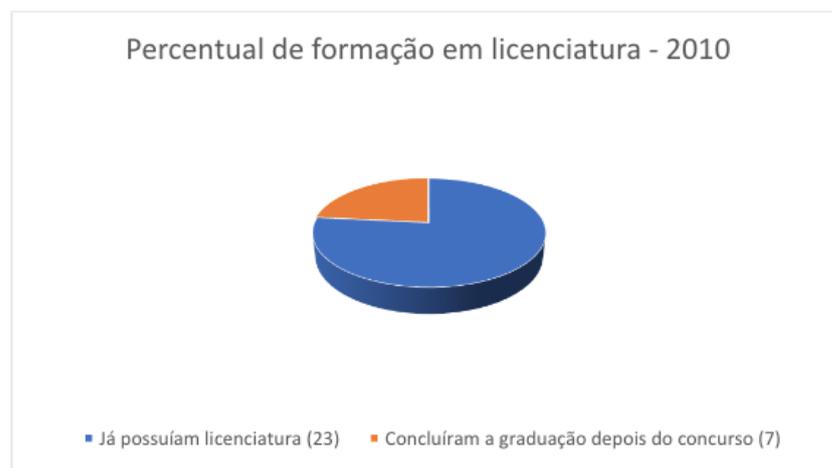


Gráfico 2. Percentual de formação em licenciatura – 2010 (Elaborado pelos autores)

Dos que já possuíam licenciatura, cinco haviam cursado por meio da modalidade EaD (21,7%), enquanto 18 haviam cursado na modalidade presencial (78,3%). Dos que concluíram após o certame, cinco cursaram a modalidade EaD (71,4%) e dois a modalidade presencial (28,6%).

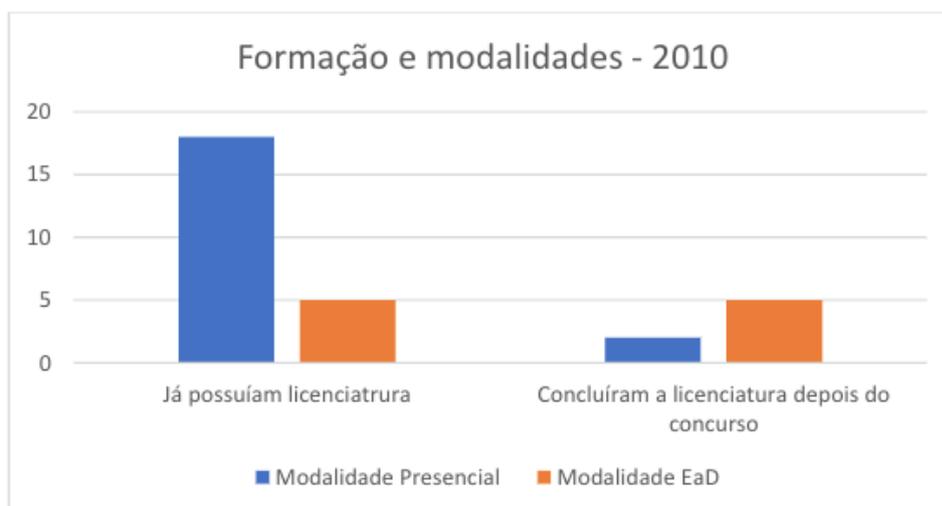


Gráfico 3. Formação e Modalidades – 2010 (Elaborado pelos autores)

Outra informação importante diz respeito à natureza das instituições, entre aqueles que se formaram na modalidade presencial e os oriundos da modalidade a distância. No total, 10 profissionais concluíram a licenciatura (antes ou após o concurso) por meio da EaD (33,3%), enquanto 20 o fizeram por meio da modalidade presencial (66,7%). Dos que cursaram na modalidade EaD, nove o fizeram em instituições da iniciativa privada (90%) e um por instituição pública. Dos que cursaram na modalidade presencial, 13 o fizeram em alguma instituição pública (65%) e sete na iniciativa privada (35%). O Gráfico 4 esclarece tais constatações.

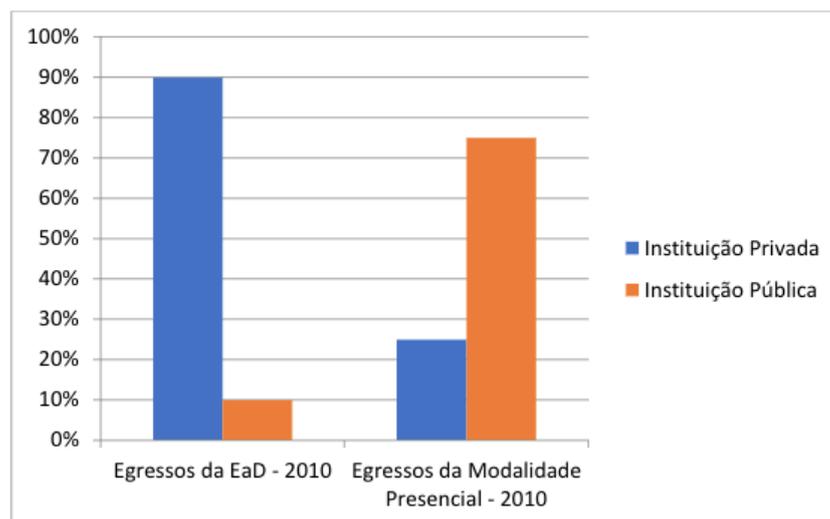


Gráfico 4. Egressos de instituições públicas e privadas, por modalidade (Elaborado pelos autores)

5.2 Dados do segundo concurso (2018)

No concurso homologado em 2018 para o cargo de professor do ensino fundamental do município de Paranaguá/PR, foram classificados 772 candidatos. Como em relação à primeira seleção, os 30 já aprovados e já nomeados que aceitaram responder à pesquisa tiveram as respostas selecionadas para a análise.

A pesquisa apontou que, dos 30 profissionais, dois não possuem licenciatura (ingressaram ao cargo por meio da formação em nível médio no Curso de Formação de Docentes, antigo Magistério de 2º Grau), o que corresponde a aproximadamente 6,7% do total, contra 93,3% já com formação em alguma licenciatura.

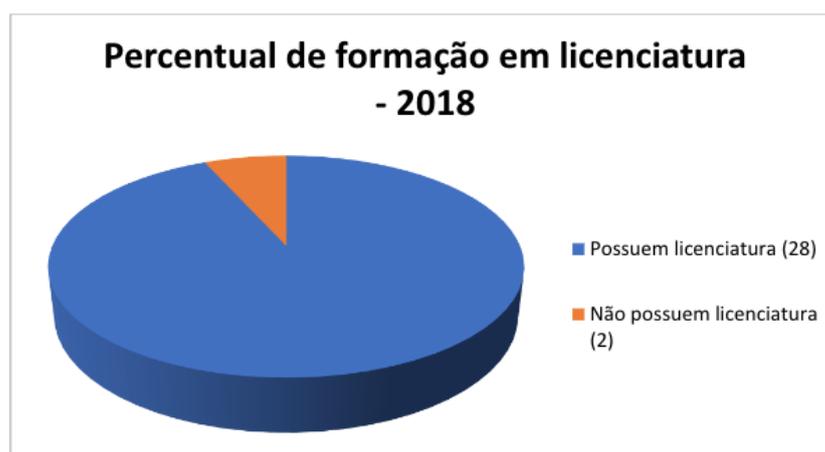


Gráfico 5. Percentual de formação em licenciatura – 2018 (Elaborado pelos autores)

Além disso, constatou-se, também, que, dos que possuem licenciatura, 15 cursaram por meio da modalidade presencial (55%), enquanto 13 estudaram por meio da EaD (45%), conforme aponta o Gráfico 6.

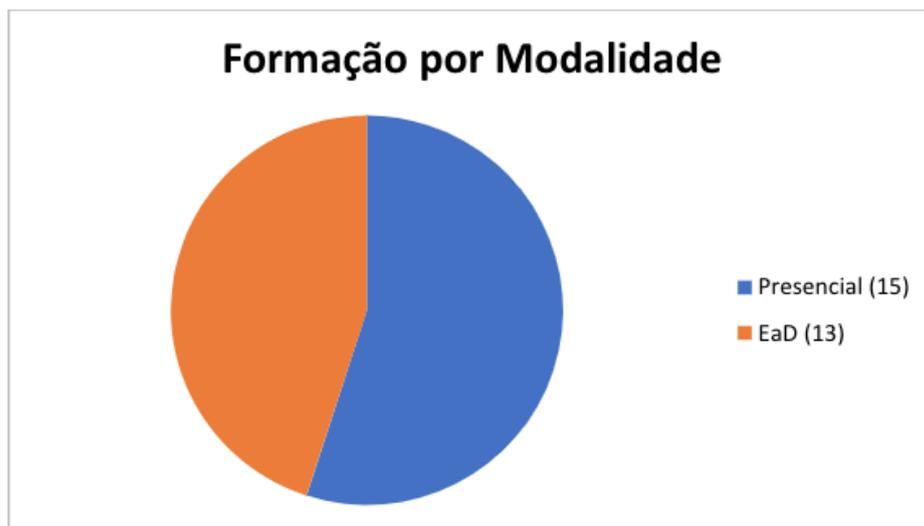


Gráfico 6. Formação por Modalidade – 2018 (Elaborado pelos autores)

Realizou-se, também, o cruzamento de dados em relação à categoria administrativa dos egressos de cada modalidade. Dos que saíram da modalidade presencial, 10 frequentaram alguma instituição pública (66,7%), contra cinco oriundos de instituições privadas (33,3%). Dos formados por meio da EaD, 12 frequentaram instituições privadas (92,3%), enquanto um frequentou instituição pública (7,7%).

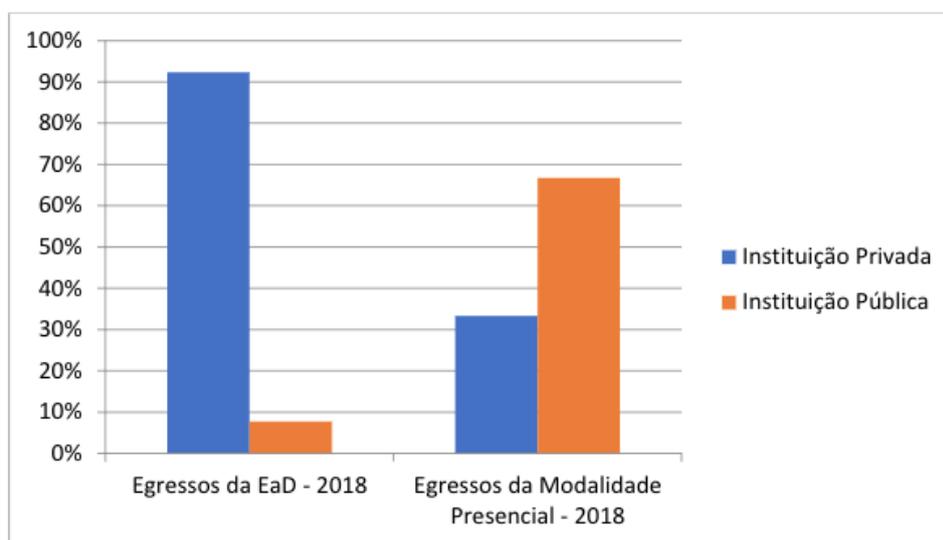


Gráfico 7. Egressos de instituições públicas e privadas, por modalidade (Elaborado pelos autores)

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constatação da crescente oferta de cursos da EaD aponta para uma inegável contribuição da modalidade para a expansão da educação superior no Brasil. Além dos dados reunidos pelos documentos oficiais, este trabalho apontou, de modo restrito, como ocorre a relação das modalidades a distância e presencial na formação

de professores do ensino fundamental. Apesar de indicar uma situação específica, as informações coletadas a partir deste trabalho merecem um olhar especial daqueles que se lançam à tarefa de estudar a EaD no país.

Em Paranaguá, no comparativo entre o concurso homologado em 2010 e o homologado em 2018, percebe-se que o percentual daqueles com formação em alguma licenciatura quando do certame aumentou 16,7%, indo de 76,6% a 93,3%. Outra informação importante é que, para aqueles que ainda não possuíam a licenciatura no concurso homologado em 2010, a EaD configurou como a principal opção, representando a 71,4% das formações posteriores.

No aspecto geral, considerando os que já possuíam formação superior e os que concluíram este nível posteriormente, os dados também chamam a atenção. Se no concurso homologado em 2010 o percentual de formação daqueles com licenciatura foi de 33,3%, no certame finalizado em 2018 essa marca chegou a 45%, um aumento de quase 12%.

Esses dados específicos apontam para uma característica peculiar: o aumento expressivo da formação pela modalidade EaD deve muito às investidas comerciais da iniciativa privada na oferta de cursos da educação superior no Brasil, já que a oferta por meio dessa iniciativa é muito maior que aquela ofertada pelo Poder Público. Essas informações vão ao encontro de outras divulgadas pelo Censo da Educação Superior: apesar de a iniciativa privada dominar tanto a modalidade presencial quanto a EaD, nesta, a ocorrência se dá de forma muito mais veemente que naquela.

Dessa forma, constata-se que a modalidade EaD tem assumido papel importante na expansão da educação superior, principalmente no que concerne à carreira do magistério, tanto para a formação inicial, quanto para aqueles que já se encontram em serviço. Todavia, há que se destacar que as instituições da iniciativa privada têm feito uso de forma mais intensa das prerrogativas legais, no comparativo com aquelas mantidas pelo Poder Público.

REFERÊNCIAS

ALVES, João Roberto Moreira. Educação a distância e as novas tecnologias de informação e aprendizagem, 2001. Disponível em: <http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/186_1700_alvesjoaoroberto.pdf>. Acesso em: 09 mai. 2018.

ALVES, Lucineia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. Disponível em: http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf. Acesso em 10 de mai. 2018.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm. Acesso em: jun/2018.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf. Acesso em: 15 abr. 2018.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 15 abr. 2018.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei nº 9.394/96). Brasília, DF: MEC, 1998a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2018.

_____. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed – São Paulo: Cengage Learning, 2015.

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. Revista Aurora, Marília, ano 2, n. 3, p. 37-46, dez. 2008. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/aurora_n3_misclanea_01.pdf. Acesso em: 22 out. 2018.

Censo da Educação Superior 2017 [organização] Inep, Governo Federal. Brasília, 2018.

Censo EAD.BR: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2017 = Censo EAD.BR: analytic report of distance learning in Brazil 2017 [livro eletrônico]/[organização] ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância; [traduzido por Maria Thereza Moss de Abreu]. Curitiba: InterSaberes, 2018.

LIBÂNIO, José Carlos. Políticas Educacionais no Brasil: Desfiguramento da Escola e do Conhecimento Escolar. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v46n159/1980-5314-cp-46-159-00038.pdf>. Acesso em 10 mai. 2018.

MAIA, C.; J. MATTAR. ABC da EaD: a Educação a Distância hoje. 1. ed. São Paulo: Pearson. 2007.

MARCONCIN, M. A. Desenvolvimento histórico da Educação a Distância no Brasil. Disponível em: <http://www.followscience.com/account/blog/arti-cle/106/desenvolvimento-historico-da-educacao-a-distancia-no-brasil>. Acesso em: 10 mai. 2018.

MOORE, M. G. Educação a distância: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

NASCIMENTO, Claudiomar Ferreira do; BRITO, Fabrine Pereira de Brito; LOPES, Joivaldo Sousa. Para onde vai a universidade? Os organismos multilaterais e o financiamento da educação superior no Brasil. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Claudiomar_Ferreira_Fabrine_Pereira_Joivaldo_Lopes119.pdf. Acesso em 10 de mai. 2018.

Pedone, Luiz. 'Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Brasília, Fundação Centro de Formação do Servidor Público – FUNCEP, 1986.

RANGEL, Jorge Antonio. Edgard Roquette-Pinto / Jorge Antonio Rangel. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

RODRIGUES, M. Universidade Aberta do Brasil. Disponível em: <http://www.vestibular.brasilecola.com/ensino-distancia/universidade-aberta-brasil.htm>. Acesso em: 10 mai. 2018.

SANTOS, P. SEED –Secretaria de Educação a Distância. Disponível em: <http://www.moodle.ufba.br/mod/forum/discuss.php?d=11962>. Acesso em: 10 mai. 2018.

TEDESCO, Juan Carlos (org.). Educação e Novas Tecnologias: esperança ou incerteza? São Paulo, SP, Cortez; Buenos Aires, Instituto Internacional de Planeamiento de La Educacion; Brasília, DF, Unesco, 2004.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E AGENDA NEOLIBERAL - O CASO DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA EM MINAS GERAIS

Vicente Batista dos Santos Neto

Instituto Federal do Triângulo Mineiro, Campus
Uberaba
Uberaba - MG

Terezinha Severino da Silva

Universidade Federal do Triângulo Mineiro -
UFTM, Instituto de Ciências Tecnológicas e
Exatas – ICTE
Uberaba- MG

Maria Célia Borges

Universidade Federal de Uberlândia – UFU,
Programa de Pós-Graduação em Educação –
PPGED
Uberlândia - MG

RESUMO: Nos anos 1990, a EaD foi incluída na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Houve um grande crescimento dos cursos de graduação a distância no país, influenciado pelo avanço das tecnologias da informação e comunicação, sobretudo a internet, e das políticas neoliberais, propostas pelo Banco Mundial. O presente trabalho objetivou analisar a evolução do processo de privatização da formação de professores a distância no Brasil, proposta pela agenda neoliberal e Banco Mundial - BM. Para tanto, realizamos uma pesquisa documental em documentos do BM e da UAB, e empiricamente, analisamos o quantitativo de cursos de formação de

professores, no Estado de Minas Gerais, no sistema e-mec. A pesquisa demonstrou que a maioria dos cursos de formação de professores no Estado de MG é ofertada a distância por IES privadas (76,57%), a maioria delas com fins lucrativos. A participação de IES públicas é insipiente (a UAB contribui com 4,48% do total). Há um processo de privatização da formação de professores por meio da EaD, causada pela adoção de uma política neoliberal, que sentencia a UAB a uma política de governo, movida pela incerteza e a torna impotente para realizar suas funções previstas de forma efetiva.

PALAVRAS-CHAVE: EaD, Agenda neoliberal, formação de professores.

ABSTRACT: In the 1990s, EAD was included in the Education Guidelines and Bases Law. There has been a great growth of undergraduate distance courses in the country, influenced by the advance of information and communication technologies, especially the internet, and the neoliberal policies proposed by the World Bank. The present work aimed to analyze the evolution of the privatization process of distance teacher training in Brazil, proposed by the neoliberal agenda and the World Bank - WB. To do so, we conducted a documentary research in documents of the BM and the UAB, and empirically, we analyzed the quantitative of teacher training courses in the State of Minas

Gerais in the e-mec system. The research showed that most of the teacher training courses in the State of Minas Gerais are offered at a distance by private HEIs (76.57%), most of them for profit. The participation of public HEIs is insipient (UAB contributes 4.48% of the total). There is a process of privatization of teacher training through the EaD, caused by the adoption of a neoliberal policy, that sentences the UAB to a government policy, driven by uncertainty and makes it impotent to carry out its planned functions effectively.

KEYWORDS: EaD, neoliberal agenda, teacher training.

1 | INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas duas décadas, presenciamos um déficit do número de professores para o ensino básico no Brasil. Tal fenômeno se agravou com a redução da procura de cursos de licenciatura pelos estudantes. Questões como baixos salários, mudanças no perfil do alunado, violência nas escolas, má condição de trabalho, dentre outros fatores, tornam a carreira docente pouco atrativa.

Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases - LDB - nº 9.394/1996, a Educação a Distância passa a ter respaldo legal no país. Isso ocorre logo após a publicação de documentos, pelo Banco Mundial e UNESCO, que apontam a educação a distância como "mecanismo" possível de promover a melhoria do nível de formação nos países periféricos - (a "Declaração Mundial sobre Educação para Todos de Jontiem", da UNESCO e o documento do Banco Mundial de 1994 (*La enseñanza superior - las lecciones derivadas de la experiencia*)).

Com o advento da internet nos 1990, iniciou-se, também, uma mudança nos padrões culturais ao redor do mundo, criando um ambiente propício para a expansão da Educação a Distância, enquanto modalidade de ensino. Acrescentamos a isso o fato de que a nova LDB nasceu sob a égide de um governo neoliberal, posto para dar conta das prerrogativas propostas pelo Consenso de Washington¹.

Se por um lado a Educação a Distância seria capaz de promover a expansão e interiorização da oferta do ensino superior por meio de IES públicas, sobretudo na formação de professores; por outro, poderia ser utilizada como mecanismo a favor do capital. (SANTOS, 2000; ANTUNES E ALVES, 2004; ANTUNES, 2009; SILVA, 2011; REIS, 2000; MASSON, 2009).

Nesse sentido, o presente artigo tem o objetivo de discutir as principais políticas de formação de professores no Brasil, após a Lei 9.394/1996, e apresentar, por meio de dados do sistema e-mec, o processo de mercantilização do ensino por meio da formação de professores a distância nas IES privadas. Apresentamos, também, um recorte sobre a Universidade Aberta do Brasil - UAB, destacando que o modelo

1. Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos. (BATISTA, 1994 p. 5). Quanto ao governo neoliberal nos referimos ao Governo Fernando Henrique Cardoso.

emergencial em que fora criada, há 12 anos, permanece até o presente momento. O estado conclui por confiar a formação de professores a distância ao setor privado, que vê uma grande oportunidade de negócios, neste cenário.

Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica e, na construção do referencial teórico, destacamos temáticas sobre Educação a Distância, Universidade Aberta do Brasil e Agenda Neoliberal. Como pesquisa empírica, optamos pela análise documental (documentos do Banco Mundial, da Universidade Aberta do Brasil) e análise de dados no Portal e-Mec e no Sistema de Gestão da UAB - SISUAB, buscando conhecer os registros de cursos de licenciatura a distância, no Estado de Minas Gerais, apontando em termos quantitativos, o processo de mercantilização da educação a distância no estado, acreditando que esse cenário se expande em nível nacional.

2 | A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL COMO PROGRAMA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Existe no meio acadêmico uma antiga discussão acerca da formação de professores. Tais discursos questionam, sobretudo, o formato dos programas de formação de professores e a defasagem de profissionais licenciados nas diversas disciplinas do ensino básico. Por razões históricas, é muito comum ver engenheiros ministrando aulas de matemática e física, odontólogo ministrando aulas de biologia e assim por diante. (GATTI, 2010).

Em 2003, um relatório apresentado a pedido da UNESCO, mostra um perfil da Educação a Distância no Brasil, ainda tímida e com muitas indagações. (VIANNEY, TORRES E SILVA, 2003). Ainda nessa linha, muitas questões sobre o possível "apagão do ensino médio ²" são levantadas, surgindo cobranças da sociedade para que o governo desenvolva uma política para redução da defasagem de professores para o ensino básico.

Outro aspecto que chamou a atenção dos autores é o fato do grande contingente de docentes à espera de aposentadoria. Somemos a isso, o fato de que a procura de cursos de licenciatura por estudantes diminuiu, sobretudo em função de fatores relacionados à carreira docente e condições de trabalho.

Há outros elementos igualmente importantes – como a valorização social da profissão, os salários, as condições de trabalho, a infraestrutura das escolas, as formas de organização do trabalho escolar, a carreira – que devem fazer parte de uma política geral de apoio aos docentes. (GATTI, BARRETO E ANDRÉ, 2011, p. 15).

Com a promulgação da Lei 9.394/96, várias IES (sobretudo privadas) propuseram a migração de cursos pouco procurados para a modalidade a distância e com mensalidades mais baixas - a proposta era uma redução de custo que pudesse viabilizar ao aluno a obtenção de um curso superior (VIANNEY et al., 2003). Tal fato é

2. Termo usado por Ruiz, Ramos e Hingel, 2007 para caracterizar a falta de professores para o ensino médio.

representado nos números de evolução da educação a distância, no país, divulgados, anualmente, por meio dos Censos da Educação Superior e Básica do INEP.

Dessa forma, iniciamos o século XXI com um grande déficit de professores e uma necessidade de ampliar as matrículas nas diversas áreas de formação docente.

Assim, a utilização da EaD propiciará o amplo atendimento ao contingente de docentes a serem qualificados em todos os níveis de ensino, contribuindo para a solução dos problemas nacionais. Enfatiza-se ainda a incorporação da referida modalidade como uma possibilidade de atender à demanda e as necessidades de formação, inclusive prevendo-se a participação das universidades e das demais instituições de educação superior credenciadas. (REIS, 2002, p. 252).

A educação a distância surge então, como uma modalidade capaz de suprir a demanda para formação de professores para o ensino básico. Para as IES privadas, surge como possibilidade de redução de custos (HADDAD e GRACIANO, 2004) e ampliação de oferta, dado o grande número de polos de apoio presencial criados pelas mesmas.

Assim como as IES privadas, o MEC também identificou a possibilidade de formação de professores a distância, que possibilitaria a oferta de cursos nas regiões mais remotas, atendendo ao princípio da universalização do acesso à educação no país. A EaD permitiria então, que pessoas de regiões ou áreas distantes que não possuíam acesso ao ensino superior, tivessem acesso a essa educação. Nesse sentido, política de EaD para as IES públicas surge por meio da Universidade Aberta do Brasil.

O Programa Universidade Aberta do Brasil, apoiado nas metodologias de Educação a Distância, foi idealizado como uma das respostas para a necessidade de formação inicial de professores para o ensino básico. O parágrafo único do artigo 1º do Decreto Presidencial nº 5.800, de 08 de julho de 2006 aponta que o principal objetivo da UAB é "oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica".

Mill Et al (2008, p. 113) apontam que,

Como programa da Universidade Aberta do Brasil (UAB) amplia-se significativamente a oferta de vagas a população e permite-se o acesso ao ensino público e gratuito, estimulando a discussão sobre os processos de garantia de qualidade. Esse programa tem um grande desafio pela frente, o de diminuir ao máximo as barreiras e os preconceitos contra essa modalidade educacional em nosso país.

Ao longo desses doze anos, a UAB formou milhares de profisses, segundo o Diretor de Educação a Distância da CAPES, em 2015, Jean Marc G. Mutzig. Foram formados pela UAB, até 2014, cerca de 120.000 profissionais, dos quais 32.192, em licenciatura. (MUTZIG, 2015).

Atualmente, a UAB possui 127 Instituições de Ensino Superior, 726 Polos de Apoio Presencial e 616 cursos de Licenciatura ativos em todo o Brasil. Possui, ainda, 506 cursos ativos em outras modalidades (Bacharelados, Tecnológicos, Especialização, Aperfeiçoamento, Extensão, dentre outros). (SISUAB, 2018).

3 | O BANCO MUNDIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

Ao longo do desenvolvimento das políticas educacionais no Brasil, houve uma grande influência das orientações neoliberais do Banco Mundial.

Nos anos de 1990, a “década da educação”, vivenciamos o aprofundamento das políticas neoliberais. O processo de ajuste estrutural, com o enxugamento dos recursos do Estado para a educação e para as políticas sociais, e a privatização criam novas formas de direcionamento dos recursos públicos: sua distribuição, centralização e focalização para as experiências que se adequem aos princípios das reformas sociais em curso. Configura-se o descompromisso do Estado para com o financiamento da educação para todos, em todos os níveis, revelando a subordinação do nosso país às exigências do Banco Mundial e à lógica do mercado. (FREITAS, 2003, p. 1097).

A década de 1990 se inicia com a "Declaração Mundial sobre Educação para Todos" e com a "Reunião de Ministros Nacionais da Educação" de diversos países. Em seu artigo 5º "ampliar os meios de comunicação e o raio de ação da educação básica", aponta que,

Todos os instrumentos disponíveis e os canais de informação, comunicação e ação social podem contribuir na transmissão de conhecimentos essenciais, bem como na informação e educação dos indivíduos quanto a questões sociais. Além dos instrumentos tradicionais, as bibliotecas, a televisão, o rádio e outros meios de comunicação de massa podem ser mobilizados em todo o seu potencial, a fim de satisfazer as necessidades de educação básica para todos. (UNESCO, 1990).

Percebemos que as tecnologias de comunicação e informação, sobretudo a internet, deveriam ser incorporadas aos processos educacionais dos países em desenvolvimento.

Pouco tempo depois, em 1994, o Banco Mundial publica o documento *La enseñanza superior " las lecciones derivadas de la experiencia*, no qual se colocava quatro "orientações principais" para a reforma do ensino superior mundial, sobretudo nos países periféricos:

Promover a maior diferenciação de instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas; Fornecer incentivos para as instituições públicas diversificarem fontes de financiamento, por exemplo, a participação de estudantes em despesas e a estreita ligação entre o Financiamento e resultados fiscais; Redefinir o papel do governo no ensino superior; Adotar políticas concebidas para dar prioridade aos objetivos de qualidade e equidade. (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 4).

A ideia central de tais orientações era o incentivo à educação privada em detrimento ao setor público para atingir redução de custos. Vinte anos depois, já pudemos confirmar o alto crescimento do setor privado no país, sobretudo por meio de cursos a distância.

Em relação ao ensino a distância, o documento acrescenta que,

O Banco também apoia esforços para diferenciar os sistemas de ensino superior. **Pode conceder financiamento para programas de ciclo curto e de educação permanente, universidades abertas e instituições que conceder diplomas e certificados**, bem como criar e expandir o sistema privado da educação pós-secundária. **A maior parte do aumento futuro na inscrição no nível terciário**

será absorvida por essas instituições. Por esse motivo, os investimentos do Banco estão cada vez mais orientados para a melhoria da qualidade de ensino que elas oferecem. (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 100 – grifos nossos).

Percebe-se a partir de então, um enfoque ao uso das tecnologias de comunicação e informação na educação e, sobretudo um movimento à privatização do ensino. No tocante à privatização, as ações do banco mundial estão pautadas no interesse de ampliar a política neoliberal numa agenda definida pelo Consenso de Washington em 1989.

Após o referido Consenso, assistimos, no país, uma mudança do enfoque da política educacional, sobretudo no aspecto de regulação (é o caso da LDB que traz propostas alinhadas com a política do Banco Mundial), avaliação externa (Provão, SAEB, SINAIS, PISA, etc.), redução do Estado (privatização de diversas empresas públicas e redução dos direitos sociais, sobretudo com o sucateamento das universidades federais ocorrido durante o Governo FHC), e incentivo ao setor privado, o que ocorreu também na área educacional.

Outro importante documento de 1995 "*Priorities and Strategies for Education - A World Bank Review*", sugere a redução dos recursos do estado para a educação e a sua privatização. Após todos esses anos, assistimos a esse processo de privatização da educação.

Para Comparato (2013, p. 69), as principais características do estado neoliberal são:

1. Redução acentuada dos poderes do Estado na regulação da vida econômica e também dos direitos sociais, a fim de assegurar, segundo se garantia, maior eficiência na atividade empresarial.
2. Privatizações em massa de empresas, mesmo nos setores de infraestrutura (energia, transportes e comunicações), bem como no setor de serviços públicos.
3. Generalizada abolição dos regulamentos administrativos em matéria econômica, mesmo nos setores em que tradicionalmente tais regulamentos sempre existiram, como crédito, câmbio, seguros, mercado de capitais, circulação internacional de capitais e comércio exterior.
4. Mudanças na política financeira estatal, com a eliminação dos déficits públicos, a redução da carga tributária (substituída em grande parte pela emissão de empréstimos públicos), e a supressão de subsídios estatais a certas atividades econômicas.

Mais recentemente, em 2010, o documento do Banco Mundial -Atingindo uma educação de nível mundial no Brasil: Próximos Passos-, parabeniza o país pelas "lições concluídas"³ e "reafirma metas" para a educação nacional.

Em 2011, o documento "Aprendizagem para Todos - Investir nos Conhecimentos e Competências das Pessoas para Promover o Desenvolvimento - Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial" aponta para a criação de um sistema nacional de educação que inclua o setor privado, destacando prioridade para investimentos em projetos privados de educação, por meio da Sociedade Financeira Internacional (IFC).

No âmbito do Grupo Banco Mundial, o Banco Mundial e a IFC trabalharão em conjunto para aumentar o conhecimento sobre o papel do sector privado na educação e ajudar os países a criar ambientes de política e estruturas normativas

3. Implantação de sistemas de avaliação (SAEB, ENEM, etc...), Resultado nas avaliações internacionais (PISA), criação do FUNDEB, formação de professores, etc.

que alinhem os esforços do sector privado por meio de parcerias estratégicas nos níveis tanto internacional como dos países, a fim de melhorar os sistemas educacionais. (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 9).

O grande incentivo do banco mundial para a privatização da educação contribuiu para o aumento das ofertas de cursos pelas IES privadas. Por outro lado, não se nota nenhuma ação por parte do Estado, que venha para efetivar a Universidade Aberta do Brasil como Política de Estado, e continua trabalhando com recursos limitados e muitas incertezas.⁴

A seguir, apresentaremos dados referentes ao crescimento da oferta de cursos a distância de formação de professores pela UAB, no Brasil, e as propostas de cursos existentes no sistema e-mec para o Estado de Minas Gerais.

4 | A PRIVATIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA E A IMPOTÊNCIA DO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

Nas duas últimas décadas, houve um grande avanço das matrículas em cursos superiores no país, bem como naqueles destinados à formação de professores. Os números do ensino privado e da Educação a Distância no Brasil impressionam. Conforme dados do INEP, de 1980 a 1998, houve uma evolução do ensino superior público de 63,49% e do privado de 49,28%. Contudo, nos últimos 20 anos, após a LDB 9394/1996, de 1998 a 2016, a evolução na rede pública foi de 147,3 %, enquanto que na rede privada foi de 348%, ou seja, a rede privada de ensino superior cresceu 2,43 vezes mais do que a rede pública. (INEP, 1998; INEP, 2016).

No caso da formação de professores, em 1998, eram 457.390 matrículas, saltando para 1.520.494 em 2016, ou seja, um aumento de 232%, sendo que 61,9% das matrículas dos cursos de licenciatura estão na rede privada. Outro dado que impressiona, segundo o Censo da Educação superior de 2016, é a evolução de matrículas de licenciatura a distância. De 2006 a 2016, houve redução de 45,9% nas matrículas do ensino presencial na rede privada e de 5,53% na rede pública, ao passo que na EaD, houve aumento de 398% na rede privada e 116,93% na rede pública (INEP, 2016). Em 2016, na rede privada, existiam 558.446 matrículas em cursos de formação de professores a distância, contra 382.934 em cursos presenciais, uma relação de 1,46 aluno em EaD para cada aluno presencial (INEP 2016).

Percebemos que houve uma migração dos cursos de formação de professores da modalidade presencial para a modalidade a distância, sobretudo na rede privada. Acreditamos que, com a nova regulamentação do art. 80 da LDB, por meio do Decreto 9.057 de 25 de maio de 2017, esses números ganharão ainda maior destaque.

O Decreto favorece os programas de educação a distância das Instituições

4. Um dos principais programas federais de formação de professores, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) teve redução de 78% no número de novas vagas ofertadas neste e no próximo ano. Publicado em 2014, o edital original previa a abertura de 250 mil vagas em todo o País, mas, com o contingenciamento de verbas para o programa, as novas cadeiras só serão ofertadas a partir de agora e em número menor: apenas 55 mil. (Jornal O Estadão, 2016).

privadas, sobretudo em dois aspectos fundamentais: a terceirização de polos de apoio presencial e a inexigibilidade de avaliação presencial, o que tornaria os cursos ainda mais "baratos", por um lado, e muito mais lucrativos, por outro.

Para tentar analisar o fenômeno da "privatização da formação de professores no Brasil", nos propusemos a analisar no sistema e-mec, o quantitativo de cursos autorizados para a oferta de licenciatura no Estado de Minas Gerais. Para tanto, percorremos o seguinte caminho metodológico:

a) na página e-mec.gov.br, selecionamos a aba "consulta avançada" e o link para "curso de graduação". Em seguida, selecionamos o Estado "Minas Gerais" para efetuar a busca dos cursos; em seguida e o *link* "Licenciatura". Finalmente, selecionamos o município e clicamos em "pesquisar". Esse comando foi realizado individualmente para cada um dos mais de 700 municípios mineiros;

b) O resultado da busca, retornado pelo e-mec, foi colocado em uma planilha do *Microsoft excel*, distribuído nas seguintes categorias: Município; Código da IES; IES; Sigla; Organização Acadêmica; Cidade de origem da IES; Estado de origem da IES; Categoria Administrativa (pública, privada com fins lucrativos ou privada sem fins lucrativos); Nome do Curso; Grau; Modalidade (distância ou presencial) e; Situação (ativo ou em extinção);

c) Numa nova busca, foram rastreadas todas as instituições - na aba instituição - para identificar sua localização e sua organização acadêmica.

d) após o preenchimento da planilha, fizemos a compilação dos dados, segundo o nosso interesse de pesquisa e foram encontrados 5.825 cursos de licenciatura ativos, no estado.

Em relação à organização acadêmica, a maioria dos cursos é ofertada por universidades (3.944 cursos), seguidas pelos centros universitários (1.258 cursos), depois pelas faculdades (558 cursos) e por último pelos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia e Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (64 cursos).

Com relação à modalidade de ensino, a grande maioria (quase totalidade " 87,04 %) encontra-se na modalidade Educação a Distância, com 5.070 cursos e apenas 755 presenciais - 12,96 %). Isso demonstra o grande movimento de migração da formação de professores da modalidade presencial para a modalidade a distância.

No tocante à categoria administrativa, 4.889 cursos são de IES privadas (3.317 com fins lucrativos, representando 56,86% e 1.577 sem fins lucrativos " 27,07%), totalizando 83,93% dos cursos. As IES públicas representam 16,07% dos cursos, sendo 936 cursos, dos quais 521 de IES federais (8,94%); 257 cursos de estaduais (4,41%) e 158 de IES municipais (2,71%), cabendo aqui uma observação: há uma única IES pública municipal e a mesma se encontra no estado de São Paulo, com 158 cursos no sistema e-mec, no Estado de Minas Gerais. A Tabela 1 - Cursos identificados, no e-mec, para o Estado de Minas Gerais, apresenta sinteticamente esses dados.

CATEGORIA ADMINISTRATIVA	EAD		PRESENCIAL		TOTAL	
	Q.	%	Q.	%	Q.	%
Pública Municipal	158	2,71		0	158	2,71
Pública Federal	303	5,20	218	3,74	521	8,94
Pública Estadual	149	2,56	108	1,85	257	4,41
TOTAL CURSOS IES PÚBLICA	610	10,47	326	5,59	936	16,07
Privada com fins lucrativos	3.151	54,09	161	2,76	3312	56,86
Privada sem fins lucrativos	1.309	22,47	268	4,60	1577	27,07
TOTAL CURSOS IES PRIVADAS	4.460	76,57	429	7,36	4.889	83,93
TOTAL GERAL	5.070	87,04	755	12,96	5.825	100,00

Tabela 1- Cursos de Licenciatura em atividade no Estado de Minas Gerais

Fonte- e-mec.gov.br

Pela perquirição, ficou evidenciada a participação das IES privadas nos cursos de formação de professores, sobretudo a distância. Com o intuito de aprofundar a análise, trouxemos também os dados sobre a Universidade Aberta do Brasil no estado.

No Estado de Minas Gerais, a UAB oferta 261 cursos de licenciatura, distribuídos em 11 Instituições de Ensino Superior do estado (2 institutos federais, 1 universidade estadual e 8 universidades federais) e uma IES de outro estado com apenas 3 cursos ofertados. Percebeu-se uma redução drástica na oferta de cursos UAB, no estado, quando comparado com períodos anteriores, e função do pequeno repasse financeiro para as IES participantes, nos anos de 2014, 2015 e 2016.

Em 2018, a UAB ainda está selecionando e financiando ofertas do edital nº 75 do ano de 2014, o que mostra a sua fragilidade enquanto programa de governo. Nesse sentido, percebe-se que as ações em relação à EaD, nos últimos anos, favorecem o setor privado, em detrimento ao público.

Sob o fundamento de aumentar a autonomia da IES no gasto do recurso, transfere-se a responsabilidade do sucesso do curso à IES, somente. Ressaltamos que a descentralização faz parte de um conjunto de palavras modernas propostas pelo Banco Mundial para os países periféricos e, juntamente com elas vem o corte de gasto e a "desresponsabilização" do Estado.

La descentralización, la evaluación, la autonomía, comenzaron a ser considerados como fines en sí mismos y no instrumentos para resolver los verdaderos problemas que tenemos en la educación: los de la calidad, la desigualdad, la fragmentación. (TEDESCO, 2010, p. 21).

Em contrapartida, as últimas legislações, acerca da Educação a Distância no Brasil, o Decreto 9.057 de 26 de maio de 2017 e o Decreto 9.235 de 15 de dezembro de 2017, apontam para um favorecimento do setor privado.

Art. 19. A oferta de cursos superiores na modalidade a distância admitirá regime de parceria entre a instituição de ensino credenciada para educação a distância e outras pessoas jurídicas, preferencialmente em instalações da instituição de ensino, exclusivamente para fins de funcionamento de polo de educação a distância, na

forma a ser estabelecida em regulamento e respeitado o limite da capacidade de atendimento de estudantes.

Ou seja, haverá um movimento de terceirização dos polos de apoio presencial, ampliando a abrangência geográfica das IES. Outro ponto é a mudança em relação a atividades presenciais que, no decreto anterior (5.622/2005), eram obrigatórias e agora ocorrerão apenas se "previstas nos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso". Essa flexibilização poderá resultar em cursos de qualidade inferior, uma vez que, pela experiência vista em EaD, a tutoria presencial e outras atividades contribuem para a melhoria da qualidade dos cursos.

Em relação ao Decreto 9.235/2017 que "Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino", não há limite numérico para oferta de cursos de licenciatura, o que poderá ocasionar um aumento de cursos de qualidade duvidosa.

O que temos, portanto, é uma regulamentação que flexibiliza os processos de credenciamento e oferta de cursos a distância. A possibilidade de uma IES ser criada apenas para oferta de curso a distância é, também, sem dúvida, uma grande oportunidade de negócios para as IES privadas.

Art. 11. As instituições de ensino superior privadas deverão solicitar credenciamento para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância ao Ministério da Educação.

§ 2º É permitido o credenciamento de instituição de ensino superior exclusivamente para oferta de cursos de graduação e de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância. (BRASIL, 2017a).

Por conseguinte, a flexibilização está posta para todos, no entanto, como os recursos e incentivos para a oferta de cursos públicos de formação de professores a distância, por parte do Governo Federal é ínfima, poderá haver uma ainda maior mercantilização dos cursos de formação de professores no país.

Nesse sentido, percebemos que, do ponto de vista de regionalização dos currículos, o Programa UAB apresenta uma vantagem em relação às IES privadas ofertantes no estado. A grande maioria dos cursos cadastrados no e-mec são de IES de outro estado. Dos 5.825 cursos, apenas 1.734 (29,77%), são de IES do próprio Estado de Minas Gerais.

A mercantilização do ensino fica mais evidente, ainda, quando observamos que quatro IES privadas possuem 2.389 cursos cadastrados. Dessas quatro IES, três possuem fins lucrativos. Devemos salientar que, mesmo que a IES privada não possua fins lucrativos, ela cobra mensalidade.

Assim, defendemos aqui uma Educação a Distância Pública como Política de Estado e não como programa de governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação a distância está presente no mundo há muito tempo, contudo, com o advento da internet, nos anos 1990, houve um crescimento considerável desta modalidade no país. O surgimento de uma sociedade do conhecimento e, sobretudo, o incentivo por parte de organismos multilaterais como Banco Mundial e FMI para ampliar o "acesso de educação para todos", são outros fatores que influenciaram o crescimento da EaD.

No entanto, este "apoio" vem travestido de exigências pautadas, sobretudo no Consenso de Washington, para que o governo implemente as políticas neoliberais, reduzindo sua participação em setores como a Educação, encorajando o setor privado e abrindo as portas para um rentável negócio: a educação a distância.

Nesse sentido, a formação de professores, antes ofertada presencialmente, migra, sobretudo, a partir dos anos 2000 para a modalidade a distância. O Programa Universidade Aberta do Brasil, nesse período, ofereceu importante contribuição para a redução do déficit de professores licenciados. Por outro lado, a adoção de prerrogativas neoliberais causou um incentivo ao setor privado para oferta de tais cursos. Vimos, então, no Estado de Minas Gerais, as propostas de 83,93 % dos cursos de formação de professores pelas IES privadas, e 87,04%, ofertados a distância, o que nos levou a concluir que existe um processo em andamento (poderia se dizer consolidado) de mercantilização e privatização da formação de professores no Brasil.

Por um lado, amplia-se a oportunidade do acesso aos cursos de formação ofertados, pela EaD, porém, o acesso aos conhecimentos ofertados pelos cursos de qualidade é barrado pelo restrito investimento à qualidade de ensino, sobretudo pela desincentivo ao setor público, à UAB. Fica evidenciado o pouco interesse da política neoliberal em formar professores bem capacitados e, assim, oferecer, a todos e a todas, uma educação neste país, realmente de maior qualidade.

A falta de política de formação de professores que incentive ensino público, gratuito e de qualidade é a principal causa desse cenário. Como estamos diante de um governo (im)posto para atender aos requisitos do mercado, acreditamos que tal quadro não se altere no curto prazo.

É necessário ampliar os investimentos no processo de institucionalização da Educação a Distância no país, com pessoal qualificado e concursado para tal, e abandonar o sistema precarizado de pagamento de bolsas. O Tutor, responsável pela mediação da aprendizagem na formação superior a distância na UAB, recebia em 2006, bolsa de R\$ 600,00 (1,71 salário mínimo, o que já era pouco). Atualmente, essa bolsa é de R\$ 765,00 (0,80 salário Mínimo), o que mostra que o investimento na EaD pública só tem diminuído. Somemos a isso o fato de os parâmetros de financiamento terem reduzido o número de tutores para atendimento, forçando as IES a escolherem entre o Tutor presencial ou a Distância. Como fazer EaD pública de qualidade dessa forma? Devemos destinar ao setor privado a missão de formar professores para a

educação básica? Nesse sentido, é isso o que estamos assistindo acontecer e procuramos denunciar neste artigo.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. Ed. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ANTUNES, R.; BRAGA, R (Orgs.). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- BANCO MUNDIAL . **La enseñanza superior** - las lecciones derivadas de la experiencia. Washington: Banco Mundial, 1995.
- BANCO MUNDIAL. **Aprendizagem para Todos** - Investir nos Conhecimentos e Competências das Pessoas para Promover o Desenvolvimento - Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial. Washington: Banco Mundial, 2011.
- BANCO MUNDIAL. **Atingindo uma educação de nível mundial no Brasil**: Próximos Passos. Washington: Banco Mundial, 2010.
- BANCO MUNDIAL. **Priorities and Strategies for Education** - A World Bank Review. Washington: Banco Mundial, 1995.
- BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In; SOBRINHO, Barbosa Lima e outros autores. Em Defesa do Interesse Nacional: Desinformação e Alienação do Patrimônio Público, São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- BRASIL. **Decreto 2.494 de 10 de fevereiro de 1998**. Brasília; Câmara dos Deputados, 1998.
- BRASIL. **Decreto 5.622 de 19 de dezembro de 2005**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2005.
- BRASIL. **Decreto 9.057 de 25 de maio de 2017**. Brasília; Câmara dos Deputados, 2017a.
- BRASIL. **Decreto 9.235 de 5 de dezembro de 2017**. Brasília: Câmara dos deputados, 2017b.
- BRASIL. **Decreto 5.800 de 08 de junho de 2006**. Brasil: Presidência da República, 2006.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e bases da educação nacional** □ Lei 9394/1996. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. **Resolução CES/CNE nº 01 de 11 de março 2016**. Brasília: CNE, 2016.
- COMPARATO, Fábio Konder. **O capitalismo pós-industrial**. Revista estado-providência □ estudos do sé XX. N. 13. Portugal: Coimbra, 2013.
- e-MEC. **Sistema de Cadastro de Instituições e Cursos de Educação Superior**. Brasília: e-mec, 2018. Disponível em , <<http://emec.mec.gov.br/>> . Acessos entre maio e julho de 2018.
- ESTADÃO. **Sem dinheiro, programa federal de formação de professores reduz vagas**. São Paulo: Jornal O Estadão, 2016. Disponível em <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,sem-dinheiro-programa-federal-de-formacao-de-professores-reduz-vagas,10000081818>>. Acesso em 30/07/2018.
- FREITAS, Helena Costa Lopes de . **Certificação docente e formação do educador**: regulação e

desprofissionalização. Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 85, p. 1095-1124, dezembro 2003 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

GATTI, Bernardete A. **Formação de professores no Brasil: características e problemas**. Campinas: Educação e Sociedade, Vol 131, n. 113 □ p.1355-1379, 2010.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Damalzo de Afonso. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

HADAD, Sérgio; GRACIANO, Mariângela. **Educação: direito universal ou mercado em expansão**. Revista São Paulo em perspectiva. Vol. 18, nº 03. Set./out./2004. São Paulo: SEADE, 2004.

INEP . **Notas estatísticas do censo escolar 2017**.Brasília: INEP, 2018.

INEP. **Evolução do ensino superior** □ graduação: 1980 □ 1998. Brasília: INEP, 2000.

MASSON, Gisele. **Políticas de formação de professores: as influências do neopragmatismo da agenda pós-moderna**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós- Graduação em Educação. Florianópolis, 2009.

MILL, Daniel Ribeiro da Silva. **Educação a Distância: cenários, dilemas e perspectivas**. Revista Educação Pública. Cuiabá. v. 25, n. 59/2, p. 432-454, maio/ago. 2016.

MILL, Daniel Ribeiro da Silva; ABREU-E-LIMA, Denise; LIMA, Valéria Sperduti; TANCREDI, Regina Maria Simões Puccinelli. **O desafio de uma interação de qualidade na educação a distância: o tutor e sua importância nesse processo**. Cadernos da Pedagogia Ano 02 Volume 02 Número 04 agosto/dezembro 2008. São Carlos: UFCAR, 2008.

MUTZG, Jean Marc G. Mutzig. **Sistema UAB: IES, Cursos e Polos**. In: 8ª reunião ordinária do Fórum nacional de Coordenadores UAB. Brasília: Jul/2015.

REIS, Alcenir Soares dos. **Educação a distância no Brasil: uma leitura sob a ótica da razão jurídica**. Tese de doutorado □ Universidade Federal de Minas Gerais . Belo Horizonte: UFMG, 2002.

RUIZ, Antonio Ibañez; RAMOS, Mozart Neves; HINGEL, Murilo. **Escassez de professores no ensino médio: propostas estruturais e emergenciais**. Brasília: Ministério de Educação e Cultura, 2007.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Solonildo Almeida da. **Educação à distância e Universidade Aberta do Brasil: quando a mercantilização do ensino e a precarização da docência alcançam um novo ápice?** Tese de Doutorado □ Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Fortaleza, 2011.

SISUAB. **Sistema de Gerenciamento da UAB/CAPES**. Disponível em: <<https://sisuab2.capes.gov.br/sisuab2/layout/home.xhtml>> Acesso em 19/07/2018.

TEDESCO, Juan Carlo. Presentación Los seminarios del IIPE-UNESCO Buenos Aires. In: **Políticas educativas y territorios: modelos de articulación entre niveles de gobierno**. OLIVEIRA, Dalila Andrade. [et.al.]. - 1a ed. - Buenos Aires : Inst. Internac. de Planeamiento de la educación IIPE-Unesco, 2010.

UAB. **Programa Universidade Aberta do Brasil** □ UAB. Disponível em < <http://www.uab.capes.gov.br/uab>>. Acesso em 18/07/2018.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien: UNESCO, 1990.

VIANNEY, J.; TORRES, P.; SILVA, E. **A universidade virtual no Brasil**: os números do ensino superior a distância no país em 2002. Informe preparado para o Seminário Internacional sobre Universidades Virtuais na América Latina e Caribe Quito □Equador, 13 e 14 fev. 2003. Quito: UNESCO, 2003.

RETRATO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EAD NA REDE FEDERAL

Vanessa Battestin

Ifes, Cefor
Vitória, ES

Denio Rebello Arantes

Ifes, Reitoria
Vitória, ES

Simone Costa Andrade dos Santos

Ifma
São Luis, MA

Miguel Fabricio Zamberlan

Ifro, campus Porto Velho Zona Norte
Porto Velho, RO

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo apresentar o retrato da institucionalização da EaD na Rede Federal de Educação Profissional. A pesquisa baseou-se nas informações de um Grupo de Trabalho criado pelo Conselho Nacional de Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), com representação de instituições das cinco regiões do país. O objetivo do Grupo de Trabalho era subsidiar a Rede Federal com informações e propostas sobre o processo de institucionalização do EaD, permitindo-lhe implementar melhorias e fazer propostas ao governo para consolidar o processo. Como metodologia do presente estudo, utilizou-se o procedimento técnico de

levantamento, por meio de um questionário com toda a Rede Federal, que foi respondido de forma significativa por 38 das 41 instituições. Como resultado, devido à falta de diretrizes do MEC e do Conif, a Rede apresenta grande diversidade na institucionalização da EaD, há carência de cursos institucionalizados, forte dependência de programas de desenvolvimento externo, necessidade de definições de estrutura e padrões, entre outras diferenças.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Educação a Distância; Institucionalização da EaD; Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT: The present research aims to present the portrait of the institutionalization of EaD in the Federal Network of Professional Education. The research was based on information from a Working Group created by the National Council of Institutions of the Federal Network of Vocational, Scientific and Technological Education (Conif), with representation of institutions from the five regions of the country. The objective of the Working Group was to subsidize the Federal Network with information and proposals on the process of institutionalization of the EAD, allowing it to implement improvements and make proposals to the government to consolidate the process. As the methodology of the present study, the technical procedure of survey was used,

through a questionnaire with the entire Federal Network, which was answered in a significant way by 38 of the 41 institutions. As a result, due to the lack of MEC and Conif guidelines, the Network presents great diversity in the institutionalization of EAD, lack of institutionalized courses, strong dependence on external development programs, need for definitions of structure and standards, among other differences.

KEYWORDS: Education; Distance Education; EaD institutionalization; Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education.

1 | INTRODUÇÃO

A educação a distância(EaD) ganhou espaço no Brasil nos últimos anos, especialmente devido a programas de fomentos federais como a Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituída pelo decreto no 5.800 de 08 de junho de 2006 (BRASIL, 2006), e a Rede e-Tec Brasil (e-Tec), pelo decreto 7.589 de 26 de outubro de 2011 (BRASIL, 2011). Porém, a partir de 2014 tais programas tiveram considerável redução de recursos, com mudanças de legislações, diminuição da quantidade de bolsas e de recursos de custeio, congelamento de valores de bolsas, entre outros, impactando diretamente na oferta de cursos a distância pelas instituições públicas em todo território nacional.

Algumas instituições perceberam a necessidade de se iniciar um processo de “institucionalização da EaD” há bastante tempo, para se prepararem para continuar a oferta de cursos a distância e para apoio aos cursos presenciais com o uso de tecnologias, mesmo quando não houvesse mais fomento externo (oriundo dos programas supracitados, à parte do financiamento regular) ou quando este estivesse reduzido. Porém, o grande impulso para maior parte das instituições veio com o quadro de dificuldades a partir de 2014.

Segundo Nunes e outros (2015), a institucionalização da EaD traz diversos desafios tais como: a necessidade de normatização da distribuição de carga horária docente, visando contemplar atividades inerentes à EaD; metodologias específicas para EaD num contexto sem fomento externo, especialmente fazendo uso das sedes das unidades acadêmicas como polos de apoio às atividades presenciais; novos modelos de financiamento, de modo a contemplar as despesas na própria matriz orçamentária da instituição; entre outros.

Na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (que se será chamada aqui de Rede), algumas ações relativas à institucionalização na EaD têm sido realizadas por meio de grupos de trabalho específicos (GT): Em 2010, um GT de institucionalização da EaD instituído pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) gerou a proposta de regulamentação da EaD na Rede, ainda bastante preliminar; em 2012, outro GT, do Fórum de Dirigentes de Ensino (FDE)/Conif, gerou a proposta de Institucionalização da EaD na Rede, propondo um modelo de campus para os núcleos gestores de

EaD, que foi aprovada no Conif, mas não foi aprovada na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), do Ministério da Educação; nos anos seguintes não houve avanços no processo de institucionalização, apenas discussões isoladas no contexto da UAB ou e-Tec, em geral versando mais especificamente sobre formatos de fomento; em 2016, a discussão foi retomada por meio do GT de Institucionalização da EaD da Setec, que gerou uma proposta de matriz orçamentária da EaD, encaminhada para o Fórum de Planejamento (Forplan)/Conif, mas que foi encerrado na mudança do governo; porém os trabalhos foram continuados por um novo GT estabelecido pelo FDE/Conif no mesmo ano, cujos resultados constituíram objeto de estudo do presente artigo; ainda em 2016 foi também iniciado um GT Institucionalização específico para a UAB, demandado pela Diretoria de Educação a Distância da Capes.

Esse artigo visa apresentar um dos resultados do trabalho realizado pelo GT de Institucionalização da EaD do FDE/CONIF, a saber: o retrato da institucionalização da EaD na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

2 | METODOLOGIA

Quanto aos procedimentos técnicos, a presente pesquisa define-se como “levantamento” que, Segundo Gil (2002, p.50), “procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados”.

Os dados da pesquisa foram obtidos a partir dos resultados dos trabalhos do GT de Institucionalização da EaD do FDE/CONIF, que atuou entre maio de 2016 e agosto de 2017, por meio de atividades presenciais e a distância. O GT era composto por dirigentes de EaD e Pró-reitores de ensino da Rede Federal, das cinco regiões do Brasil.

O Público-alvo da pesquisa foi o conjunto de instituições da Rede, ou seja, 41 instituições, sendo: 38 Institutos Federais (IFs), dois Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefets) e o Colégio Pedro II.

O levantamento foi realizado por meio de formulário web, que foi divulgado aos participantes por e-mail, grupo de WhatsApp e pelos seus respectivos reitores e pró-reitores de ensino.

O GT realizou a coleta dos dados e, após tabulação e análise, apresentou os resultados aos pró-reitores de ensino, em reunião do FDE, e aos reitores, em reunião do Conif, sendo posteriormente enviado à todas instituições que compõem a Rede.

3 | RESULTADOS

O GT de Institucionalização da EaD do FDE/Conif enviou uma pesquisa a

todas as instituições que integram a Rede Federal, em julho de 2016, por meio de um formulário web (<https://goo.gl/forms/v3ktHrc8BEEemRoMU2>), com o objetivo de identificar a situação da institucionalização da EaD nas instituições. As perguntas versavam sobre: estrutura física e humana dos núcleos gestores de EaD, gestão de recursos financeiros, metodologias e esforço docente.

Das 41 instituições que compõem a rede, 38 responderam à pesquisa (93%), o que é um retrato bastante significativo, aproximando-se do que Gil (2002, p.51), define como Censo: “quando o levantamento recolhe informações de todos os integrantes do universo pesquisado”. A seguir são apresentadas as perguntas da pesquisa e os respectivos resultados.

4 | ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

4.1 Tipo de estrutura da unidade que gerencia as ações de EaD

O objetivo aqui foi identificar como estavam estruturados os núcleos que gerem a EaD nas instituições do ponto de vista da estrutura organizacional. Os resultados (Gráfico 1) mostram que são: um campus, cinco Centros de Referência, 21 diretorias, sete coordenações, quatro são outros tipos.

O único núcleo gestor de EaD que funciona como campus é o do Instituto Federal de Rondônia (IFRO). Porém, é válido destacar que apesar de ter a função de gestor de EaD, trata-se de um campus convencional que precisa cumprir as mesmas metas que um outro campus, inclusive com a oferta de cursos presenciais. O Ministério da Educação ainda não autorizou nenhum campus para atuar exclusivamente com oferta de cursos EaD.

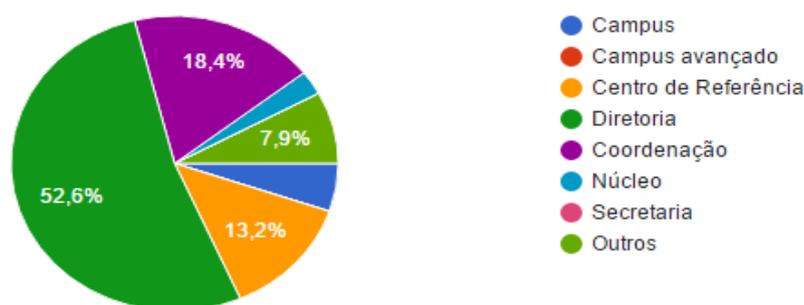


Gráfico 1: Classificação da estrutura dos Núcleos Gestores de EaD na RFEPT

4.2 Localização, na estrutura organizacional, da unidade de EaD

O objetivo aqui foi identificar o grau de autonomia da unidade que gere a EaD ou a que estrutura está subordinada. Como se pode ver no Gráfico 2, a maioria é subordinada à pró-reitoria de ensino (61%) ou à reitoria (37%). A unidade com maior autonomia é o campus, ainda que os campi também sejam subordinados à reitoria,

tem maior grau de independência.

O fato da maioria estar subordinada à pró-reitoria de ensino demonstra que muitas instituições concebem a EaD como diretamente ligada ao ensino e distante de outras vertentes como a pesquisa, a extensão e o desenvolvimento institucional. Porém, 37% já ampliaram essa visão e subordinaram seus núcleos gestores diretamente à reitoria.

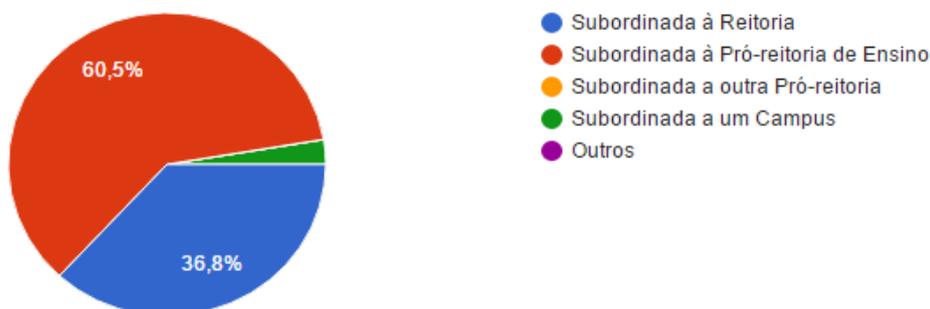


Gráfico 2: Vínculo dos Núcleos Gestores de EaD no organograma institucional

4.3 Estrutura Física da unidade de EaD (mais de uma resposta possível)

Esta pergunta visou identificar como o núcleo gestor de EaD estava estruturado fisicamente e quão independente era de outras estruturas físicas. A partir do Quadro 1, pode-se perceber que apenas dois Núcleos Gestores com sede própria e exclusiva, nove estão em local exclusivo, porém alugado ou cedido e os demais em local compartilhado (campus ou reitoria). O resultado demonstra ainda uma grande dependência de outros setores da instituição.

Opções	Respostas
Em local exclusivo (sede própria)	2 (5,3%)
Em local exclusivo (alugado)	9 (23,7%)
Em local compartilhado com a reitoria	20 (52,6%)
Em local compartilhado com um campus	7 (18,4%)
Outros	5 (13,2%)
Situação precária de espaço físico	
Alugado e em espaço cedido pela prefeitura	
Sede própria construída dentro de um campus	
Anexo à reitoria alugado	
Colégios técnicos vinculados à UFPI	

Quadro 1: Sede dos Núcleos Gestores de EaD

4.4 Estrutura física de EaD nos campi

Conforme Quadro 2, das 38 instituições respondentes, 29 usam alguns dos seus campi como polos e 19 possuem algum tipo de estrutura de EaD em alguns campi. Esse resultado revela um elemento importante no processo de institucionalização da EaD, uma vez que as unidades acadêmicas constituídas como polo de apoio presencial, geralmente, apresentam uma infraestrutura mais adequada do que os polos mantidos por outras instâncias. Além disso, a equipe de pessoal disponível nas unidades-polo, propicia a integração entre as unidades acadêmicas e, conseqüentemente, favorece a execução dos cursos com o aproveitamento da equipe de professores e técnico-

administrativos e a redução de custos com deslocamentos. Ainda há que se destacar que a cultura da EaD se difunde nos campi, tornando-se uma cultura institucional.

Opções	Respostas
Estrutura de Polo de apoio presencial em alguns campi	16 (42,1%)
Estrutura de Polo de apoio presencial em todos os campi	13 (34,2%)
Estrutura de apoio à EaD em alguns campi	15 (39,5%)
Estrutura de apoio à EaD em todos os campi	4 (10,5%)
Não possui	1 (2,6%)

Quadro 2: Estrutura de Polo ou de apoio à EaD instalados nos campi da instituição.

4.5 Caracterização do tipo de fomento na oferta de cursos EaD

A partir do Gráfico 3, observa-se que a maioria das instituições oferta cursos pela Rede e-Tec (33), 13 ofertam pela UAB e 11 ofertam cursos sem fomento externo. Esse resultado aponta para as primeiras experiências de institucionalização da EaD na Rede. Além disso, seis núcleos gestores de EaD, que são unidades acadêmicas, oferecem não apenas cursos a distância, mas também cursos presenciais, o que demonstra um caminho no sentido da educação híbrida, como preconiza Bacich e Moran (2015).

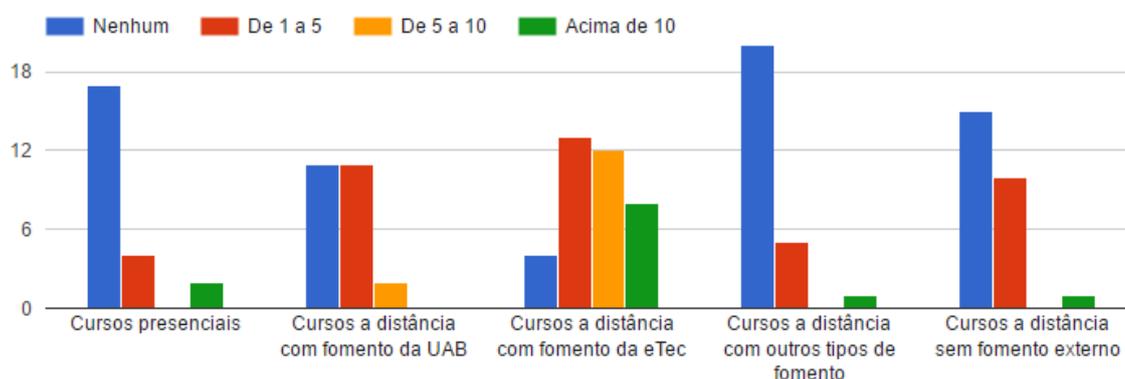


Gráfico 3: Caracterização do fomento na oferta de cursos.

4.6 Quantidade de cursos a distância por tipo e nível ofertados pela instituição

Como se pode observar no Gráfico 4, há concentração maior de oferta de cursos técnicos, Pós lato sensu e FIC a distância. No tocante à oferta de cursos técnicos, o resultado apresentado está alinhado com a característica das instituições da Rede, cuja lei de criação (Lei 11892/2008), em seu artigo oitavo, preconiza que a oferta mínima deste tipo de curso seja 50% do total de vagas ofertadas pela instituição (BRASIL, 2008). A quantidade de cursos FIC indica uma tendência atual de oferta de cursos de curta duração, inclusive cursos MOOC (Massive Open Online Course), para

atender a demandas pontuais e específicas. Vê-se, porém, que é preciso expandir em outros tipos e níveis, como por exemplo nas Pós Stricto Sensu.

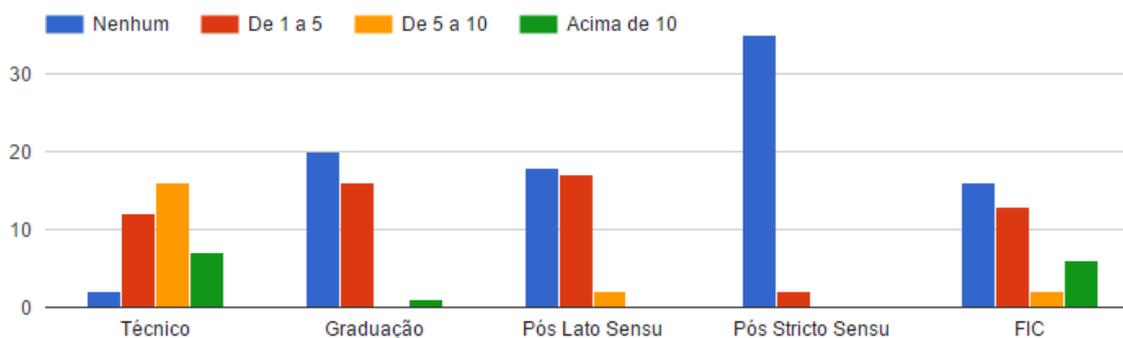


Gráfico 4: Demonstrativo do número de cursos ofertados por tipo e nível.

4.7 Responsabilidade pela oferta de cursos de EaD

Conforme demonstrado no Gráfico 5, em seis instituições a oferta de cursos a distância ocorre exclusivamente nos campi, em oito instituições a oferta dos cursos concentra-se na unidade gestora de EaD, e na grande maioria (24 instituições), a oferta ocorre tanto nos campi quanto na unidade gestora de EaD. Apesar de se tratar de uma escolha da instituição, considera-se que o fato da maioria adotar uma possibilidade mais aberta de responsabilidade de oferta, oportuniza a maior expansão da EaD.

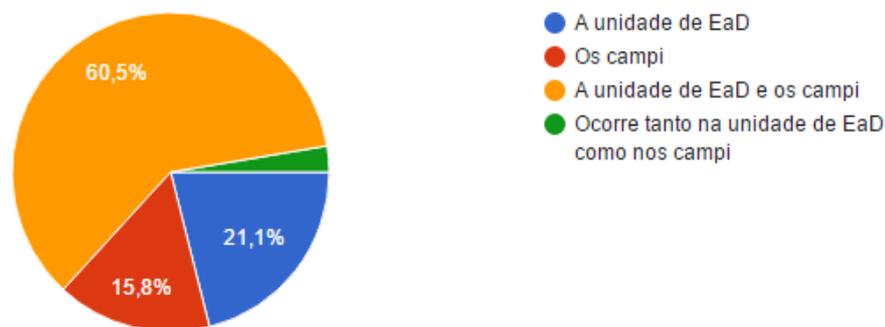


Gráfico 5: Unidades acadêmicas ofertantes dos cursos EaD na Rede EPT.

4.8 Profissionais do quadro efetivo que atuam na unidade de gestão da EaD

Uma das características do processo de institucionalização é a alocação de servidores efetivos nos processos e fluxos correspondente às ações de educação a distância. O Gráfico 6 apresenta os resultados de alguns dos perfis profissionais envolvidos com a EaD. Como se pode verificar, ainda é incipiente a alocação de profissionais efetivos para atividades inerentes à EaD, havendo maior expressão nos pedagogos e técnicos em assuntos educacionais. Destaca-se que estes profissionais em geral já fazem parte do quadro das instituições, não sendo necessário realizar concurso específico. Por outro lado, profissionais tais como designers educacionais e diagramadores exigem novas contratações e mesmo novos cargos, o que torna

menos comuns encontrar-se tais profissionais nas instituições.

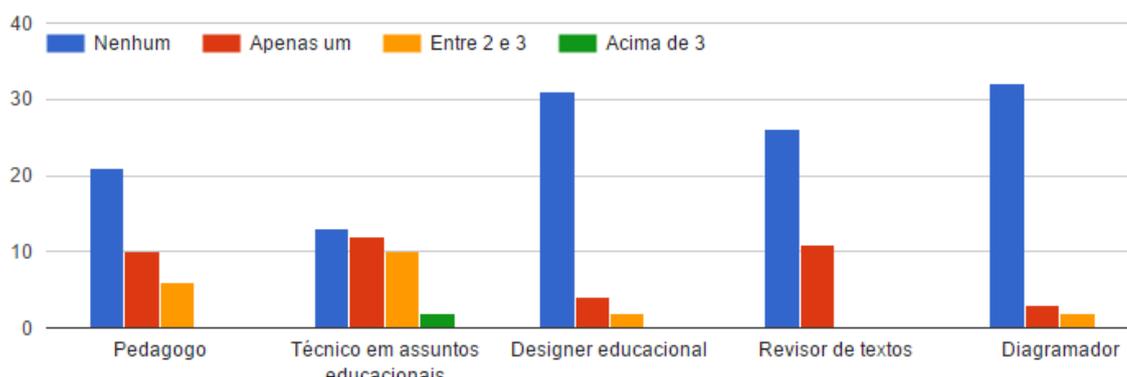


Gráfico 6: Profissionais do quadro efetivo que atuam na unidade de gestão de EaD

4.9 Quantidade de funções destinadas à unidade gestora de EaD

As funções possibilitam, no processo de institucionalização da EaD, estruturar um organograma das suas unidades gestoras condizente com as ações relativas à EaD, em particular as necessárias para o bom desenvolvimento na oferta de cursos. Todavia, da mesma forma que no item anterior, ainda são poucas as funções destinadas a esta finalidade, havendo predominância de uma única CD3, em geral destinada ao gestor do núcleo. Apenas uma instituição possui CD2 (IFRO, que é campus), as demais funções na rede federal são divididas conforme segue: 24 possuem CD3, 12 possuem CD4, 18 possuem FG1, 16 possuem FG2 e 03 possuem FG4.

Quantidade de funções destinadas à unidade de EaD

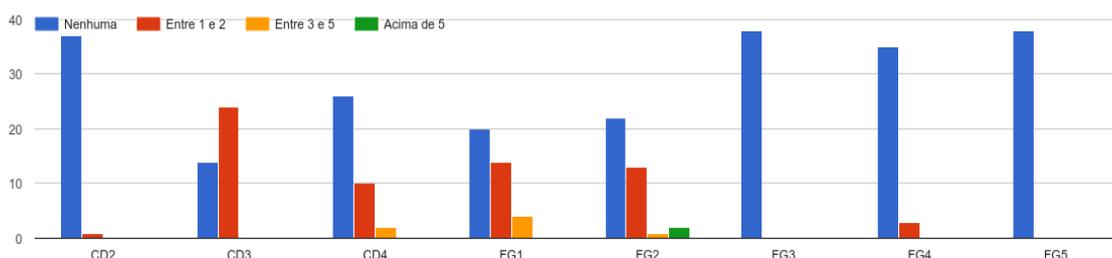


Gráfico 7: Quantidade de funções destinadas a unidade de EaD

4.10 Distribuição de recursos humanos

No gráfico 8 se pode verificar como é distribuída a quantidade de servidores efetivos, bolsistas e estagiários atuando nos núcleos gestores de EaD e nos polos nos campi.

Ao se considerar o processo de institucionalização, é possível observar que existem duas instituições que não possuem servidores efetivos no núcleo gestor de EaD, o que compromete este processo. Nas demais, 17 possuem até cinco, nove

possuem entre 6 e 10, cinco possuem entre 11 e 20 e quatro possuem mais de 20.

Com relação aos polos, 16 instituições possuem até 05 servidores efetivos, o que corrobora com o Gráfico 05 onde as ofertas ocorrem em geral tanto na unidade EaD como nos polos. O resultado mostra que o envolvimento de servidores efetivos nos polos contribui para o processo de oferta de cursos institucionalizados.

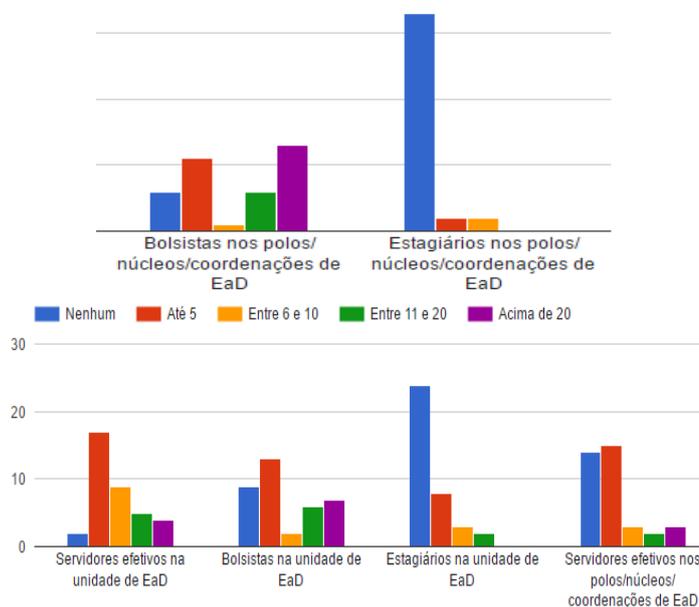


Gráfico 8: Distribuição de recursos humanos

4.11 Registro das matrículas dos alunos de EaD (mais de uma resposta possível)

Com relação às matrículas, percebe-se que maioria (82%) é realizada no campus ofertante. Porém, os núcleos gestores de EaD que são unidades acadêmicas, também possuem matrículas de alunos e há ainda outras formas de matrículas, como nos polos. Lembrando que o local do registro de matrícula impacta na destinação do recurso na matriz orçamentária.

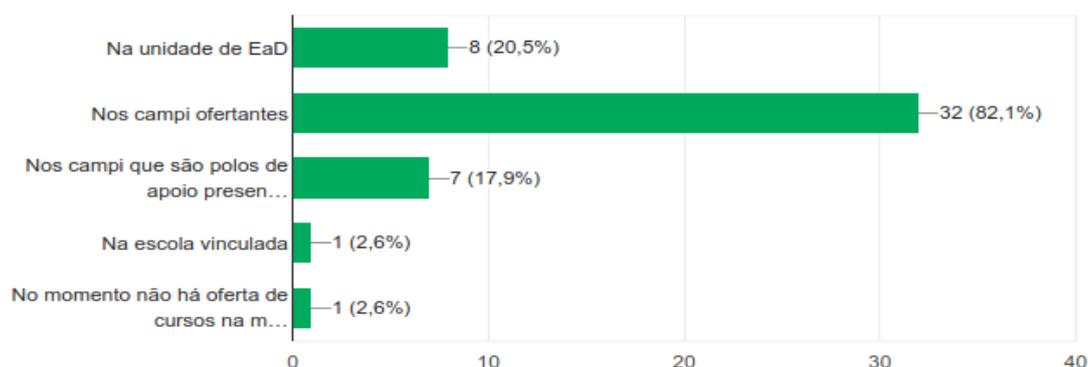


Gráfico 9: Registro das matrículas dos alunos EaD

4.12 Gestão de recursos financeiros dos cursos (mais de uma resposta

possível)

Percebe-se que maioria na maioria das instituições, o núcleo gestor de EaD gerencia apenas os recursos de seus próprios cursos, ficando a gestão dos demais com os campi ofertantes. Entretanto, como demonstrado no Quadro 3, uma vez que a instituição poderia marcar mais de uma opção, também existem modelos mistos, podendo-se perceber que o formato de oferta (própria ou com fomento) influencia na forma de gestão de recursos.

Opções	Respostas
A unidade de EaD gerencia os recursos de seus cursos próprios com e sem fomento externo	22 (57,9%)
A unidade de EaD gerencia os recursos de todos os cursos a distância com fomento da instituição. Os cursos sem fomento são gerenciados pelos campi.	10 (26,3%)
A unidade de EaD gerencia os recursos de todos os cursos da instituição sem fomento externo.	5 (13,2%)
Os campi gerenciam os recursos de seus cursos a distância com e sem fomento externo.	14 (36,8%)

Quadro 3: Gestão dos recursos financeiros dos cursos

5 | METODOLOGIA

5.1 Serviços prestados pela unidade de EaD (mais de uma resposta possível)

Os serviços mais comumente prestados pelo núcleo gestor de EaD à instituição são com relação à administração do ambiente virtual de aprendizagem (90%) e à produção de materiais (vídeos, salas no AVA e outros materiais didáticos). No Quadro 4 são apresentados os resultados de forma mais completa.

Opção	Resposta	Opção	Resposta
Administração AVA e outros softwares	34 (89,5%)	Apoio aos 20% cursos presenciais	23 (60,5%)
Produção de softwares educativos e OA	14 (36,8%)	Apoio ao uso de tecnologias na Educação	30 (78,9%)
Produção de videoaulas e outros vídeos	25 (65,8%)	Apoio na elab. De projetos de cursos EaD	31 (81,6%)
Produção de material didático	25 (65,8%)	Produção de outros materiais	21 (55,3%)
Produção de salas para AVA	28 (68,4%)	Atividades de Pesquisa	20 (52,6%)
Transmissões ao vivo	9 (23,7%)	Atividades de Extensão	12 (31,6%)
Oferta de cursos	26 (68,4%)	Estúdio de gravação	23 (60,5%)
		Outros	6 (15,8%)

Quadro 4: Gestão dos recursos financeiros dos cursos

5.2 Profissionais que atuam nos cursos a distância que não possuem fomento externo (mais de uma resposta possível)

A equipe de um curso sem fomento externo é muitas vezes diferenciada quando comparada a um curso com fomento externo, havendo aqui preponderância de coordenadores de curso, pedagogos e professores conteudistas, como se pode ver no Quadro 5. Profissionais como coordenador de tutoria, tutor presencial e de laboratório e designer educacional são pouco citados.

Opção	Resposta
Coordenador de Curso	12(48%)
Coordenador de Tutoria	2 (8%)
Coordenador de Polo	4 (16%)
Coordenador de TCC	1 (4%)
Professor Conteudista	7 (28%)
Professor Formador	11 (44%)
Tutor Presencial	2 (8%)
Tutor a Distância	7 (28%)
Tutor de Laboratório	2 (8 %)
Pedagogo	14 (56%)
Designer Educacional	1 (4%)
Secretário de Curso	9 (36%)
Outros	6 (24%)

Quadro 5: Profissionais que atuam nos cursos a distância sem fomento externo

5.3 Em quantos polos, em média, um curso sem fomento externo é ofertado? (35 respostas)

O Quadro 6 permite uma compreensão sobre os desafios do processo de institucionalização da EaD. Pode ser observado que 23% das instituições ofertam cursos com fomento próprio em apenas um polo. Tal situação está relacionada à dificuldade de alocar servidores efetivos nos polos ou unidades de gestão, em especial os profissionais que assumem a atividade de tutoria que tem seu vínculo com o polo. Pelas características de oferta de um curso e dos arranjos produtivos locais, a atividade de tutoria torna-se sazonal, dificultando alocar servidores efetivos.

Opção	Respostas
Apenas 1	8 (22,9%)
Entre 2 e 3	2 (5,7%)
Entre 4 e 5	2 (5,7%)
Entre 6 e 10	1 (2,9%)
Acima de 10	2 (5,7%)
Não se Aplica	19 (54,3%)
Outros	1 (2,9%)
Muito variável	

Quadro 6: Polos em que são ofertados cursos sem fomento externo

5.4 Esforço Docente

5.4.1 Possui resolução que define o esforço docente para EaD? (36 respostas)

O Gráfico 10 demonstra quantas instituições possuem resolução que define o esforço docente para EaD. Das instituições respondentes, 76% ainda não possuem regulamentação interna sobre atividades de EaD. Este baixo grau de regulamentação demonstra o estado incipiente de institucionalização da EaD na Rede, uma vez que a instituição ainda não reconhece nas atribuições docentes regulares as atividades de EaD. Isso dificulta enormemente a oferta de cursos sem fomento externo.

Nesta questão também estava a solicitação que as instituições enviassem a resolução existente para o GT. Cinco 5 instituições enviaram seus regulamentos: IFES, IFRO, IF Goiano, IFRN, IFNMG.

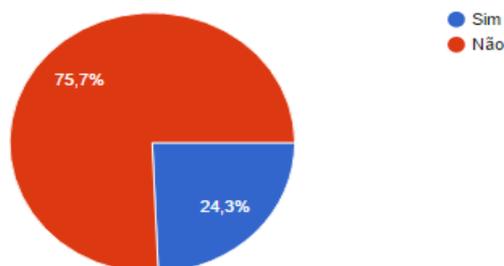


Gráfico 10: Resolução para esforço docente para EaD.

5.4.2 Qual a atual relação aluno/professor formador para cursos com fomento externo? (32 respostas)

Em razão da oferta de cursos com fomento externo permitir flexibilidade de expansão com um maior número de polos, por meio da contratação de bolsistas, percebe-se que a relação aluno X professor dos cursos a distância com fomento externo é maior que 20 na maior parte das instituições.

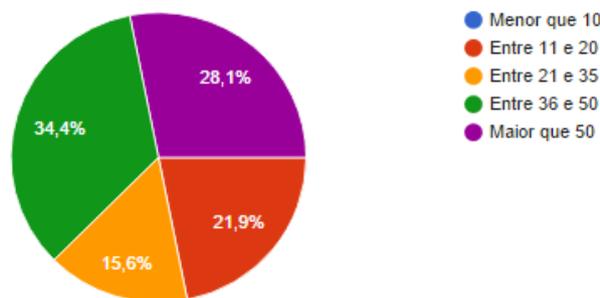


Gráfico 11: Relação aluno/professor formador para cursos com fomento externo

5.4.3 Qual a atual relação aluno/professor formador para cursos sem fomento externo? (22 respostas)

No Gráfico 12, pode-se ver que nos cursos sem fomento externo, por sua vez, aparece um número significativo de instituições (41%) em que essa relação é menor que 20, uma vez que a oferta ocorre para um quantitativo menor de estudantes. Isso parece decorrer da dificuldade de alocar docentes para atuar com a tutoria, dada sua situação sazonal.

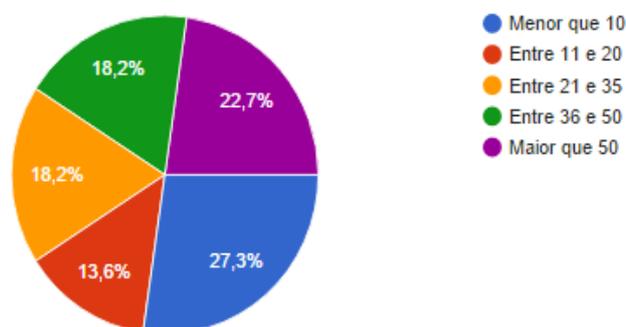


Gráfico 12: Relação aluno/professor formador para cursos sem fomento externo

5.4.4 Qual a relação aluno/tutor a distância utilizada na instituição para cursos sem fomento externo? (24 respostas)

Com relação ao atendimento de alunos pelos tutores ou os próprios professores em cursos sem fomento externo, apresentado no Gráfico 13, percebe-se que em apenas 12,5% das instituições um tutor atende mais que 50 alunos, estando a maioria delas com esse número abaixo de 50. Este dado reforça que além das instituições da Rede estarem caminhando para institucionalizar a EaD, elas o fazem também preocupadas em manter a qualidade de seus cursos, neste caso específico, mantendo um atendimento adequado aos estudantes. Um número muito grande de alunos por tutor implicaria em perda nesta qualidade de atendimento, ainda que isso seja possível para determinados níveis e tipos de cursos.

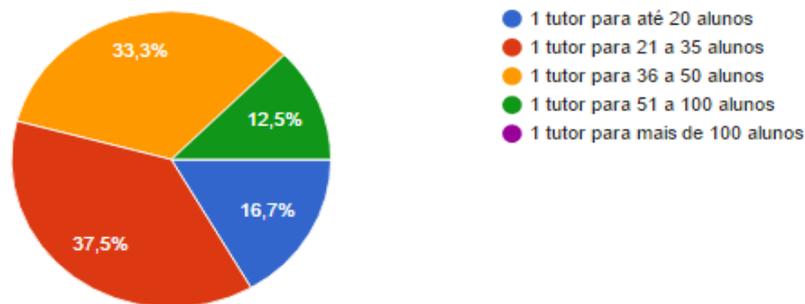


Gráfico 13: Relação aluno/tutor a distância para cursos sem fomento externo

Na Tabela 3 é apresentado um resumo de informações relevantes da pesquisa. Como se pode observar, o grau de institucionalização da EaD nas instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica é muito distinto, tendo desde instituições incipientes neste processo, várias em situação mediana e algumas poucas bem mais avançadas, com boa quantidade de administrativos e docentes efetivos e oferta de cursos a distância sem fomento externo.

Tipo de estrutura	1 campus, 5 Centros de Referência, 21 diretorias, 7 coordenações, 4 outros. Maioria (23) subordinada à Pró-reitoria de ensino.
Estrutura Física	2 com sede própria e exclusiva, 9 em local exclusivo alugado ou cedido, demais em local compartilhado (campus ou reitoria).
Estrutura de EaD nos campi	29 usam alguns campi como polos; 19 possuem estrutura de EaD em alguns campi.
Administrativos efetivos	2 instituições não têm, 17 tem até 5, nove têm entre 6 e 10, cinco têm entre 11 e 20 e apenas quatro possuem mais de 20.
Docentes efetivos	apenas 11 instituições possuem.
Funções	CD2 (1 instituição), CD3 (23), CD4 (12), FG1 (17), FG2 (16)
Cursos	33 instituições possuem cursos da e-Tec, 13 possuem cursos da UAB, 11 cursos sem fomento, 6 núcleos gestores de EaD também possuem cursos presenciais.
Formato de oferta	6 (nos campi), 8 (na unidade de EaD), 24 em ambos.

Tabela 3: Parte dos resultados da pesquisa realizada com a Rede Federal em julho de 2016.

6 | CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Este artigo teve como objetivo apresentar o retrato do processo de institucionalização da EaD na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a partir do resultado do trabalho realizado pelo GT de institucionalização da EaD do FDE/Conif.

O objetivo maior do grupo de trabalho foi a incorporação da EaD nas atividades regulares das instituições da Rede EPT, visando a uma educação híbrida, em que a educação presencial e a distância coexistem e se completam de forma sinérgica. E que isto aconteça independente de recursos de fomento externos, tais como de programas como UAB e e-Tec. Apesar destes programas serem de suma importância

para a expansão da EaD e para levar educação a locais remotos e a pessoas que não teriam acesso em outras condições, é importante as instituições continuarem suas ações de EaD mesmo sem tais recursos externos, ou seja, contando apenas com recursos da matriz orçamentária.

O levantamento aqui apresentado deu subsídio para que outras ações fossem realizadas pelo GT, tais como: apresentar proposta de carga horária docente para EaD; propor estruturas de núcleos gestores de EaD; estabelecer alterações na matriz orçamentária do Conif no que se refere a cursos a distância; identificar modelos e metodologias de EaD; e indicadores.

Como resultado do presente trabalho, vemos que, por falta de diretrizes do Ministério da Educação quanto ao processo de institucionalização da EaD, as instituições públicas seguiram caminhos diferentes e a situação hoje é bastante diversificada. O próprio Conif, apesar de ter iniciado algumas discussões em nível nacional, não teve avanços significativos em emanar diretrizes até o início dos trabalhos deste GT.

Percebe-se que a Rede Federal carece de avançar na oferta de cursos institucionalizados, tendo ainda forte dependência dos programas de fomento externo. Esta dependência implica em um quantitativo relativamente pequeno de alunos a distância quando comparado a outros países e mesmo internamente no Brasil quando comparado à iniciativa privada. Um dos motivos para tal fato deve-se à não definição de diretrizes, conforme já mencionado. Outro fator é a não distinção que existia na matriz orçamentária entre cursos com e sem fomento externo. Um curso sem fomento externo exige gastos muito maiores da instituição, uma vez que não conta com bolsistas e recursos de custeio e capital adicionais.

Outro aspecto importante identificado é a falta de uma estrutura melhor definida para a gestão de EaD. Falta uma estrutura organizacional bem definida, faltam profissionais efetivos, funções gratificadas, estrutura física adequada, entre outros.

Assim, é importante avançar nesses aspectos e em outros, tais como nas discussões de educação híbrida, visando a indissociabilidade entre educação presencial e a distância; em projetos em rede, envolvendo diversas instituições da Rede Federal; na maior utilização dos campi como polos de apoio presencial, utilizando a capilaridade da Rede; nas discussões sobre mobilidade docente, em que docentes de um campus possam atuar em outros campi ou mesmo em outra instituição; nas discussões sobre fomento híbrido, com utilização tanto de recursos próprios como de recursos externos; novas discussões sobre matriz orçamentária e indicadores; assistência estudantil para alunos EaD, entre outros.

REFERÊNCIAS

Bacich, Lilian. Moran, José. **Aprender e ensinar com foco na educação híbrida**. Revista Pátio, nº 25, junho, 2015, p. 45-47. Disponível em: <http://www.grupoa.com.br/revistapatio/artigo/11551/aprender-e-ensinar-com-foco-na-educacao-hibrida.aspx>. Acesso em 17 de jul. 2018.

BRASIL. Decreto no 5.800, de 08 de jun. 2006. **Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB**. Brasília: Diário Oficial da União de 09 de jun. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em 17 jul. 2018.

_____. Decreto no 7.589, de 26 de out. 2011. **Institui o Sistema e-Tec Brasil**. Brasília: Diário Oficial da União de 27 de out. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7589.htm. Acesso em 17 jul. 2018.

_____. Lei no 11.892, de 29 de dez. 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial da União de 30 de dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em 18 jul. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MOORE, Michael G., KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância: uma visão integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

NUNES, Vanessa Battestin; Passos, Marize L. S; Sondermann, Danielli V. C.; Baldo, Yvina P.; Costa Junior, José Mário. **A Trajetória da Institucionalização da Educação a Distância no Instituto Federal do Espírito Santo: Desafios e Conquistas**. In: XII Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância (ESUD), 2015, Salvador - BA.

UMA PARTILHA DE SABERES ENTRE O COLÉGIO PROF. EDNA MAY CARDOSO E A UNIVERSIDADE-PIBID-FILOSOFIA/UFSM: OLÍMPIADAS FILOSÓFICAS

Sandra Isabel da Silva Fontoura

Apresentadora do trabalho. Doutoranda em Educação do Programa de Pós-Graduação do Centro de Educação – UFSM. E-mail: sandrafon@bol.com.br .

Emilana Soares Ziani

Licenciada em Filosofia pela UFSM e Especialista no Ensino de Filosofia no Ensino Médio pela Universidade Aberta. E-mail: milana21filosofia@gmail.com .

RESUMO: O presente artigo contextualiza as intervenções filosóficas que o programa de bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/Filosofia-UFSM) promove na escola Edna May Cardoso, situada na Cohab Fernando Ferrari, bairro Camobi SM/RS. Nesse sentido, as ponderações que seguem versam sobre o universo de construção coletiva e textual por parte dos bolsistas licenciandos em filosofia e inseridos nas escolas, na conjuntura das relações constituídas com os jovens, no processo de ensino, aprendizagem e produção de saberes, por meio da leitura e escrita filosófica, compreensão de textos filosóficos, poesias, música, documentários e imagens nos seus entrecruzamentos com as novas tecnologias, suas linguagens e modos de comunicação, no contexto de outros delineamentos da subjetividade e diferença. No panorama circunstancial protagonizado pela

I Olimpíada de Filosofia do PIBID/Filosofia-UFSM, com enfoque no título: “O homem e as tecnologias no Século XXI”, proporcionamos a construção de materiais filosóficos, elaborados pelos alunos para posterior apresentação dos mesmos na Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, promovendo uma quebra de paradigmas, ao aproximar a escola e o ensino superior, em uma releitura da educação básica e, por conseguinte, das licenciaturas, em particular nesta atividade, o Curso de Licenciatura em Filosofia. Para cumprir com este objetivo, realizamos oficinas de leitura e escrita filosófica, com a produção de historinhas, fanzines, fotografias e curta metragem, tendo como ferramentas pedagógicas a compreensão de contextos imagéticos diversificados, que permitissem aos aprendizes a conversão de seus olhares sobre o uso das tecnologias. Por fim, na compreensão dos adolescentes as tecnologias contribuem atualmente para garantir a qualidade sonora da música, e na produção de novos instrumentos que permitem efeitos eletrônicos e na elaboração de músicas remixadas, a partir de outras canções; embora, as letras originais permaneçam em grande parte com os mesmos conteúdos semânticos, são atualizadas em conformidade com os movimentos e gostos da atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de Professores. Ensino. Prática docente. Olimpíada.

INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta um relato de experiência das atividades preparatórias para a consecução da I Olimpíada Filosófica, construída pelas professoras supervisoras, quadro de bolsistas e coordenação do Subprojeto de Iniciação a Docência do Curso de Licenciatura em Filosofia - PIBID/UFSM-CAPEL, por meio de seminários temáticos, nos quais os bolsistas analisaram textos que tratam sobre o comportamento da sociedade e suas tecnologias, no século XXI. Para tanto, realizou-se oficinas de leituras e escrita filosófica, produção de historinhas, fanzines, fotografias e curta metragem, tendo como ferramentas pedagógicas a compreensão de contextos imagéticos diversificados, que permitissem aos aprendizes a conversão de seus olhares sobre o uso das tecnologias, no contexto atual; a Olimpíada Filosófica foi intitulada: “O Homem e suas Tecnologias”.

Nesse sentido, a I Olimpíada Filosófica teve igualmente como objetivo proporcionar aos adolescentes as possibilidades de refletirem sobre os micros espaços nos quais atuam lhes oportunizando pensar as poesias e as músicas, que perpassam o cotidiano de suas vidas. A partir de uma metodologia, sem estruturas rígidas, se constituiu espaços/tempos que despertaram o interesse dos jovens, no processo de leitura e escrita filosófica, no que diz respeito a compreensão das tecnologias, no Século XXI e a filosofia clássica.

Nesta edição os grupos elaboram junto aos alunos do Ensino Médio no Colégio Edna May Cardoso: vídeos, fanzines temáticos, histórias em quadrinho, parafrasearam músicas e poesias, problematizando as questões referentes à subjetividade, isolamento e consumo excessivo. Também, organizamos um Workshop no processo de abertura das atividades referentes às Olimpíadas Filosóficas, no qual foram mostrados alguns aparelhos tecnológicos, que embora ainda funcionassem, estavam descartados pelas inovações de mercado. Neste evento, exibimos em mesas improvisadas discos de vinil, televisão antiga, máquina de fotografia alimentada com filme e pilha, fitas cassete, telefones e toca discos, eletrola, mimeógrafo, a primeira versão do CD, entre outros aparelhos.

Ao lado destas tecnologias consideradas como materiais ultrapassados, procuramos mostrar alguns inventos que descartaram estes produtos tais como: CDs, DVDs e mais recentemente o pendrive, que por sua vez supera em grande parte o uso dos dispositivos anteriores, fotografias com máquinas digitais, televisões com a tecnologia de plasma e imagens de terceira dimensão, celulares em tamanhos diferenciados com várias possibilidades de serviços e acesso direto a internet, bem como encartes com variados designers.

Alguns destes produtos representam hoje, por um lado à superação de tecnologias ainda muito jovens, por outro constituem formas e modelos de sentir e pensar o mundo a partir das práticas de consumo e modismo imposto pelos meios de comunicação, os quais anunciam diariamente propagandas, para induzir as pessoas a comprar, inclusive aquilo, que não precisam. A consequência deste processo,

conforme os relatos dos estudantes, já é sentido: no desmatamento, na presença da poluição, na mudança drástica no clima, entre outros danos que podem comprometer a existência da humanidade e do biosistema em geral.

DESENVOLVIMENTO E REFLEXÕES TEÓRICA

Na estruturação das aulas e oficinas temáticas, por meio do uso dos fragmentos filosóficos e dos documentários, produzimos espaços nos quais os adolescentes expressaram suas ideias acerca das questões sociais pertinentes à ética, ao mundo do trabalho e a luta de classe. Esses conceitos foram revisitados pelo viés teórico exposto por ZIZEK (2011), que trata sobre as dimensões atuais colocadas pela esfera do sistema de produção capitalista e, portanto, do consumo em massa. O autor ainda versa sobre a dimensão das veias neurais peculiares as tecnologias em nuvem, que permeiam e formatam os modelos comunicacionais contemporâneos, já aduzidos.

Ainda de acordo com Zizek é destes lugares que emerge a cyber escrita, a mídia de mercado e as novas relações que tangenciam a economia global, submersas, em uma nuvem provedora de informação, tecnologia e acesso rápido. No entanto, desconhecemos de forma ampla a organização do mundo on-line, ou seja, o lugar de onde provém grande parte dos mecanismos que movem à nuvem gigantesca de informações, acessadas diariamente pelos internautas, e em particular pelos nossos alunos.

Quando analisamos a presença das tecnologias no cotidiano dos estudantes na olimpíada filosófica, adentramos no universo da música e da poesia e suas possíveis relações com o ato de filosofar, a partir de conteúdos não filosóficos, onde utilizamos bibliotecas virtuais e textos postados, também internet. Em vista de que, a materialidade das tecnologias, bem como os conteúdos teóricos sobre essa área do fazer humano, nem sempre se encontram diretamente vinculados a Filosofia, portanto, os grupos de estudo precisaram submetidos os discursos e imagens estudadas à problematização e, por conseguinte, a reflexão.

Na compreensão do aluno M. G. , ao analisar a relação das tecnologias com a música tem-se a seguinte abordagem:

Hoje “em dia as tecnologias nos ajudam muito a fazermos música, do tipo eletrônica e outras também”. Contudo, pode nos passar por vários tipos de sentimentos (...) bem ou, (...) no deixar irado. “Em outras palavras, a música conversa conosco através de uma poesia com som musical e melodia”. (Turma; 1A, outubro de 2012).

A partir de sua fala é possível percebermos que ele aproxima o uso da tecnologia ao seu cotidiano, no qual a música faz parte, mexe com sua subjetividade; a melodia dialoga com os adolescentes, os encanta, tornando-os felizes. E, portanto, pode ser um aporte pedagógico importante nos procedimentos de sensibilização nas aulas de Filosofia. Igualmente na percepção do aluno L. M. sobre o tema: “(...) as letras das músicas na maioria das vezes fazem sentido contendo algo poético. Essas letras

poéticas contêm algo de filosofia, quando questionam o mundo e a vida” (Turma 1A, outubro de 2012).

Vale pontuar, que na compreensão dos adolescentes as tecnologias contribuem atualmente para garantir a qualidade sonora da música, e na produção de novos instrumentos que permitem efeitos eletrônicos e a elaboração de músicas remixadas, a partir de outras canções. Embora, elas permaneçam em grande parte com mesmo o conteúdo, são atualizadas em conformidade com os movimentos e gostos da atualidade.

Na sequência do processo de leitura e análise da produção da turma 1A, encontramos críticas a algumas composições musicais, pela falta de sentido de suas melodias, que na concepção de Juliana Machado: “só servem para dançar” (...), uma vez que não suscitam uma intervenção crítica do pensamento sobre seu conteúdo; enquanto (...) “outras fazem pensar de um jeito diferente “filosofar” em coisas que não tinha pensado antes”.

No entanto, sobre o assunto ela afirma que outras melodias apresentam letras muitas complexas, o que dificulta sua compreensão; pontua ainda o seguinte questionamento: “o que o autor quis dizer com isto”. Esta complexidade sobre o conteúdo musical narrada pela adolescente é comum também a muitos textos filosóficos, muitas vezes, de difícil compreensão para alunos do ensino superior e, até mesmo, para professores.

A aluna V. da turma 1B, do turno da manhã expõe sobre o tema a seguinte percepção:

(...) Nós podemos ter acesso à música pelo computador, pelo celular, ou seja, pela tecnologia. Podemos saber muito mais sobre a história dos cantores, bandas através do nosso acesso a internet. (...) Vejo a Poesia como uma forma de expressão, de expressar os sentimentos e ela tem relação com a filosofia, por isso. A filosofia é uma forma de refletir sobre a vida, sobre nós mesmos.

No decorrer da compreensão acerca da maneira como os adolescentes expressam a presença da música, da poesia e das tecnologias em suas análises, percebe-se que eles consideram que as duas primeiras são quase inseparáveis, quando se trata de uma boa composição, na qual a melodia tem sentido.

Porém, as tecnologias integram os instrumentos necessários à organização dos arranjos e até mesmo na harmonia das notas musicais, que hoje podem ser (re) elaboradas nos estúdios até adquirir a sonoridade desejada a partir da intervenção técnica que pode operar sobre o tom da voz e dos arranjos instrumentais. No dizer de Érica Guedes da turma 1A: “Muitas pessoas dizem que a música limpa a alma, mas para isso acontecer certamente terá uma poesia, uma filosofia e até algo mais” (outubro, 2012).

Nesse sentido, o objetivo das Olimpíadas Filosóficas teve como foco proporcionar aos adolescentes as possibilidades de refletirem de forma crítica sobre os contextos em que atuam, bem como lhes oportunizar espaços para pensarem os conteúdos da

poesia, da música e das imagens, que se encontram correlacionadas com o cotidiano de suas existências. A partir de uma metodologia sem estruturas rígidas se constituiu espaços/tempos de produção filosófica e ludicidade, atitude que despertou o interesse dos jovens e os envolveu no processo de leitura e escrita filosófica.

Durante a elaboração dos trabalhos realizados nas oficinas filosóficas, procuramos pensar o papel e a extensão das tecnologias, que estão dentro e fora do processo de ensinar e aprender filosofia, principalmente no tocante à produção da música, da imagem e na provisão do acesso rápido aos conteúdos no mundo on-line. Atualmente, para escutar uma música e olhar um filme, basta entrar em um site na internet ou nas redes sociais, partilhar ou gravar as letras e imagens, na maioria das vezes, com a isenção de custos.

Mediante a facilidade no acesso a estes recursos, os adolescentes, praticamente não compram mais CDs ou DVDs, gravam suas preferências musicais ou cinematográficas, em pequenos dispositivos de memória eletrônica que carregam consigo, na rua e na sala de aula. Entre outros lugares, nos quais tecem suas experiências na fluidez das informações e de campos de cultura, em movimento; onde as tecnologias são constituidoras de uma multiplicidade de modos de sentir e pensar, onde se tem identidades da diferença, em relação àquelas tecidas pelos adolescentes há uma década e meio atrás, nas quais as diferenças eram outras, com outros sentidos e conversão de olhares.

Haja, vista que em um passado não muito distante o acesso ao mundo on-line era mais restrito e também não existiam redes sociais¹, as quais se constituem atualmente como espaços de comunicação, principalmente entre jovens de diversas nacionalidades, ou seja, em uma dimensão desterritorializada que atravessa as fronteiras do Estado-Nação², onde as diferenças locais se entrecruzam globalmente, e criando novas significações, onde os fluxos se aproximam em uma dispersão criadora e fluída.

Sobre esta questão na turma 3B, no Ensino Médio-Noturno de modo geral os estudantes criticaram o isolamento entre os adolescentes e suas famílias, resultante do constate acesso às redes sociais, e concluem afirmando que muitos jovens deixam os estudos em virtude do excesso de tempo que utilizam nas redes sociais, por consequente, não acordam pela manhã para irem à escola, pois ficam até quase ao

1. O site Compete mostrou a classificação geral das redes sociais com maior número de entrada pelos internautas, no espaço on-line; de acordo com a pesquisa os dados foram tabulados durante o mês de janeiro de 2009, e apresentam a seguinte configuração: 1º. Facebook – 1.191.373.339; 2º. MySpace – 810.153.536; 3º. Twitter – 54.218.731; 4º. Flixster – 53.389.974; 5º. LinkedIn – 42.744.438; 6º. Tagged – 39.630.927; 7º. Classmates – 35.219.210; 8º. My Year Book – 33.121.821; 9º. Live Journal – 25.221.354; 10º. Imeem – 22.993.608. Acesso em 05 de fevereiro de 2013 às 22h45min no site; <http://lista10.org/tech-web/as-10-maiores-redes-sociais-do-mundo/>

2. No decorrer de 2011 as redes sociais que contaram com maior número de no universo das relações globais foram: 10º – Ning.com; 9º – Tagged.com; 8º – Orkut.com; 7º – Badoo.com; 6º – LinkedIn.com; 5º – MySpace.com; 4º – LiveJournal.com; 3º – Twitter.com; 2º – Youtube.com; 1º – Facebook.com. E no Brasil este quadro passa por algumas alterações, assumindo a seguinte disposição: 10º – Foursquare.com; 9º – Ning.com; 8º – Dihitt.com.br; 7º – Badoo.com; 6º – Flickr.com; 5º – LinkedIn.com; 4º – Twitter.com; 3º – Orkut.com; 2º – Youtube.com; 1º – Facebook.com. Acesso em 06 de fevereiro de 2013 às 00h07min no site, <http://top10mais.org/top-10-sites-de-redes-sociais-no-brasil-e-no-mundo/>

amanhecer navegando. Nesse contexto, conforme Belmiro (2006), de intensa fluência e interatividade suas vidas parecem assumir na compreensão deste grupo: “uma dimensão virtual”, cujos sentidos protagonizados pelas imagens e escrita, apresentam-se mais interessante que a substancialidade da vida, com sua nuances e problemas reais; os quais não podem ser apagados, ou, recortados. Tal como, ocorre com as conversas e os amigos indesejados nos sites de relacionamentos on-line: nas redes ou salas de bate-papo.

Nas discussões durante a produção das histórias em quadrinho a turma salientou que as crianças e adolescentes que não dominam os aparelhos e linguagem das novas tecnologias, sofrem censuras e são denominadas como analfabetas digitais. A estudante P. W. , do 3B, pontuou nos diálogos que construiu sobre a necessidade de consumo inerente ao comportamento dos adolescentes ao ilustrar na história de sua autoria, o desejo, de uma menina em obter um celular moderno de última geração, considerado caro por sua mãe, que frente ao custo elevado buscou negociar com a filha acerca das possibilidades de obtenção de um aparelho mais barato, a qual teve a seguinte resposta: “(...) Mas, eu quero! Eu necessito de um celular mais moderno. Vou parar de chorar só depois de ganhá-lo” (Novembro, 2012).

No decorrer da oficina ela apresentou as seguintes considerações: “No mundo moderno de hoje, o marketing consegue fazer com que as pessoas queiram mais e mais, fazendo com que muitos de nossos desejos se tornem necessidades” (Idem). Na sequência das atividades, a turma dialogou sobre a situação dos jovens que passam horas em frente do computador, e por isso são submetidos a processos de discriminação entre os colegas de escola. Ação, que ocorre em particular, na sala de aula e nos espaços coletivos, já que muitos são classificados como nerds e com baixa capacidade de instituir diálogos e relações de amizade com os colegas, por figurarem de modo isolado, em pequenos grupos.

Inclusive, muitas marcas têm seus estilos voltados para vender roupas e objetos pessoais, com exclusividade para este perfil de jovem, dentre elas a “Nerdstore: A Loja do Jovem Nerd”, que busca unir o estilo destas comunidades com designer, ilustrados por jogos e desenhos computadorizados que lhes concedem um jeito peculiar entre “ser” e vestir³. Nesse sentido, entendem que a tecnologia além criar formas de consumo instituem paradigmas que uniformizam o comportamento dos jovens, ou seja, tem-se a supremacia das tecnologias sobre a forma como as pessoas passaram a viver, atualmente. Fato, que poder estar limitando as possibilidades e significações desses jovens, em universos diferenciados, matizados pela vitalidade do convívio humano, no cotidiano das relações afetivas e em coletividade, onde o excesso se mostra, por vezes, como reclusão e vício.

Contudo, não podemos negar que as tecnologias de informação e comunicação, os diálogos exposto/divulgados nas redes sociais e no mundo on-line tem um importante

3. Site acessado em 06 de fevereiro de 2013 às 01h21min. <http://www.nerdstore.com.br/produto/camiseta-jovem-nerd-classic.html> .

papel na divulgação em tempo real de informações, que são acessadas sem fronteiras e podem ser utilizadas para o desenvolvimento da humanidade. Isto, no contexto da popularização da cultura, na promoção de manifestos voltados a justiça, a efetividade do Direito e, em caso, de tragédias que demandam ajuda humanitária.

A extensão deste processo, também contribui ainda para o avanço das ciências, por meio da troca de conhecimento e cruzamento de dados. Muito embora a turma 3A reconheça a importância das tecnologias em todas as áreas, em particular na esfera informação, da saúde e da educação, concebem que o afeto junto e a presença da corporalidade, em parte foram trocados pelo isolamento físico, inerente ao mundo virtual, ou seja, mediante a ausência do corpo, apenas consubstanciado na imagem, que pode ser inclusive adulterada. Assim, os teclados e a linguagem que flutua nas redes sociais suscitam novos desejos, em corpos alimentados pelo barulho dos teclados ou webcam.

Em linhas gerais, os alunos do Ensino Médio que participaram desta experiência filosófica, no estudo das tecnologias entendem que: a verdade e o sentimento pelo outro são expressos pela imagem, que se encontra desterritorializada, isto é, separada do corpo, pela distância entre o mundo virtual e vida concreta. Sendo, que a matéria física se faz e se refaz junto ao corpo, sumariamente substituído pela imagem e a cyber escrita.

Assim, a vida dos adolescentes/internautas, assume uma nova forma de consciência; que nesse caso constrói outras formas de afetividade isenta da presença da matéria empírica/do corpo. Fato, que por vezes, limita-se a um primeiro momento, no entanto, pode se prolongar por um tempo indefinido, quando eles/elas abrigam-se na rede, constituindo nela uma forma subjetividade, que ao mesmo tempo, que é sentida no corpo, também o alienando do contato direto com outro(s) corpo(s). Por conseguinte, temos nesse contexto circunstancial, outras relações situadas além das fronteiras e dos limites físicos, que o corpo impunha em outras conversões de sentidos, antes da internet, enquanto substância, um ente imperfeito.

RESULTADOS

Por meio da divulgação dentro da escola, e ao mesmo tempo por ser um evento inovador no que diz respeito ao ensino de filosofia, obtivemos um resultado satisfatório na consecução da I olimpíada filosófica PIBID/UFSM. Nos encontros de estudos realizados entre bolsistas, para análise do tema, tecemos discussões significativas, que posteriormente foram discutidas com os adolescentes na escola.

Fato que oportunizou a construção de um ambiente, os grupos de estudos se posicionassem a respeito das tecnologias, problematizaram o uso abusivo das mesmas e também a substituição da mão-de-obra humana pelos crescentes processos de automação no sistema produtivo. Neste contexto, o ensino de filosofia mostrou

qual o seu papel e a sua função dentro da escola básica e também no Curso de Licenciatura em Filosofia, ao constituir espaços para dialogar junto aos alunos com demais disciplinas da grade curricular no Ensino Médio. Ao pensar as dificuldades que o ensino de filosofia enfrenta no universo da escola, no tocante a sua importância, torna-se necessário repensar nossas práticas didáticas, e buscar novas ferramentas para trabalhar com os alunos; como fazer para que eles se sintam tocados pelos conceitos e problemas filosóficos? Esta é apenas uma, dentre as muitas questões enfrentadas pelos professores de filosofia, em sala de aula.

Por conseguinte, as formas de apresentações realizadas na olimpíada mostraram que a filosofia pode quebrar muitas barreiras, no que diz respeito ao seu ensino, pois nos últimos anos o enfoque filosófico das condições e possibilidades de atuação em sala de aula, teve um grande desenvolvimento. Pois a questão de ensinar filosofia começou a ser vista como um problema propriamente filosófico, e também político, lugar no qual as questões pedagógicas entrelaçam-se com o tempo presente, no qual múltiplas possibilidades que entram suas dobras, em um fluxo de devires.

Diante disso, Alejandro Cerletti (p.87, 2009) nos diz: “Ensinar significa tirar a filosofia do mundo privado e exclusivo de uns poucos para expô-la aos olhos de todos, na construção coletiva de um espaço público.” Por fim, pensamos que o maior resultado, que obtivemos, foi poder criar esse espaço de diálogo, troca de conhecimento, e para pensar novas formas didáticas para ressignificar o ensino de filosofia/filosofar, em um contexto permeado pela reflexão e questionamento da realidade pertinente as vivências do homem contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a realização da I Olimpíada PIBID/Filosofia-UFSM, intitulada: O homem e as Tecnologias no Século XXI nos possibilitou constituir espaços significativos de aprendizagem, junto aos jovens os envolvidos, nas oficinas. Assim, pela primeira vez na história do Curso de Licenciatura em Filosofia da UFSM, a escola adentrou ao espaço universitário, e os professores discentes passaram a conhecer o trabalho do Subprojeto PIBID/Filosofia e as diferenciadas realidades e culturas das escolas envolvidas.

Em síntese, a I Olimpíada Filosófica mostrou que é possível sim, fazer com que os alunos se sintam atravessados pelo universo filosófico, uma vez que, tanto os conceitos sobre as tecnologias, quanto à problematização do uso cotidiano dos aparelhos digitais e máquinas fazem parte da realidade deles. Além disso, outra questão muito importante é que o ensino de filosofia encontra o seu sentido, na medida em que os professores conseguem transpor o legado deixado pelos filósofos, para a realidade dos alunos.

REFERÊNCIAS

BELMIRO, Ângela. Fala, escritura e navegação: caminhos da Cognição. In: COSCARELLI, C.V (org.); **Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.13-22:

CERLETTI, Alejandro. **O Ensino de Filosofia como Problema Filosófico**. (tradução Ingrid Xavier), Belo Horizonte: Autentica Editora, 2009.

ZIZEK, S. **As portas da Revolução**. Trad: Luiz Bernardo Pericás, Fabricio Rigout e Daniela Jinkings. Boitempo, 2005.

_____ **Primeiro como Tragédia depois como Farsa**. Boitempo, 2011.

_____ Identidades Vazias. Disponível em: <http://zizek.weebly.com/uploads/2/5/7/6/2576371/texto_002-_identidades_vazias.pdf>Acesso em: 26 de Jun. 2012.

SOBRE O ORGANIZADOR

PEDRO FAUTH MANHÃES MIRANDA Professor de Direito, Sociologia e disciplinas afins, atualmente nas instituições Sociedade Educativa e Cultural Amélia (SECAL) e Instituto de Filosofia e Teologia Mater Ecclesiae (IFITEME). Advogado inscrito na OAB/PR, sob o nº 48.361. Doutorando em Direito, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) - CAPES 6. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bacharel em Direito, pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), e em Ciência Política, pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Graduando em Licenciatura em Sociologia (2018-), pela Universidade Paulista (UNIP). Possui interesse na pesquisa dos seguintes temas: democracia, direitos humanos, estado democrático de direito, participação social e efetivação de políticas públicas, sempre por meio da interdisciplinaridade entre as Ciências Sociais e a Jurídica.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-459-7



9 788572 474597